

Aline Daniele Hoepers
Organizadora

PSICOLOGIA SOCIAL

Travessias e(m) tessituras



PSICOLOGIA SOCIAL

Travessias e(m) tessituras





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Alice M. Benevides CRB-1/5889

Psicologia Social: travessias e(m) tessituras. /organização Aline
Daniele Hoepers. – 1. ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2023.

E-book
Acesso em www.editorabagai.com.br

Bibliografia.
ISBN: 978-65-5368-272-6

1. Psicologia Social. 2. Crítica.
I. Hoepers, Aline Daniele.

02-2023/49

CDD 150

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicologia. 150



<https://doi.org/10.37008/978-65-5368-272-6.01.09.23>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfilmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Aline Daniele Hoepers
Organizadora

PSICOLOGIA SOCIAL

Travessias e(m) tessituras



1.ª Edição - Copyright© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa e Diagramação</i>	Brenner Silva
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Graziele Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPA Dr. Carlos Alberto Ferreira – PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luisa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPA Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. Maria Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dra. Patrícia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo - UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

A obra, (co)construída por autoras e autores de variadas áreas das Ciências Humanas e Sociais, aborda de forma ética, crítica, reflexiva e propositiva uma multiplicidade de eixos temáticos que entrelaçam o campo da Psicologia Social e que, simultaneamente, convidam-na a outras travessias. Os fios, que compõem as tramas da e na Psicologia Social, presentes nesta obra, revelam a complexidade, a historicidade, a interseccionalidade, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade necessárias à práxis ético-política.

Abrindo as discussões, o **capítulo 1**, intitulado “Psicologia Social: percursos, percalços e outros rumos”, apresenta trajetórias construídas no campo da Psicologia Social e evidencia a imprescindibilidade de assumirmos uma postura política na luta pela transformação da realidade social desigual (im)posta. O **capítulo 2**, chamado “Políticas sociais: breve análise dos direitos sociais pós Constituição Federal de 1988”, põe em relevo o panorama histórico-social indispensável a uma reflexão crítica sobre a construção dos direitos sociais e das políticas sociais na realidade brasileira. Prosseguindo na mesma direção – de se pautar a necessidade de lutas incessantes para a concretização dos direitos em meio às tramas sociais –, no **capítulo 3**, nomeado “Justiça social e direitos humanos: reflexões sobre o compromisso social da Psicologia”, tensiona-se os percursos históricos e desafios atuais lançados à Psicologia, em interface com outras áreas e setores sociais, rumo a uma realidade fundamentada na defesa dos direitos humanos e na justiça social.

Os capítulos seguintes apresentam problematizações e convites a deslocamentos teóricos, que reverberam na prática. O **capítulo 4**, “Psicologia Imaginal, pensamento decolonial e pedagogia cultural: por um resgate da ancestralidade”, ao abordar criticamente a Psicologia Imaginal, a partir de diálogos com epistemologias latino-americanas de bases indígenas, convida-nos a refletir sobre a importância de uma ciência plural, culturalmente sensível e decolonial. O **capítulo 5**, “Amor

e cultura: discussões a respeito do amor enquanto um produto cultural”, discorre a respeito da interface entre amor e cultura, colocando em cena aspectos que perpassam a construção sociocultural do amor, em especial os ditames dirigidos às mulheres.

Contexto político-social e seus efeitos são enfatizados nas produções apresentadas em seguida. O **capítulo 6**, intitulado “Psicologia Social e sofrimento ético-político na atualidade: uma revisão bibliográfica”, ao dirigir um olhar atento às mazelas produtoras de sofrimentos, sublinha o conceito de sofrimento ético-político e nos convoca ao necessário posicionamento na luta frente às opressões e desigualdades sociais (re)produzidas no contexto atual. Por sua vez, o **capítulo 7**, nomeado “A massa bolsonarista, uma massa da igreja?”, a partir de outro ângulo, também problematiza o cenário social e político brasileiro contemporâneo, dando ênfase, particularmente, às características que integram a massa bolsonarista.

Contribuições acerca dos desafios vivenciados na e pela atuação da Psicologia são elaboradas nos próximos capítulos. No **capítulo 8**, “A circularidade entre os polos subjetivo e objetivo: notas sobre a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho”, são apresentadas reflexões sobre dilemas e possibilidades no exercício profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho, com destaque à complexa tarefa de mediar as tensões capital-trabalho. Já no **capítulo 9**, “Violências sexuais vividas por crianças e adolescentes: a atuação da escola na rede de atendimento e enfrentamento”, discute-se e problematiza-se os papéis que as instituições escolares ocupam na rede de proteção quanto às violências sexuais infantojuvenis. O **capítulo 10**, “O psicólogo no CRAS: refletindo sobre as práticas desenvolvidas junto às famílias vulnerabilizadas”, ressalta a necessidade de se reconhecer e buscar possibilidades de uma prática ético-política, comprometida socialmente com as famílias em condição de vulnerabilidade. Também lançando o olhar para o campo concreto das políticas de proteção social, o **capítulo 11**, “Incorporar ou não? Quando o CREAS se torna um espaço de violação”, coloca em discus-

são experiências profissionais dignas de atenção para que a população atendida, já fragilizada, não seja ainda mais violada.

Os capítulos finais evidenciam, de forma crítica e sensível, experiências vividas na formação acadêmica em Psicologia no contexto comunitário. No **capítulo 12**, intitulado “Escuta coração da Chico: um relato de intervenções psicossociais realizadas com adolescentes em contexto comunitário durante a pandemia”, por meio do compartilhamento de experiência de extensão universitária, enfatiza-se a dimensão da escuta ética e política das singularidades, atravessadas por estruturas opressoras. Já o **capítulo 13**, nomeado “Psicologia das Brechas: uma psicologia a partir de *nós*”, através de relato de experiência de estágio, convida-nos a criar e abrir espaços para a inventividade, para o encontro e para a transformação social.

As discussões e os tensionamentos, que se presentificam nos capítulos, informam, a partir de diversos ângulos e em diferentes campos de atuação e/ou pesquisa, o compromisso social da Psicologia. Travessias não lineares são aqui criadas como possibilidades e convites para outras realidades.

A organizadora

SUMÁRIO

PSICOLOGIA SOCIAL: PERCURSOS, PERCALÇOS E OUTROS RUMOS.....	9
Aline Daniele Hoepers	
POLÍTICAS SOCIAIS: BREVE ANÁLISE DOS DIREITOS SOCIAIS PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	19
Juscilene Galdino da Silva	
JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA	29
Aline Daniele Hoepers Adriana Oliveira Machado Júlia Martins Silva Maria Christina Cyrino Guilmar	
PSICOLOGIA IMAGINAL, PENSAMENTO DECOLONIAL E PEDAGOGIA CULTURAL: POR UM RESGATE DA ANCESTRALIDADE	41
Sonielson Luciano de Sousa Marcia Esteves de Calazans Moysés da Fontoura Pinto Neto Graziela Macuglia Oyarzabal	
AMOR E CULTURA: DISCUSSÕES A RESPEITO DO AMOR ENQUANTO UM PRODUTO CULTURAL	53
Anny Elise Braga Loruama Machado Cardoso da Silva	
PSICOLOGIA SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA ATUALIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	65
Aline Daniele Hoepers Beatriz Zanetti Baratella Maria Fernanda Constantino Oishi Pires	
A MASSA BOLSONARISTA, UMA MASSA DA IGREJA?	77
Bruna Rafaela Souza da Silva	
CIRCULARIDADE ENTRE O SUBJETIVO E O OBJETIVO: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	89
Nadia Rocha Veriguine Edite Krawulski	
VIOLÊNCIAS SEXUAIS VIVIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NA REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO	103
Aline Daniele Hoepers Danielle Verde dos Santos	
O PSICÓLOGO NO CRAS: REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	119
Amanda Pereira Catarim Ednéia José Martins Zaniani	
INCORPORAR OU NÃO? QUANDO O CREAMS SE TORNA UM ESPAÇO DE VIOLAÇÃO.	135
Diego Caroli Orcajo	
ESCUA CORAÇÃO DA CHICO: UM RELATO DE INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS REALIZADAS COM ADOLESCENTES EM CONTEXTO COMUNITÁRIO DURANTE A PANDEMIA.....	147
Hellen Marostica Maria Luiza Vargas Marcela Andrade Gomes André Luiz Strappazzon	
PSICOLOGIA DAS BRECHAS: UMA PSICOLOGIA A PARTIR DE NÓS	161
Mariana Andrade Soares André Luiz Strappazzon Bernardo Peressoni Luz Núbia Almeida Lourenço	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	178
ÍNDICE REMISSIVO.....	179

PSICOLOGIA SOCIAL: PERCURSOS, PERCALÇOS E OUTROS RUMOS

Aline Daniele Hoepers¹

INTRODUÇÃO

A ciência psicológica nasce como efeito da sociedade capitalista e, ao longo da história, esteve e ainda está, em muitos contextos, alinhada a interesses que sustentam a ordem social vigente. Práticas e discursos essencialistas, naturalizantes e psicologizantes fizeram e fazem parte de seu rol de pesquisas e atuações, implicados com o ajustamento dos sujeitos e com a manutenção da realidade instituída.

A propósito, Morais e Lacerda Júnior (2019, p. 164) discutem que “as transformações capitalistas deram base para a construção de uma narrativa psicológica, ou seja, a Psicologia é produto de um desenvolvimento social determinado”. Sua emergência está intensamente vinculada aos interesses da classe dominante, prevalecendo um descompromisso com as maiorias populares, exceto quando a relação estabelecida com essas se dimensiona com fins de classificá-las, ajustá-las e excluí-las.

Partir desse panorama geral é indispensável para compreendermos as especificidades da história da Psicologia Social no mundo e, particularmente, na realidade brasileira e latino-americana, que será foco das discussões da primeira seção deste capítulo. Na seção seguinte, as discussões, a partir da Psicologia Social Crítica, voltam-se aos desafios atuais e futuros, que demandam um posicionamento ético, político, historicizado e engajado com as necessidades concretas de nossos povos.

Com esse desígnio, este estudo, de natureza teórico-reflexiva, objetiva provocar reflexões e tensionamentos quanto à Psicologia Social, seus rumos e percursos. Ademais, apresenta-se, aqui, como um convite a questionar saberes e fazeres que se dizem alinhados ela, mas que

¹ Doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

têm mantido um modo de operar supostamente neutro e uma postura despolitizada, cujas aspirações não coadunam com a luta pela transformação social e, por essas e outras razões, sustentam o projeto social neoliberal e individualista em curso.

BREVE RESGATE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Fazendo alusão à história da Psicologia, Jacques et al. (2013) resgatam a perspectiva dicotômica vigente no final do século XIX, a partir da qual, no campo científico, coube à Psicologia o estudo do indivíduo e à Sociologia o estudo da sociedade. Contudo, a constatação da impossibilidade de estudar o indivíduo como ser isolado passa a provocar o desenvolvimento de teorias e métodos que se voltam a explicar as influências dos fatores sociais sobre processos psicológicos.

Os referidos autores salientam que a Psicologia Social Clássica tem, portanto, suas raízes muito vinculadas a um paradigma ainda dicotômico, que toma como eixo fundamental a explicação do indivíduo, contido num cenário ou pano de fundo que é a sociedade. Indivíduo e sociedade são estudados como dimensões distintas, separadas, mas que guardam algum nível de interação.

Na mesma direção, Guareschi (2012) salienta que a história da Psicologia Social Clássica se estabelece já nos primórdios da emergência da Psicologia como ciência, isto é, desde Wundt em 1872. Localiza-se, historicamente, portanto, no contexto moderno, em que: a ciência psicológica estava se constituindo como uma ciência experimental; e a sociedade e a ciência impregnavam-se e disseminavam os pressupostos individualistas, mantenedores de dicotomias, como, por exemplo, individual/ social.

Podemos compreender, então, que a finalidade dos estudos e práticas desta Psicologia Social restou muito voltada ao ajustamento e à adaptação dos indivíduos à sociedade, sem qualquer questionamento da ordem social e muito menos envolveu a busca pela transformação da realidade.

Críticas a esta forma tradicional de operar a Psicologia Social, de origem majoritariamente estadunidense, passam a ser construídas em países europeus e também latino-americanos na década de 1970 em diante. A

propósito, em nossa realidade latino-americana, particularmente, é possível perceber que, até então, a Psicologia Social frequentemente reproduzia as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos, importando e aplicando conceitos e técnicas. Frente a esse quadro, as críticas aqui deflagradas guardam um eixo comum: interrogam a importação de conhecimentos advindos de outros lugares que não fazem sentido para os problemas concretos e emergentes na realidade de nosso povo (GUARESCHI, 2012; JACQUES et al., 2013).

Este momento histórico de crise da Psicologia Social, de acordo com Cordeiro e Spink (2018), demarca o contexto em que a hegemonia do modelo norte-americano de base positivista passa a ser questionado em suas pretensões e, por outro lado, um cenário em que a defesa de uma Psicologia comprometida com a transformação social é colocada mais radicalmente em pauta, não apenas por psicólogos/os sociais, mas por todo um movimento mais amplo que envolveu a ascensão de uma Psicologia Crítica, aliás, não limitada ao contexto brasileiro. Vale lembrar, ainda, que vivíamos, no Brasil, no transcurso das décadas de 1970 e 1980, um momento de transição do regime de Ditadura Militar para a redemocratização política.

Foram, portanto, vários movimentos, várias críticas e vários acontecimentos que criaram o solo epistêmico, social e político para que a chamada “crise de referência” acontecesse, trazendo à tona a necessidade de refletir sobre o papel da Psicologia em um contexto marcado pela violência de Estado, pela miséria e pela desigualdade social (CORDEIRO; SPINK, 2018, p. 1071).

Na realidade brasileira, temos como marco fundamental a criação, em 1980, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que, além de representar um campo de potente encontro entre psicólogas/os, movimentos sociais e sociedade de um modo geral, também passa a se estabelecer como referência indispensável para a construção de debates atentos à necessária redefinição teórico-metodológica da Psicologia Social brasileira.

Simultaneamente, no campo da produção científica, as publicações do artigo “Uma redefinição da Psicologia Social” (1980) e do livro “O que

é Psicologia Social” (1981), ambos de autoria de Silvia Lane, sublinham um novo momento da história da Psicologia Social brasileira e latino-americana. Nesses trabalhos, num explícito posicionamento ético-político, a autora apresenta as bases para a construção de uma Psicologia Social Crítica no Brasil. Mais adiante, no livro “Psicologia Social: O homem em movimento”, organizado por Lane e Codo (1984), reafirmam a postura de crítica à Psicologia hegemônica e propõem que caberia à Psicologia Social recuperar o sujeito na intersecção de sua história com a história de sua sociedade, sendo que apenas esta forma de conhecimento nos permitiria compreender os sujeitos enquanto produtores da história.

Naquelas décadas e nas seguintes, contribuições variadas de autoras e autores passam a incorporar o campo da Psicologia Social Crítica, a partir de uma variabilidade de enfoques teóricos, mas que guardam alguns eixos comuns: estamos diante de uma

Psicologia Social que enseja a complexificação do simples, a pluralidade teórico-metodológica, a intersecção das diferentes áreas de aplicação da Psicologia, a prática interdisciplinar e a preocupação ética em relação aos seus compromissos sociais e políticos (JACQUES et al., 2013, p. 16).

É notável, por conseguinte, que aquela perspectiva tradicional dualista passa a ser questionada e, sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, sujeito e sociedade passam a ser compreendidos como dimensões interseccionadas, que se constituem mutuamente, em um processo histórico e social dialético e em permanente construção.

Dadas as complexas relações que se estabelecem entre sujeitos plurais e realidades multidimensionadas, a Psicologia Social passa a se preocupar com demandas da realidade concreta, as quais, inclusive, não são problemas exclusivos da Psicologia. Pelo contrário, performam-se como questões sociais que a convoca a estabelecer diálogos com outras disciplinas e setores sociais variados, em especial os movimentos sociais.

Cabe destacar que essas duas grandes correntes integram a realidade atual. O modo tradicional de fazer Psicologia Social não foi superado,

persiste vigoroso na construção de conhecimentos e práticas, que geram efeitos adaptacionistas em variados contextos. De maneira diversa, profissionais e pesquisadoras/es vêm lançando mão da maneira crítica de fazer Psicologia Social, engajadas/os em criar e recriar politicamente modos de resistir e intervir nas realidades, a partir de olhares problematizadores e não conformados com os cenários opressivos e geradores de sofrimentos.

DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS: POR UMA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Nesta seção, proponho algumas provocações que nos incitam a pensar sobre os desafios existentes, os quais nos convidam a movimentos outros, comprometidos com um projeto social emancipatório e rumo à superação da ordem social vigente, que segue produzindo exclusões, desigualdades, sofrimentos e extermínios. Alinhadas à Psicologia Social Crítica, essas incitações-convites, de pronto, já nos inserem em reflexões como estas que seguem: Quais pressupostos orientam nossos saberes-fazer? Com que e com quem temos nos vinculado ao produzir nossos conhecimentos e nossas práticas? Como temos nos posicionado frente às opressões que estruturam a sociedade e atravessam nosso cotidiano, produzindo expressões variadas de sofrimento humano? Nossas atuações têm cooperado para a manutenção ou com a superação da realidade vigente desigual?

Enquanto contribuição indispensável às reflexões propostas, insiro, aqui, as discussões desenvolvidas pelo psicólogo social espanhol-salvadorenho Martín-Baró. Ele coloca em pauta, no conjunto de suas obras, as situações de injustiça estrutural vividas pelas maiorias populares e, simultaneamente, interroga a Psicologia Social quanto às suas pretensões. Segundo ele, o trabalho das/os psicólogas/os deve, necessariamente, “ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 7).

Nessa direção, propõe e defende uma Psicologia da Libertação, que, a partir das necessidades reais das maiorias populares, implica-se com a superação da alienação dos povos e com a transformação das condições opressivas mais variadas. Esse processo social, do qual as/

os psicólogas/os são parte, é por ele definido como conscientização (MARTÍN-BARÓ, 1996, 2017, 2022).

Essa construção conjunta, que a Psicologia integra, questiona-nos quanto às nossas bagagens teóricas e perspectivas metodológicas, que comumente insistem em operar em meras transposições de dispositivos do campo clínico tradicional para o campo social, seja em direção às políticas públicas ou a outros campos de atuação comunitária. Tal como salienta o autor,

Percebe-se cada vez com maior clareza que as definições genéricas procedentes de outros lugares trazem uma compreensão de nós mesmos e dos outros muitas vezes míope diante das realidades que a maioria dos nossos povos enfrenta e são inadequadas para captar sua especificidade social e cultural (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 8).

Frente a isso, ao propor a conscientização como horizonte fundamental da Psicologia Social, o autor está dando ênfase à necessária criação colaborativa de saberes e fazeres críticos e comprometidos com a coletividade, na contramão de projetos elitistas e excludentes.

Nessa mesma direção, em outras produções (MARTÍN-BARÓ, 2013a; 2013b), o autor chama a nossa atenção aos graves problemas sociopolíticos que enfrentam os povos latino-americanos e aos efeitos por eles gerados, em termos de exclusões, sofrimentos e mortes. Suas obras promovem, então, uma crítica social ampla, mas também uma crítica à Psicologia, que insiste em se manter alheia a problemáticas sociais variadas vividas por populações oprimidas em face dos impactos da guerra, do colonialismo, do capitalismo, do sexismo e do racismo. Ele nos impulsiona a pensar sobre o efeito que a Psicologia, como ciência e profissão, cria na sociedade, em termos de manutenção do poder da classe dominante ou de questionamento e subversão a ela. Sensibiliza-nos, com isso, a criar uma consciência política na Psicologia.

Assim, “à Psicologia não caberia definir os objetivos ou dirigir o processo de mudança social, mas acompanhar a caminhada dos grupos, verificando se os fatos correspondem aos objetivos e se os fatos estão se ajustando aos ideais” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 26). Sob essa perspectiva, nosso compromisso, enquanto Psicologia Social, estabelece-se

com as causas populares – não havendo espaço para neutralidade – num permanente trabalho de desideologização, que demanda desvelar as justificativas e os mecanismos que encobrem as realidades histórico-sociais opressivas naturalizadas.

Um fazer desideologizador demanda que a Psicologia Social: (a) assuma a perspectiva das maiorias oprimidas; (b) desenvolva pesquisas sistemáticas sobre a realidade dessas maiorias; (c) utilize de forma dialética esse conhecimento, comprometendo-se com os processos históricos de libertação popular (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 46).

O processo de libertação, que envolve a desideologização e a conscientização, está atrelado, portanto, à busca pela efetivação de uma sociedade, de fato, democrática. Nesse horizonte utópico, indispensavelmente, segundo o autor, “a perspectiva popular deve ser definida a partir de dentro, não de fora, a partir de uma práxis comprometida” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 68). A Psicologia, sob esse entendimento, do qual corroboro, constrói-se com as pessoas e nos territórios e está atenta às necessidades da comunidade.

Segundo Gaborit (2022), a Psicologia Social Crítica que, em Martín-Baró foi se denominando enquanto Psicologia da Libertação, está, portanto, orientada para e fundamentada na concretude da realidade. Isso significa que “a realidade deve ser o ponto de partida e de chegada da Psicologia” (p. 10), por pelo menos três razões: a Psicologia comprometida com a libertação é orientada à cotidianidade e se situa no fazer diário das pessoas e de suas realidades sociais concretas; a realidade evidencia o caráter histórico das pessoas e das coletividades; a realidade possui uma característica afetante, visto que é nela que as relações e afetações se concretizam entre pessoas e coletividades.

Diante das discussões tecidas, a nós, profissionais e pesquisadoras/es comprometidas/os com a Psicologia Social Crítica, colocam-se inúmeros e permanentes desafios, os quais devem compor as nossas lutas cotidianas, travadas nos mais variados espaços de atuação profissional, como, por exemplo: assumir um posicionamento ético-político de defesa dos direitos das populações atendidas em sua radicalidade, como processo

social libertário, que parte necessariamente de suas necessidades e de suas potencialidades; buscar e promover ações horizontalizadas e inter-setorial em que profissionais das mais variadas políticas públicas sociais, usuárias/os, familiares, movimentos sociais e comunidade protagonizem uma gestão participativa das ações voltadas à garantia de direitos das maiorias populares; e colaborar para o processo de desvelamento dos mecanismos estruturais opressivos que sustentam e produzem sofrimentos, sob a égide do capitalismo racista heteropatriarcal.

Esses desafios estão associados às três tarefas urgentes que se apresentam à Psicologia Latino-Americana (MARTÍN-BARÓ, 2022): 1) recuperar a memória histórica, isto é, evocar, da histórica coletiva, elementos que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que podem ser úteis para os objetivos de luta atuais e futuros; 2) potencializar as virtudes de nossos povos, que estão vivas nas tradições e saberes populares; e 3) contribuir para a desideologização da experiência cotidiana, que deve se desenvolver por meio de um processo de participação crítica na vida dos setores populares.

As reflexões e os tensionamentos propostos nesta seção nos interpelam a respeito de nossos pressupostos teóricos, nossas técnicas e nossos fazeres habituais. É indispensável, pois, que nossas teorias e nossos modos de atuar no mundo estejam em sintonia com os problemas concretos das populações com as quais trabalhamos. São os desafios existentes no cotidiano das populações oprimidas, constituídos por questões sociais, políticas, culturais e psicossociais, que devem orientar os movimentos de construção e reconstrução de nossas bagagens teórico-metodológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constitui-se tarefa complexa refletir sobre os desafios e as possibilidades que dimensionam o horizonte da Psicologia Social, especialmente por estarmos situadas/os numa sociedade capitalista neoliberal, que instala e faz prevalecer a lógica mercadológica, individualista e excludente, na qual laços de sociabilidade e garantia de direitos sociais são rotulados como não importantes e são tomados como alvos de ataques da ordem social vigente.

Em contraponto, a ética da libertação se apresenta, de acordo com Dobles (2022), como um convite ao resgate de nossa memória histórica, ao fortalecimento das forças coletivas, ao compromisso crítico com as necessidades dos povos oprimidos, ao desvelamento das práticas dominadoras naturalizadas e à transformação social da realidade desigual posta.

Transformar implica, aqui, mudar as condições de existência das pessoas em um mundo social marcado por crises e contradições. [...]. A transformação que [as psicólogas e os psicólogos sociais críticos] perseguem é instituinte, insurgente, determinada a romper com as estruturas de opressão, seja no âmbito social ou psíquico. A preocupação desses profissionais é superar teorias e práticas opressivas e fomentar ações voltadas para a mudança de indivíduos, instituições e grupos e para a construção de uma sociedade mais justa e menos exploradora (HUR; LACERDA JÚNIOR; RESENDE, 2018, p. 12).

Se, historicamente, a Psicologia Social Clássica produziu e reproduziu explicações e práticas que alicerçaram e ainda fundamentam injustiças, desigualdades, violências, exclusões e extermínios, impõe-se, no presente, o legado à Psicologia Social Crítica de escutar as maiorias populares e com elas construir outras realidades, que se façam diversas, justas, éticas e libertárias.

Como nos ensina Martín-Baró (2022), nossa atenção “não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo” (p. 188) e a nossa práxis deve estar necessariamente “comprometida com os sofrimentos e as esperanças dos povos latino-americanos” (p. 197).

Anseio que as discussões aqui construídas não nos permitam esquecer que, entre percursos, percalços e outros rumos (im)possíveis, é sempre tempo de esperar.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, M. P.; SPINK, M. J. P. Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1068-1086, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/42223/29294>.

DOBLES, I. Psicologia da Libertação: condições de possibilidade. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 3. ed. rev. Campinas: Editora Alínea, 2022.

GABORIT, M. Prefácio: A realidade interpelante e o projeto de um Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 3. ed. rev. Campinas: Editora Alínea, 2022.

GUARESCHI, P. O que é mesmo Psicologia Social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

HUR, D. U.; LACERDA JÚNIOR, F.; RESENDE, M. R. S. Apresentação à 1ª edição: Psicologia e transformação: uma postura crítica e ético-política. In: HUR, D. U.; LACERDA JÚNIOR, F.; RESENDE, M. R. S. (Orgs.). *Psicologia e transformação: intervenções e debates contemporâneos*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

JACQUES, M. G. C. et al. Introdução. In: JACQUES, M. G. C. et al. (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LANE, S. T. M. Uma redefinição da Psicologia Social. *Educação e Sociedade* [impresso], São Paulo, v. 2, n. 6, p. 96-103, 1980.

LANE, S. T. M. *O que é Psicologia Social*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MORAIS, A. R.; LACERDA JÚNIOR, F. Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 12, 2019, p. 163-184. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/241/234>.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqi/?format=pdf>.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia Política Latino-Americana. *Revista Psicologia Política*, v. 13, n. 28, p. 555-573, 2013a. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n28/v13n28a10.pdf>.

MARTÍN-BARÓ, I. O Método em Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, v. 13, n. 28, p. 575-592, 2013b. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n28/v13n28a11.pdf>.

MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 3. ed. rev. Campinas: Editora Alínea, 2022.

POLÍTICAS SOCIAIS: BREVE ANÁLISE DOS DIREITOS SOCIAIS PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Juscilene Galdino da Silva²

INTRODUÇÃO

Os direitos sociais foram se estabelecendo, historicamente, no âmbito da sociedade capitalista, através da luta proletária. Ao longo dos tempos eles vão sofrendo transformações, avanços e retrocessos, mas conservam o cerne comum que envolve a luta por direitos frente à exploração dos trabalhadores.

As políticas sociais vão emergir, ao longo destes movimentos históricos, como resposta do Estado à “questão social”, que pode ser compreendida como um conjunto de problemáticas sociais, econômicas e políticas emergentes das contradições entre o proletariado e a ordem capital, conforme Iamamoto e Carvalho (1990).

Na realidade brasileira, a Constituição Federal de 1988 se coloca como um marco fundamental na garantia legal de direitos sociais. Embora, no plano concreto os direitos legalmente previstos nem sempre se concretizem, a carta magna representa um avanço indispensável para a noção de direitos sociais que temos hoje.

Neste cenário, este capítulo tem como objetivo discutir, a partir de um enfoque teórico-reflexivo, os direitos sociais no contexto alcançado após o surgimento da referida legislação, visando colocar em pauta questões relativas às políticas públicas contemporâneas. Será dado destaque ao processo histórico de construção das políticas sociais no Brasil, destacando avanços e retrocessos na contemporaneidade.

² Especialista em Gestão e Planejamento em Projetos Sociais (Unifil) e Ensino da Sociologia (UEL). Assistente social (DPE-PR). CV: <http://lattes.cnpq.br/8135015147609871>

POLÍTICAS PÚBLICAS

Primeiramente, convida-se o leitor a se perguntar se já parou para refletir sobre: o que são as políticas públicas e para o que elas servem. Em linhas gerais, podemos defini-la como metas e objetivos que o Estado traça e implementa visando alcançar o bem comum dentro de uma sociedade. É importante que se tenha conhecimento sobre o que são as políticas públicas, principalmente em um país de proporções do Brasil, com a complexidade dos desafios sociais existentes.

Vale ressaltar, conforme Draibe (2007), que, no modo de produção capitalista no qual estamos inseridos, esta ação do Estado frente às demandas da sociedade, através de políticas sociais, envolve necessariamente a dimensão das políticas econômicas. Isso significa que os movimentos históricos do capitalismo influenciam a maneira como o Estado implementará e/ou precarizará as políticas de certa época.

Isso posto, destaca-se que entender a concepção e a importância das políticas públicas é algo essencial na vida dos cidadãos, afinal de contas elas estão relacionadas ao planejamento do setor público e a oferta dos serviços públicos. Por conseguinte, a qualidade de seu planejamento e de sua execução estará relacionada à qualidade da vida da população, enquanto sociedade.

Nota-se, portanto, que as políticas públicas atingem todos os cidadãos, direta ou indiretamente, independente de grau de escolaridade, classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade. Contudo, isso não significa que as possibilidades de acesso são as mesmas, haja vista que, não raro, processos de exclusão social são vividos por parcelas específicas da população, que acabam tendo maior dificuldade de acessar direitos, frente às barreiras impostas pelos sistemas de opressão, como é o caso do racismo, associado ao capitalismo.

Em termos de configuração, elas se constituem por programas, projetos e ações variadas e setorializadas, descentralizadas entre os governos federal, estadual e municipal, tendo a participação direta ou indireta da sociedade, visando assegurar determinados direitos. A propósito, a participação da sociedade civil é extremamente importante, através das

conferências e conselhos, enquanto possibilidade de inserir mais efetivamente suas demandas no debate público e ampliar o protagonismo social.

Como emergem no contexto social, as políticas públicas estão permeadas, atravessadas e constituídas por aspectos políticos, econômico, culturais, legais, entre outros. Elas não se configuram, portanto, como um campo neutro; pelo contrário, dimensionam-se como elementos sociais que se relacionam diretamente com a vida concreta, em todas as suas contradições, em sociedade.

Em nossa realidade brasileira contemporânea, particularmente, a efetivação das políticas públicas se dá através de intervenções estatais, que vão ao encontro das garantias descritas pela Constituição Federal de 1988 e, além disso, também englobam demandas que podem surgir fora do contexto normativo, mas que expressam a emergência de demandas sociais.

Nessa direção, as políticas públicas são distribuídas frente às necessidades sociais historicamente denunciadas em âmbitos como: educação, saúde, trabalho, assistência social, moradia, cultura, transporte, dentre outros. Embora sejam políticas setorializadas, na vida concretas dos cidadãos, elas devem estar em diálogo, buscando o atendimento integral de suas demandas.

Devido a isso, a intersetorialidade é indispensável para o efetivo cumprimento da proteção social e da garantia de direitos por parte do Estado. Ela pode ser compreendida como

(...) uma estratégia de gestão voltada para a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não-governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassam a alçada de um só setor de governo ou área de política pública (MONNERAT; SOUZA, 2014, p. 42).

Será, portanto, através de um trabalho articulado da rede que as ações serão dinamizadas de forma mais efetiva rumo à garantia de direitos de modo integral.

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE RESGATE HISTÓRICO

Não há um consenso entre os historiadores sobre quando, de fato, surgiram as primeiras políticas públicas no mundo. Fato é que em cada Estado elas foram instauradas de maneira peculiar, dadas as especificidades de cada contexto social e político. Todavia, é possível identificar que, em regra, elas costumam ter, em seu início ao menos, um caráter assistencialista, pautado na filantropia e na caridade, por meio de ações paliativas e, algumas vezes, também coercitivas e punitivas.

Em que pese toda a trajetória histórica da construção e das garantias das políticas sociais no mundo, este capítulo se focará fundamentalmente na realidade brasileira, buscando apontar algumas particularidades.

Segundo Piana (2009), as políticas sociais no cenário brasileiro estão intimamente relacionadas às condições vivenciadas em nível social, político e econômico. Se por um lado podem ser pensadas como respostas do Estado às necessidades e aos direitos dos trabalhadores, dialeticamente podem ser entendidas como mecanismos de manutenção da força de trabalho produtiva ao capital.

Assim, no Brasil, pode-se compreender que as primeiras ações de políticas sociais foram estabelecidas em resposta à “questão social”, discutida na introdução do capítulo, mais especificamente no período de crescimento industrial, na década de 1930, e com a expansão do capitalismo no país. A partir da dinâmica social, permeada por reivindicação de direitos sociais, elas vão pouco a pouco sendo estabelecidas.

Vê-se, pois, que o caminho das políticas sociais é simultâneo ao das políticas econômicas, pela razão de que ambos acontecem no contexto do sistema capitalista, que está relacionado às relações de produção e de consumo estabelecidas. Por tudo isso, as políticas sociais estão em constante transformação. A propósito, de acordo com Montañó (2000, p. 21), “as políticas sociais não são mecanismos lógico-formais estáveis de um Estado supraclassista de bem-estar, ou de um Estado apenas funcional ao capital, se não o resultado contraditório, tenso e instável destas lutas”.

Assim, em linhas gerais, compreende-se que as políticas sociais surgem, num primeiro momento, das demandas de trabalhadores, através das reivindicações organizadas por movimentos sociais e sindicatos. Frente a isso, a resposta do Estado ocorre em grande parte para que os trabalhadores se mantenham produtivos para a ordem do capital, mas, por outro lado, também para garantir direitos legítimos. Mais adiante, elas passam a abranger outros grupos sociais, que surgem no processo de construção e de busca por garantias de direitos contínuos dos cidadãos, como veremos adiante.

Aliás, as desigualdades e a concentração de renda são realidades atuais, como também refletem a herança histórica de um país colonizado e explorado por interesses e ditames de países detentores do poder capitalista internacional hegemônico. É nesse quadro complexo que as políticas sociais figuram como potencial de combate às disparidades. Porém, isso não necessariamente se efetiva na prática, pois as ações estatais nem sempre atuam neste núcleo central, em especial pela razão de que suas políticas comumente são fragmentárias e focalistas.

Vale ressaltar que o Brasil, em sua trajetória, teve seis constituições federais, antes da atual Constituição Cidadã. Em geral, as constituições sofreram diversas alterações no que diz respeito ao seu contexto histórico, como ocorreu durante a ditadura militar, por exemplo. Nessa época, o país foi marcado por uma série de violações de direitos, configurados sob a forma de censura, perseguição e morte, além da precarização de direitos sociais variados.

Será no contexto de transição do período ditatorial para o cenário de redemocratização que, por meio do impulso provocado pelas reivindicações dos movimentos populares, sindicais, profissionais e parlamentares, será promulgada a Constituição Federal de 1988. Tal como salienta Piana (2009, p. 24): “não há política social desligada das lutas sociais”. A Constituição representa, portanto, um marco na garantia de direitos variados, os quais serão abordados na próxima seção, que buscarão suprir as lacunas sociais e restabelecer o caminho democrático.

Importante salientar que o processo de redemocratização da década de 1980 que desembocou na Constituição Cidadã, tinha como propósito

efetivar políticas sob os princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. Por outro lado, a sua emergência se dá num contexto internacional, que afeta o cenário nacional, de expansão da ordem capitalista neoliberal. Conforme Antunes (2008), no neoliberalismo, prevalecem a reestruturação produtiva, desestruturação sindical, flexibilização e precarização dos direitos trabalhistas, a criminalização dos movimentos sociais, a privatização de serviços e o desemprego.

Neste campo complexo, a partir da Constituição de 1988, as ações do Estado irão se efetivar com algumas particularidades, como veremos a seguir. Como bem salientam Behring e Boschetti (2016), a “reforma” acabou se concretizando orientada para o mercado e para a adaptação à lógica do capital.

DIREITOS SOCIAIS PÓS 1988: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS

Nos anos de 1980, na efervescência do processo de redemocratização, os movimentos sociais, profissionais e sindicais colocam em pauta a necessidade da reforma do sistema de proteção. A cobrança fundamental era na direção de uma resposta do Estado às demandas sociais, visando ao alargamento da democracia.

Foi, portanto, com a Constituição Federal de 1988 que os direitos sociais passam a ser previstos formalmente através de políticas públicas. Os direitos sociais em conjunto com os direitos fundamentais colocam, então, em pauta – ao menos na letra da lei – o respeito à pessoa humana em sua integralidade.

No decurso do tempo, emendas à legislação vão sendo inseridas, a fim de acompanhar o desenvolvimento e as transformações da sociedade. A título de exemplo, podemos acionar, aqui, a Emenda Constitucional 26/2000 que previa, em seu Art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Posteriormente, com a Emenda Constitucional 90/2015, o mesmo artigo passa a ter a seguinte redação: “São direitos sociais a

educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Tais modificações expõem que os direitos sociais são constituídos historicamente como produtos sociais. Não se configuram como um dado pronto e imutável. Estão em processo contínuo de construção e mantêm relação estreita entre si, não só na lei, mas na dinâmica concreta da vida social.

Podemos refletir, então, que a efetivação dos direitos sociais decorre de batalhas permanentes da sociedade, em meio a luta de classes. O que foi construído e temos hoje não se trata de benesses do Estado, na medida em que é fruto de lutas localizadas num dado momento histórico. Por tudo isso, os direitos não são definitivos; ataques aos direitos arduamente conquistados podem acontecer – e acontecem – a depender da dinâmica estatal, social, política e econômica vigente.

Ao nos atentarmos para os direitos sociais contidos na Constituição de 1988, é possível evidenciar que eles compõem temáticas de grande abrangência e relevância social. Contudo, é no plano prático, através de pesquisas sistemáticas, que se pode precisar com mais clareza como e se tais garantias estão, de fato, sendo implementadas e se são capazes de suprir as necessidades da grande maioria da população.

Os direitos à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados têm sido, factualmente, garantidos na vida concreta? São respeitos e ofertados de forma plena pelo poder público? Atingem as pessoas de forma igualitária? Essas indagações nos provocam a refletir sobre a distância ainda existente entre a previsão legal e a realidade da maioria da população brasileira, que ainda sofre processos de estigmatização e exclusão, que aprofundam a distância ao acesso e à concretização de seus direitos.

Vale salientar, a propósito, que o Brasil é um país que, além das legislações nacionais, ratificou vários tratados internacionais que impactam direta ou indiretamente a dimensão dos direitos e das garantias sociais. No entanto, nem sempre tais previsões são implemen-

tadas, em face da inexistência ou da existência precária de ações do Estado na direção dessas garantias.

Essas lacunas nos convidam a pensar sobre a necessidade de garantir e fomentar a participação popular sistemática no processo democrático. Tal como ocorreu no contexto de emergência da Constituição de 1988, é indispensável que a sociedade civil, os movimentos sociais, os sindicatos e os profissionais que atuam nos territórios estejam inseridos num processo democrático participativo.

O envolvimento popular é importante não apenas pelo necessário protagonismo das classes populares na garantia de direitos democráticos, mas também pela razão de que se deve manter vigilante frente às investidas dos governos que passam a assumir a gestão estatal. Não raro, em meio aos jogos de poder, direitos são sucateados e subfinanciados, a serviço da manutenção e da preservação da economia capitalista.

O Estado brasileiro, em geral, sob à égide da Constituição de 1988, vem nestas últimas décadas tentando passar a imagem de um Estado garantidor de direitos, isto é, de um Estado que acolhe demandas sociais, em maior ou menor grau. Em contraponto a esses discursos, a realidade tem sido fática em demonstrar que o Brasil persiste sendo um país com intensa desigualdade social, no qual direitos sociais são frequentemente precarizados. Toda essa dinâmica de desmonte ocorre, é claro, em detrimento às ações que favorecem o mercado nacional e internacional. A desproteção social segue, pois, ainda sendo a regra.

Em decorrência, os direitos humanos são sistematicamente atacados, negligenciados e desrespeitados. Porém, o modo como esse processo se estabelece admite faces que procuram informar que estamos diante de processos naturais, quando, na verdade, são efeitos sociais da falta de proteção e de garantia de direitos. A engrenagem é mascarada em privilégio de alguns, os detentores do poder, num processo contínuo de manutenção do fosso histórico das desigualdades sociais de nosso país.

No presente contexto, que se estabelece progressivamente a partir da década de 1990, sob a vigência de um Estado neoliberal, temos presenciado movimentos de avanços e retrocessos, a depender da gestão governamental. Fato é que, em maior ou menor grau, a dimensão

econômica segue sendo preservada, enquanto a população em condição de vulnerabilidade social segue sofrendo os impactos mais perversos das disparidades sociais características de nosso solo brasileiro. Aspectos ideológicos, políticos e econômicos atravessam, por conseguinte, dificultando ou facilitando a efetivação das políticas sociais. Desvelar e ter clareza desses mecanismos é indispensável no avanço rumo à consolidação dos direitos, que frequentemente estão sob ameaça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste capítulo, com finalidade central de colocar em pauta as políticas sociais no contexto posterior a Constituição Federal de 1988, demonstram que os direitos conquistados devem persistir sendo foco das lutas das classes populares. O desafio atual é direcionar a ação e a resistência coletiva para que tais garantias legalmente previstas sejam acessadas em condições de igualdade e se efetivem na prática em benefício da população.

Nesse campo complexo, é dever do Estado atuar na concretização dos direitos, por meio das políticas sociais, legitimamente garantidas em nosso ordenamento jurídico. Práticas e discursos mascarados de proteção, mas que mantém a ordem desigual vigente, devem ser despidos e enfrentados. Em defesa da vida em condições plenas de cidadania é que a persistente busca pela garantia dos direitos sociais deve se direcionar.

No plano concreto das políticas sociais, coloca-se, então, enquanto desafio aos profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, a necessidade de ofertar serviços que presem e afirmem o compromisso social dessas categorias. Essa atuação deve estar voltada não só para a garantia do acesso dos usuários aos direitos previstos em lei, mas também para a oferta integração de ações que façam sentido frente às suas necessidades.

Ademais, diante das investidas do capitalismo neoliberal, no contexto contemporâneo, o fortalecimento da rede intersetorial e o diálogo permanente com os movimentos sociais e a sociedade de um modo geral é urgente, pois a imobilização da coletividade tem sido artimanha fundamental para a manutenção das desigualdades sociais e para o processo de culpabilização daqueles que são impactados pelos efeitos da

“questão social”. Aliás, Yazbek (2001) já havia salientado que o discurso e as práticas neoliberais estimulam um vasto empreendimento de enfraquecimento do coletivo e a refilantropização do social, que é delegado a um lugar de pouca importância.

Impõe-se a necessidade de um processo progressivo e permanente de ampliação de direitos que, de fato, efetivem-se rumo à concretização de uma sociedade embasada na justiça social e na cidadania plena. Somente assim experienciaremos a efetiva democracia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA E SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas-SP: Papel Social, 2014.

MONTAÑO, C. La política social: espacio de inserción laboral y objeto de reflexión del Servicio Social. (Apresentação). In: BORGIANI, E.; MONTAÑO, C. (Orgs.). **La Política Social Hoy**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social. Revista Temporalis, ABEPSS, ano 3, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf.

JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA

Aline Daniele Hoepers³

Adriana Oliveira Machado⁴

Júlia Martins Silva⁵

Maria Christina Cyrino Guilmar⁶

INTRODUÇÃO

Há muitas terminologias, empregadas no campo das ciências humanas e sociais, assim como acontece em outras áreas, que são acionadas em publicações ou em outras formas de discurso variados, que figuram como supostamente autoexplicativas. Direitos humanos e justiça social são algumas delas. É como se a sua mera menção fosse suficiente para garantir que aquele discurso ou aquela prática estejam alicerçados em um compromisso social com os povos oprimidos.

Incontáveis vezes, lemos e/ou ouvimos aqueles termos serem utilizados em situações nas quais nem sempre se inserem de maneira contextualizada e realmente crítica. Nessas circunstâncias, insurge a inquietação: esta ou aquela Psicologia está realmente comprometida com o que e com quem?

Tal como propôs Lane (1984, p. 19), “toda Psicologia é social”, o que não significa negar as particularidades da Psicologia Social e nem reduzir as múltiplas áreas da Psicologia à Psicologia Social. Sua afirmação

³ Doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

⁴ Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/1171221454572729>

⁵ Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8627024270849852>

⁶ Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Inglesa (FANELT-RJ). Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/2538695665202665>

nos provoca, enquanto Psicologia, a assumir a natureza social e histórica do sujeito humano, reconhecer os atravessamentos sociais que compõem os processos de subjetivação e produzir teorias e práticas alicerçadas no compromisso social dos povos impactados pelas desigualdades sociais. Contudo, isso nem sempre acontece.

Não somente as ilustrações do passado escancaram a face elitista que a Psicologia admitiu. No presente, concepções e práticas psicológicas prosseguem expressivamente alicerçadas no descompromisso com as populações oprimidas, exploradas e subalternizadas. Não obstante, não é surpreendente nos depararmos com essas mesmas Psicologias asseverando um suposto compromisso social.

Os mais variados sistemas de opressão operam na produção de desigualdades e produzem sistemática e violentamente variadas expressões de sofrimento. Apesar disso, há Psicologias, sob uma roupagem de neutralidade, que negam essa realidade e insistem em produzir rótulos individualizantes, concepções psychologizantes e ditames culpabilizantes. De modo diverso, defendemos que não há qualquer possibilidade de se pensar criticamente sobre dimensões como sofrimento psíquico e saúde mental que não seja acionando o contexto social, os direitos humanos e a justiça social como parte integrante daquelas dimensões.

Com esse compromisso, este capítulo se propõe a desenvolver discussões teórico-reflexivas sobre os percursos históricos e os desafios atuais lançados à Psicologia, em interface com outras áreas do conhecimento, rumo à uma realidade pautada na rigorosa defesa dos direitos humanos e na justiça social.

Alinhadas aos fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Social Crítica, ansiamos que as discussões aqui construídas gerem impactos transformadores – reflexões e deslocamentos – nos saberes e fazeres constituídos por psicólogas e psicólogos em suas práticas cotidianas. Tal como salientam Euzébios Filho e Gradella Júnior (2020, p. 94), “um projeto de Psicologia Crítica pressupõe um projeto de sociedade que considera necessário algum nível de transformação social”.

A fim de contextualizar histórica e conceitualmente as discussões, apresentamos, na primeira seção, reflexões e problematizações sobre justiça social e direitos humanos. Em seguida, na seção seguinte, tecemos considerações e provocações ético-políticas sobre o compromisso social da Psicologia no presente.

JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Direitos humanos e justiça social são dimensões que integram a arena social e nela são afetadas por inúmeros entraves para sua concretização e garantia plena. Transformações econômicas, sociais e políticas acontecem sistematicamente, mas, não raro, assistimos a intensos esforços por parte dos detentores do poder rumo à proteção do *status quo*, mantenedor de seus privilégios.

Refletir sobre direitos humanos e justiça social, no presente, implica, portanto, historicizar as condições que possibilitam o estado atual de nossa sociedade, conforme propõem Gonçalves e Nascimento (2017). Segundo elas, o neoliberalismo, ao focar, fundamentalmente, na privatização, no livre mercado e no aumento da produção visando ao lucro de alguns – detentores dos meios de produção –, aprofunda impactos sociais vividos por outros – a classe trabalhadora –, como o aumento das desigualdades sociais, das taxas de desemprego, da exclusão social e da pobreza. Nessa direção, “violação dos direitos humanos, assim como a violência e a pobreza estão atreladas a relações de poder” (p. 43).

Uma inquietação se faz pulsante diante desse cenário: quais vidas são consideradas dignas de garantia dos direitos humanos? Em que pese, formalmente, direitos variados serem previstos em nosso ordenamento jurídico brasileiro e internacional, de acordo com Cruz et al. (2017), há uma gigantesca lacuna entre o humano abstrato das leis e os sujeitos concretos que constituem a nossa realidade social desigual. A gestão penal da miséria e das desigualdades, cria, socialmente, “inimigos”, os quais são delegados à invisibilidade, à exclusão, ao encarceramento em

massa e ao extermínio. Nessa linha, o conceito de direitos humanos acaba por se distanciar do conceito de humanidade.

Rosato (2011) elucida que, no cenário pós Segunda Guerra Mundial, frente às incontáveis expressões de violações de direitos humanos, houve um entendimento de que deveria existir um instrumento internacional que garantisse a proteção a esses direitos de todas as pessoas, independentemente de seu país de origem. Assim, em 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de proteção aos direitos humanos e manutenção da paz e segurança mundial. Nesta conjuntura, nos anos seguintes, adotou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Após a sua emergência, outros dispositivos normativos foram implementados, como: o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos em 1966; o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais também em 1966; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1968; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979; a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, dentre outros.

Tal como discorre a autora, se, por um lado, os direitos humanos agregam um conjunto de conquistas, resultantes de lutas históricas coletivas, rumo à garantia da dignidade humana e, portanto, não são atributos naturais ou simplesmente dados, por outro lado, mesmo vivendo numa sociedade moderna, pautada em leis, pactos e tratados defensores de direitos humanos, eles seguem sendo ameaçados e não estão imunes aos interesses e aos impactos sociopolíticos de cada época.

Esses apontamentos nos convidam a uma importante questão: é possível pensar em justiça social no bojo da sociedade capitalista neoliberal, que, a propósito, alimenta-se e se dinamiza associada à força motriz de outros sistemas de opressão, como o sexismo e o racismo?

As contribuições de Silva e Sarriera (2015) nos auxiliam nessa discussão. Discutem que, embora a justiça social possa ser pensada a partir de variadas concepções, inclusive divergentes, a sua definição mais

comum, na atualidade, está relacionada à “equitativa distribuição de recursos, deveres e oportunidades na sociedade, sendo, por conseguinte, um construto relacional” (p. 381). Essa forma de entendimento a vincula à ideia de uma sociedade baseada em princípios de solidariedade, igualdade e dignidade, associados a garantia de direitos humanos de toda e qualquer pessoa. Frente a isso, propõem ser necessário problematizar a noção de justiça social, a fim de desnaturalizar processos sociais envolvidos, que demandariam ser superados, como: desigualdades, desrespeito aos direitos humanos e intolerância às diferenças.

Analisar criticamente as desigualdades mais variadas (im)postas naturalmente em nosso meio social, em face do gênero, da sexualidade, da religião, da deficiência, da classe, da idade, dentre outros marcadores sociais, coopera para interrogarmos os processos de discriminações e exclusões produzidos e normalizados, tal como comentam Silva e Sarriera (2015). Naturalizar desigualdades é, aliás, uma estratégia eficiente para manter estruturas sociais desiguais intactas, que produzem privilégios para alguns e culpabilização para outros sujeitos.

Frente a isso, acreditamos que concretizar justiça social e garantir direitos humanos passa, necessariamente, por desvelar aquelas estruturas e subsequentes desigualdades. Exatamente por isso, não são dimensões almejadas ou facilitadas por aquelas pessoas e/ou instituições que gozam dos privilégios desta sociedade estrategicamente desigual. Ademais, aquelas dimensões carregam consigo diretrizes assentadas em princípios comunitários, que presam pela melhoria de vida da coletividade, através da garantia integral de direitos, o que vai em direção oposta aos ditames do capitalismo neoliberal. Nesse campo complexo, como tem se posicionado a Psicologia?

O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS

Buscaremos tecer, neste espaço, reflexões e tensionamentos sobre as implicações das discussões construídas na seção anterior no

campo da Psicologia. Lutar pela garantia dos direitos humanos e por uma sociedade alicerçada em justiça social são tarefas históricas e sempre atuais postas à Psicologia.

Os primeiros anos da profissão, após sua regulamentação na década de 1960, foram expressivamente caracterizados por um viés calcado numa perspectiva universal de sujeito, que o descolava de sua realidade social, de sua vida concreta, de acordo com Bock et al. (2022). Isso contribuiu, e ainda coopera, para a formulação de concepções e práticas a-históricas e descontextualizadas quanto às reais necessidades da maioria da população.

Em consonância, Ferreira e Garrido (2021) nos lembram que a Psicologia, como ciência e profissão, serviu, ao longo do processo histórico, aos interesses e propósitos da classe dominante, sendo, muitas vezes, utilizada para legitimar seu lugar de privilégio, o que implicava na construção de práticas e teorias excludentes quanto às maiorias populares. Em razão de, desde sua origem, a atuação clínica ter se firmado como hegemônica no exercício da profissão, os serviços psicológicos foram, por muito tempo, acessados apenas por uma pequena parcela privilegiada de nossa sociedade.

Nas décadas seguintes, novas condições históricas e sociais possibilitaram o surgimento e desenvolvimento progressivo de um novo projeto profissional, conhecido como o Projeto do Compromisso Social. Tais condições, na realidade brasileira, estiveram vinculadas à resistência coletiva à ditadura militar, assim como ao questionamento e à recusa da dominação do pensamento estadunidense em Psicologia, importado para o contexto brasileiro. As bases dessas experiências, que clamavam por transformação na Psicologia e na sociedade, podem ser localizadas nas décadas de 1970-80, tendo tido uma ampliação e a consolidação mais expressiva nos anos 90 (BOCK et al., 2022).

Entretanto, concebemos ser indispensável colocar em pauta o fato de que, mesmo com a emergência de perspectivas críticas em Psicologia, e ainda que tenha havido uma gradual inserção de psicólogas/os em variados campos, para além dos espaços de trabalhos hegemônicos,

como ocorreu, por exemplo, a partir do ingresso das/os profissionais no âmbito de diversas políticas públicas, simultaneamente, não raro, os modos de operar técnicas e de transportar teorias seguiram, frequentemente, com os mesmos contornos, sem as necessárias contextualizações.

Assim, se por um lado, de acordo com Bock et al. (2022), a Psicologia passa, na transição século XX para o século XXI, por um relevante processo de revisão crítica visando à consolidação de um projeto ético-político que respondesse à realidade histórica latino-americana e brasileira em particular, por outro lado, a superação de olhares e atuações elitistas e estigmatizantes, em variados contextos de trabalho, segue sendo tarefa presente e urgente.

Devido a isso, é importante rever a quem ainda se destina as intervenções desse campo do saber e como tornar a Psicologia uma ciência comprometida social, histórica e politicamente com populações subalternas que sempre tiveram acesso negado aos seus direitos mais básicos. Não se posicionar perante situações de injustiça é colocar-se como conivente (FERREIRA; GARRIDO, 2021, p. 353).

A propósito, no cerne deste necessário posicionamento, assinalado pelas autoras, temos, a partir do conjunto das diretrizes que embasam o exercício de nossa profissão, os pressupostos éticos indispensáveis à atuação em quaisquer contextos. Assim, nossas ações e concepções assumem (ou deveriam assumir) um posicionamento de natureza ético-política.

Nessa direção, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) apresenta princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação da/o psicóloga/o com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência. Tais princípios devem atravessar as práticas psicológicas nos mais variados cenários, as quais demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional em que se inserem. Todas as responsabilidades abordadas ao longo da normativa devem, portanto, estar alinhadas aos princípios fundamentais como eixos basilares.

No conjunto, esses princípios enfatizam, fundamentalmente, a necessidade de trabalhos psicológicos assentados na promoção e no respeito à integridade, à liberdade, à dignidade e à igualdade humana, em alinhamento ao que propõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É notável, ainda, o enfoque dado ao necessário posicionamento da categoria quanto ao enfrentamento e à eliminação de violências, explorações, opressões e discriminações, que impactam pessoas e coletividades e produzem sofrimentos e exclusões. Associado a isso, há uma ênfase na indispensável responsabilidade social, que deve estar fundamentada em análises críticas e historicizadas da realidade cultural, social, econômica e política.

Essas diretrizes apresentadas no Código de Ética de nossa categoria, associadas a outras orientações produzidas pelo Sistema Conselhos, como resoluções, notas técnicas, comunicados, livros, referências técnicas, relatórios e cartilhas, publicizadas em seus canais oficiais, têm sido importantes instrumentos de sensibilização quanto a assuntos que, rotineiramente, foram e seguem sendo marginalizados em teorias que integram a multiplicidade da Psicologia. Referências técnicas para atuação em variados espaços, assim como discussões quanto aos sistemas de opressão e aos seus impactos psicossociais têm sido fundamentais a uma atuação crítica das/os psicólogas/os, embora não esgotem a complexidade dos problemas que temos e, por isso, evidencia-se a necessidade de que tais diretrizes sejam, sistematicamente, revistas, atualizadas e aperfeiçoadas em atenção às transformações sociais.

Tal como assinalam Bock et al. (2022), os desafios à Psicologia seguem insurgindo. Os anos recentes revelam, em nossa realidade brasileira, o desmonte de inúmeras políticas públicas, o agravamento de violações de direitos humanos, o aprofundamento de desigualdades sociais, os impactos da pandemia da Covid-19 e a persistência dos impactos provocados pela articulação entre sistemas de opressão.

Expressões cotidianas de racismo, sexismo, perseguição religiosa, desrespeito à orientação sexual e identidade de

gênero, naturalização da pobreza e da fome, demonstram que a perspectiva democrática não está entranhada nas relações sociais. Ao contrário disso, cresce o espaço das manifestações autoritárias e reacionárias. Mais do que nunca, o compromisso da Psicologia com a construção de sujeitos democráticos se faz necessário (BOCK et al., 2022, p. 4).

Como fartamente demonstrado em nosso processo histórico, podemos refletir que a luta pela concretização de direitos mais variados, rumo ao ideal de justiça social, deve ser permanente e incansável. A Psicologia foi e segue sendo parte importante dessa luta, em articulação com outros setores profissionais e movimentos sociais.

Diante disso, concordamos com Pizzinato et al. (2022), quando refletem que, de uma profissão que iniciou sua caminhada comprometida com noções de sujeito e de campo prático alicerçadas em um projeto individualista e liberal, resta evidenciado que a Psicologia tem buscado, no presente, acompanhar as mudanças sociais, contribuindo ativamente na construção de uma sociedade mais justa. É possível conceber, portanto, que “houve uma espécie de ‘giro político’ em nossa ciência e profissão” (p. 1), que tem fomentado o compromisso crítico e crescente quanto à defesa de direitos humanos, à luta contra opressões e à busca por justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e os tensionamentos costurados ao longo deste capítulo evidenciam que não há como pensarmos na temática justiça social e defesa dos direitos humanos desprovidas/os de propósitos e posicionamentos ético-políticos em Psicologia. Parafraseando Lane, em suas contribuições apresentadas na introdução deste capítulo, acreditamos que toda Psicologia é social e, também, política.

A partir das direções que assumimos nas discussões aqui tecidas, procuramos evidenciar que direitos humanos, sistemas opressivos, justiça

social e desigualdades sociais são dimensões que afetam a e são afetadas pela Psicologia. A propósito, reforçamos a consideração de Rosato (2011), quando afirma que, do ponto de vista teórico, prático e ético, as intervenções psicológicas podem ser colaborativas com a construção e a garantia dos direitos humanos, como também podem operar na direção de seu silenciamento e sua destruição. O mesmo pode ser pensado quanto à construção de um mundo pautado em justiça social.

Afinal, como temos nos posicionado diante das cotidianas, variadas e naturalizadas violações de direitos humanos? Temos participado, silenciado ou nos evadido da construção de uma sociedade assentada em justiça social? Nossa Psicologia está comprometida com qual projeto de mundo?

Essas inquietações nos convidam a inserir, nestas reflexões finais, as contribuições de Martín-Baró (2022). Ao abordar os desafios emergentes à Psicologia latino-americana, o autor destaca a necessidade de as/os psicólogas/os colocarem os seus conhecimentos e as suas práticas a serviço das maiorias populares, isto é, dos setores populares, das classes trabalhadoras e do campesinato.

Desta forma, o desafio à Psicologia latino-americana não é o de tornar-se socialmente relevante; o desafio é orientar sua influência social potencial para o atendimento prioritário ou preferencial dos interesses dos grupos dominados, para os problemas das maiorias populares, para as esperanças e os sonhos desses vastos setores da população latino-americana (MARTÍN-BARÓ, 2022, p. 206).

O autor sugere, portanto, que, se há uma relevância social a ser buscada pela Psicologia, ela não é indiferenciada e supostamente neutra, mas sim inclinada às necessidades dos povos marginalizados, que são as maiorias populares. O compromisso da Psicologia, sob esse entendimento, não se funda em princípios abstratos. Pelo contrário, deve estar direcionado por e para as condições e circunstâncias concretas vividas pelo povo rumo ao que ainda há por fazer.

Esse compromisso e essa construção são, necessariamente, coletivos. Como nos ensinou Krenak (2022, p. 90): “assim como os nossos rios que generosamente compartilham sua potência e confluem. Que a gente possa aprender a não ficar preso a nenhuma barragem”.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A. M. B. et al. O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n. spe, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gLBYMVzGTHFynJJzjhW9x8t/?format=pdf&lang=pt>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Resolução CFP nº 010/2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
- CRUZ, A. V. H. et al. A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. spe, p. 239-252, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VV6DvqFf4XtkDvH86BcXvVN/?format=pdf&lang=pt>.
- EUZÉBIOS FILHO, A.; GRADELLA JÚNIOR, O. Psicologia crítica, praxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 14, p. 89-111, 2020. Disponível em: <https://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/285>.
- FERREIRA, C. D.; GARRIDO, E. N. O compromisso social da Psicologia no Brasil: reconstrução de saberes e a interlocução com políticas públicas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 54, p. 352-363, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3042>.
- GONÇALVES, M. A.; NASCIMENTO, N. S. Psicologia, direitos humanos e política de proteção social. In: GONÇALVES, M. A. (Orgs.). *Psicologia, direitos humanos e movimentos sociais: capturas e insurgências na cidade*. Porto Alegre: ABRAPSO Editora, 2017. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_encontros_volume3.pdf.
- KRENAK, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 3. ed. rev. Campinas: Editora Alínea, 2022.
- PIZZINATO, A. et al. Sessenta Anos da Profissão de Psicóloga(o) no Brasil: Percursos e Desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n. spe, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wPVF8zHd3DqXgBjwPXDmj9j/?format=pdf&lang=pt>.

ROSATO, C. M. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 11-27, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6790/4913>.

SILVA, C. L.; SARRIERA, J. C. Promover a justiça social: compromisso ético para relações comunitárias. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 380-386, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9scX4FNBXTRKQb8FbTqxqfR/?format=pdf&lang=pt>.

PSICOLOGIA IMAGINAL, PENSAMENTO DECOLONIAL E PEDAGOGIA CULTURAL: POR UM RESGATE DA ANCESTRALIDADE

Sonielson Luciano de Sousa⁷

Marcia Esteves de Calazans⁸

Moysés da Fontoura Pinto Neto⁹

Graziela Macuglia Oyarzabal¹⁰

Há uma constante tensão no ambiente acadêmico para a adoção de metodologias “cientificamente validadas” – numa espécie de retorno do fisicalismo e do cientificismo que remontam a meados do século 19 (MIKLOS, 2023). Na relação entre Ciências Humanas e Ciências Sociais, a psicologia – e, em certa medida, parte das teorias da educação – se veem num fogo cruzado em torno de um debate antigo sobre o que é ciência e o que é pseudociência. Os detratores da diversidade epistemológica, por sua vez, para desqualificar – mesmo entre os saberes eurocentrados (como no caso dos cognitivistas em relação aos psicanalistas, por exemplo) – o que se enquadra como pseudociência (PASTERMARK; ORSI, 2023) exaltam o princípio da neutralidade do observador, da eficácia dos métodos eminentemente naturalistas e da suposta universalidade dos resultados alcançados, numa espécie de ode ao ideal de homem universal, princípio este já criticado pelo movimento feminista (hooks, 2020) e pela intelectualidade afrocentrada (FANON, 2008). Parte disto tudo, como nos faz pensar Quijano (2005), ainda está no campo de um academicismo que persiste sob um sistema de colonialidade.

Ora, neste sistema, há uma gradativa retirada dos currículos de escolas e universidades brasileiras, nos últimos anos, de temas como

⁷ Doutorando em Educação (ULBRA). Psicólogo (CEULP). CV: <https://lattes.cnpq.br/4476876030314946>

⁸ Pós-doutorado em Educação (UFRGS). Doutorado em Sociologia (UFRGS). Professora/pesquisadora (ULBRA). CV: <http://lattes.cnpq.br/3033771649742154>

⁹ Doutor em Filosofia (PUC-RS) com período-sanduiche no Centre for Research in Modern European Philosophy (Kingston - UK). Professor/pesquisador (ULBRA). CV: <http://lattes.cnpq.br/8435786026532807>

¹⁰ Doutora em Educação (UFRGS). Professora/pesquisadora (ULBRA). CV: <https://lattes.cnpq.br/1704603722051136>

pluralismo epistemológico e filosofia da ciência (ZANDAVALLI, 2022), em cujo cerne está a crítica aberta à tentativa de universalização dos discursos eurocentrados, narrativas estas desnudadas anteriormente por Foucault (2009) e, no Brasil, em alguma medida por Safatle, Junior e Dunker (2020), e mais recentemente por Faustino e Lippold (2023). A partir de todos estes pensadores, em maior ou menor grau, é possível estabelecer um diálogo com Quijano (2005), uma das vozes mais profícuas a denunciar que as estruturas do poder colonial permanecem a influenciar e moldar as sociedades contemporâneas, mesmo após o término da era formal do colonialismo, a partir do que denominou de colonialidade. Na psicologia e em outras ciências, a colonialidade opera de forma não tão sutil, uma vez que o discurso de hierarquização das abordagens teóricas segue uma lógica que privilegia os currículos marcados por epistemologias do Norte Global (SATO; NARDI, 2021).

A psicologia acadêmica que se consolidou no Brasil nas últimas décadas – como de resto parece ocorrer com outras ciências – é fortemente influenciada por epistemologias que têm uma relação direta com a colonialidade do saber (SANTOS; OLIVEIRA, 2021). O perfil curricular dos cursos de graduação tende a enfatizar abordagens como as de base psicanalítica, por um lado, e as teorias comportamentais, por outro. Por fora, em menor grau, há a ênfase no Humanismo e na Fenomenologia, como ocorre inclusive com a Psicologia Imaginal, baseada numa diversidade epistemológica (PENNA, 2005). Optou-se por usar o nome Psicologia Imaginal, e não Psicologia Analítica ou Psicologia Junguiana, por considerar que tanto Jung (2000) quanto Hillman (2010) pensam numa abordagem que vai além do pensamento estritamente consciente e racional, buscando entender o funcionamento do inconsciente e a natureza simbólica da mente humana a partir da produção de imagens. Desta forma, as imagens e símbolos são o meio pelo qual os aspectos inconscientes e arquetípicos da mente se manifestam (CAMBRAY; SAWIN, 2021) e podem ser compreendidos e integrados no processo terapêutico individual e grupal.

Ora, as epistemologias elencadas acima são eurocentradas ou pensadas a partir do olhar norteamericano. Em grande medida, tais esquemas modelam as visões de mundo não apenas na prática profissional da psicologia, mas também no desenvolvimento de metodologias educacionais e pedagogias amplamente pulverizadas pelos sistemas de educação superior do país. Desta forma, a pesquisa aqui apresentada se justifica cientificamente ao buscar uma análise crítica e aprofundada da Psicologia Imaginal sob o prisma das epistemologias latino-americanas com base nas tradições indígenas. Isso permitirá uma compreensão mais abrangente e contextualizada das imagens mentais e suas funções psicológicas a partir das contribuições destes povos.

Além disso, justifica-se pela urgência de promover uma ciência mais plural, capaz de dialogar com diferentes formas de conhecimento e saberes ancestrais, contribuindo para uma psicologia sensível à diversidade cultural da região. Ademais, a ciência moderna – se é que é moderna, como problematiza Latour (2019) – tem sido criticada pelo eurocentrismo e por não dar voz aos saberes e epistemologias de outras culturas. Aliás, as bases do que nomeiam como modernidade foram erigidas a partir da hierarquização das diferenças e da racialização (COSTA, 2009). Essa crítica é especialmente válida no campo da psicologia, cujo currículo acadêmico tem sido dominado pela perspectiva predominantemente ocidental.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica com metodologia exploratória é uma abordagem científica largamente utilizada na área da psicologia e das Ciências Sociais, que busca aprofundar o entendimento sobre um determinado tema por meio da exploração e análise crítica de estudos, livros, artigos e outras fontes de informação já disponíveis (CAMBRAY; SAWIN, 2021). Essa metodologia é particularmente preciosa para pesquisadores da psicologia, uma vez que permite a investigação de teorias, conceitos e práticas previamente discutidos por outros autores.

Esta é uma abordagem que se tem como objetivo principal preencher lacunas no conhecimento existente, identificar abordagens teóricas divergentes ou convergentes e delinear uma base sólida para futuras investigações. Esse processo é fundamental para desenvolver uma visão panorâmica e aprofundada do tema em estudo, favorecendo a formulação de perguntas pertinentes e a proposição de novas perspectivas de análise. Isto é particularmente interessante na psicologia, como forma de tencionar os saberes hegemônicos (PIZZANI et al., 2012).

A natureza interdisciplinar da psicologia permite que a metodologia exploratória bibliográfica seja aplicada a diversas áreas do conhecimento, tais como psicologia clínica, psicologia social, psicologia do desenvolvimento, entre outras. Através da análise sistemática e crítica da literatura existente, o pesquisador pode adquirir uma compreensão mais abrangente dos debates teóricos e práticos, enriquecendo a sua própria investigação e contribuindo para o avanço da área (CAMBRAY; SAWIN, 2021). Por fim, a pesquisa bibliográfica com metodologia exploratória desempenha um papel crucial na psicologia – e nas ciências humanas e sociais, pois proporciona subsídios fundamentais para o avanço do conhecimento científico nessa área. Ao permitir que o pesquisador acesse informações já consolidadas e obtenha uma visão abrangente das discussões em curso, essa abordagem promove a geração de novos insights e a proposição de estudos que contribuam significativamente para o campo da psicologia.

Por fim, o movimento que coloca em questão os fundamentos do pensamento científico moderno e leva ao desenvolvimento de uma ciência sistêmica e baseada num pensamento complexo compreende uma “desdogmatização da ciência” (SANTOS, 2000). De acordo com Hauke (2001), as principais características da pós-modernidade são diversas: uma multiplicidade de perspectivas, uma variedade de epistemologias e abordagens metodológicas, a aceitação de paradoxos e contradições, o reconhecimento da inevitabilidade de imprecisão e incerteza, a ênfase na relatividade dos parâmetros e na polivalência de significados. Ademais, é abraçada a concepção de verdade transitória e relativa, com uma

valorização do autoconhecimento e, consequentemente, da subjetividade no processo de aquisição e produção de conhecimento. Além disso, há uma integração da individualidade na coletividade.

RESULTADOS

Walsh (2009) – juntamente com Quijano (2005) e tantos outros – desafia a supremacia do pensamento do Norte Global e questiona as hierarquias epistêmicas sedimentadas e consolidadas durante a ascensão da modernidade. Há nesta tensão, portanto, o surgimento do giro decolonial latino-americano, que envolve uma reavaliação das narrativas históricas, o reconhecimento dos conhecimentos indígenas e outras formas de saber marginalizadas, a análise das práticas neocoloniais que persistem e a busca por formas mais justas e igualitárias de coexistência e interação na região. É um esforço para construir uma nova visão de mundo que reconheça e valorize as diversas culturas e identidades presentes no Brasil e na América Latina, promovendo a autonomia intelectual e política da região em relação ao legado colonial.

Em que pese o recrudescimento político ocorrido na América Latina na última década, inclusive com a ascensão do fascismo bolsonarista no Brasil, o movimento decolonial tem tido impacto significativo nos campos acadêmicos, nas lutas sociais e nas políticas públicas da América Latina, abrindo espaço para uma maior inclusão, diversidade e respeito pelos povos indígenas e outras comunidades historicamente marginalizadas. É importante ressaltar que o giro decolonial é um processo contínuo e dinâmico, e seu significado e aplicação podem evoluir com o tempo à medida que as disputas entre os diferentes atores sociais avança.

Sobre o mesmo tema, Bento e Munduruku (2023) defendem que é preciso estar vigilante para evitar exclusivismos epistemológicos, já que ainda há no imaginário da produção de pesquisas certa preferência pela falácia da neutralidade investigativa, algo que vem sendo combatido reiteradamente por intelectuais latino-americanos, por considerarem este movimento uma estratégia de fortalecimento de um racionalismo

que objetifica os sujeitos investigados e despolitiza as pesquisas, além de deslegitimar a pluralidade de epistemologias, como as indígenas e afrocentradas. Sobre este mesmo assunto, Walsh (2009) se debruça a analisar as dinâmicas geopolíticas que influenciam a produção, circulação e validação do conhecimento. Ela questiona como as estruturas globais de poder impactam a forma como os saberes são construídos e reconhecidos, enfatizando a importância de uma perspectiva plural e diversa no campo acadêmico, sob pena de a ciência se tornar monotemática e elitista.

E tudo isto está ligado ao objetivo desta investigação que, dentre outras coisas, quer fazer dialogar a Psicologia Imaginal com as epistemologias indígenas latino-americanas. Ora, a Psicologia Imaginal é uma abordagem de estudo que enfoca a utilização da imaginação para aprimorar a relação das pessoas com a comunidade, com os aspectos socioculturais, políticos, e com a promoção da saúde mental e bem-estar. Essa perspectiva foi inicialmente desenvolvida pelo psiquiatra suíço Carl Jung (2009) e posteriormente ampliada pelo psicólogo americano James Hillman (2010). Ambos argumentaram que a imaginação é uma fonte poderosa de transformação. Paralelamente, as tradições indígenas também atribuem grande importância à imaginação. Muitas culturas indígenas consideram a imaginação como um portal para o mundo espiritual, utilizada para obter orientação, cura e sabedoria, além de ajudar a balizar as decisões cotidianas (KRENAK, 2022; KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Em que pese as diferenças, existem também notáveis semelhanças entre a Psicologia Imaginal e as tradições indígenas. Ambas acreditam que a imaginação é uma ferramenta poderosa capaz de melhorar a saúde mental e o bem-estar das pessoas (OLIVEIRA, 2018). Essas duas abordagens, a Psicologia Imaginal e as tradições indígenas, podem ser complementares de maneira significativa. A Psicologia Imaginal proporciona uma estrutura para explorar e desenvolver a imaginação, num mundo marcado pelo desencantamento (KRENAK, 2019), enquanto as tradições indígenas oferecem uma riqueza de conhecimentos e percepções sobre o uso da imaginação para os mais variados fins.

Mas não é só isso! De um ponto de vista ontológico e ambiental, as epistemologias indígenas têm muito a oferecer. Isto fica evidente no perspectivismo ameríndio enfatizado por Viveiros de Castro (2002), que rompe com o antropocentrismo e valoriza a diversidade de ontologias presentes no planeta. Isso ocorre, por exemplo, ao se mudar a perspectiva sobre os animais, que passam a ser considerados como atores com suas próprias visões de mundo, ao invés de meros objetos. Essa perspectiva desafia o especismo ocidental e também encontra eco na Psicologia Imaginal, quando se pensa na técnica do “desumanizar” (HILLMAN, 2020), essencial para expandir a concepção da psique, que não se limita apenas ao âmbito humano, mas se torna mais ampla e universal. Embora se reconheça na psicologia profunda a vitalidade do mundo, no sentido de que tudo possui alma, costuma-se reservar as experiências emocionais exclusivamente aos seres humanos. Entretanto, a alma está presente em todos os seres vivos e na terra em si, sem fazer distinção entre espécies ou reinos (BARCELLOS, 2019).

Importante destacar que na Psicologia Imaginal, o conceito de alma é abordado de uma maneira mais ampla e simbólica, que difere da perspectiva tradicional religiosa ou filosófica. A alma é entendida como a essência mais profunda e fundamental da psique, conectada à natureza do mundo, sendo de grande importância honrar e dar espaço para a alma expressar-se, o que pode ser alcançado através da exploração de símbolos, sonhos e mitos pessoais e coletivos (JUNG, 2016). O objetivo não é apenas procurar uma compreensão racional, mas sim entrar em contato com o significado subjacente que a alma está buscando comunicar. Isso encontra eco, também, nas ideias de Krenak (2019), para quem é preciso evidenciar as questões psicossociais e emocionais das comunidades indígenas diante de contextos de opressão e perda cultural, além de descentrar a espécie humana diante de um cenário em que múltiplos atores disputam agenciamentos.

Neste mesmo contexto, ao falar sobre a luta e a resistência dos povos indígenas frente aos impactos da colonização e da exploração

ambiental, Kopenawa e Albert (2015) levanta questões psicológicas importantes, como a construção identitária, o enfrentamento do estigma e do preconceito, e o impacto do contato com a cultura dominante na saúde mental das comunidades indígenas. Todos estes temas são de caráter político, social e, também, psicológico. Ora, não tem como não associar este olhar às teorias críticas a partir de Fanon (2008) e Cida Bento (2022), sobretudo quando se pensa em sucessivos ataques ao direito de existência dos povos originários, em cuja base científica que lhes são próprios está a conexão com a natureza e a espiritualidade como elementos fundamentais para o bem-estar psicológico individual e coletivo.

Neste mesmo aspecto, Martins-Borges, Jibrin e Oliveira Barros (2015) destacam a importância da abordagem intercultural na Psicologia, respeitando as particularidades culturais de cada povo e integrando os conhecimentos tradicionais em processos terapêuticos. Haveria, portanto, a necessidade de combater a patologização das expressões subjetivas indígenas, sobretudo naquilo em que comumente ficou conhecido como o olhar infantilizado e fantasioso da mitopoética ancestral (KRENAK, 2022), buscando entender e valorizar suas práticas e crenças como formas válidas de compreender o mundo e enfrentar os desafios da vida (SANTOS; OLIVEIRA, 2021).

Além disso, de um ponto de vista ecológico e ético, para se pensar numa psicologia que trabalha com a dimensão social e com os complexos culturais num país como o Brasil, a relevância das contribuições das perspectivas epistemológicas indígenas para a preservação da espécie se fundamenta em sua capacidade de fomentar maior sensibilidade ecológica e respeito pela vida não humana (OLIVEIRA, 2018). Ao reconhecer que os animais têm perspectivas ativas no mundo, não como espécies inferiores, mas, por outro lado, como companheiros e atores que agenciam as demandas psíquicas individuais e coletivas (HARAWAY, 2019), percebe-se que as ações interdependentes entre os atores da rede têm impactos diretos e indiretos em toda a teia da vida. E não é possível falar

em saúde mental individual e coletiva sem levar em conta os aspectos elencados acima, sob pena de falta ética grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao unir o conhecimento, a sabedoria e a cosmologia das tradições indígenas com a Psicologia Imaginal, pode-se conceber um olhar ampliado sobre saúde mental, alteridade, ecologia e convivência plural. Essa combinação potencializa a capacidade de cura e transformação das pessoas, ampliando o alcance da psicologia, pensada a partir de uma abordagem social e política. Neste sentido, o esboço aqui apresentado é importante para a psicologia como ciência (no sentido interepistemológico), pois busca promover uma abordagem mais inclusiva e sensível à pluralidade cultural das diferentes expressões regionais dispostas no país.

Através do diálogo com as epistemologias latino-americanas de base indígena, esta pesquisa bibliográfica busca sensibilizar os pesquisadores a construir uma psicologia mais diversa e capaz de compreender as imagens mentais e suas funções psicológicas de uma forma mais abrangente e contextualizada, de acordo com os saberes ancestrais locais, notadamente ao se pensar a promoção de uma saúde mental a partir dos valores coletivos e historicamente marginalizados.

É importante destacar que embora haja notáveis semelhanças entre a Psicologia Imaginal e as tradições indígenas, ainda há muito a aprender sobre como combiná-las de maneira ética, efetiva e respeitosa, considerando suas origens culturais distintas. Por exemplo, a Psicologia Imaginal tem suas raízes nas teorias desenvolvidas no contexto ocidental, a partir de um pensamento permeado inicialmente pela língua alemã e, depois, por parte de psicólogos do espectro progressista dos Estados Unidos; já as tradições indígenas têm uma rica história e sabedoria próprias pulverizadas por vários países da América Latina. Embora a Psicologia Imaginal se debruce sobre a importância da mitologia e da ancestralidade, ainda se configura, em grande medida, como um olhar “de fora para dentro” do Sul Global. Desta forma, ao se pensar num esforço intercultural e

interepistemológico, é fundamental encontrar formas de integração que sejam éticas, culturalmente sensíveis e que representem um avanço das perspectivas do Sul, que reclamam por visibilidade e legitimidade.

Desta forma, pesquisas interculturais podem revelar os pontos de convergência e divergência, bem como possíveis sinergias entre essas duas abordagens. Além disso, é importante especular mais – e até pesquisar empiricamente – de que forma a integração da Psicologia Imaginal e das tradições indígenas tem o potencial de resgatar investidas terapêuticas que sejam eficazes para uma ampla gama de pessoas, sobretudo aquelas pessoas que, talvez, sequer saiba que suas raízes históricas já contêm, em si, boa parte dos pressupostos de uma terapêutica eficiente, cidadã e politicamente engajada.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>>.
- BARCELLOS, G. **Mitologias arquetípicas**: figuras divinas e configurações humanas. 1a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Cida; MUNDURUKU, Daniel. **Nenhum saber para trás: os perigos das epistemologias únicas**. YouTube, 13 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Nwexf2nbYTU>> Acesso em: 1 ago. 2023.
- CAMBRAY, J.; SAWIN, L. (orgs.) (2021). **Pesquisa em Psicologia Analítica**: aplicações a partir da pesquisa científica, histórica e intercultural. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
- COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 94-120.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FAUTISNO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**: uma introdução. Tábula Rasa [online], 2019.

- HAUKE, C. **Jung and postmodern: the interpretation of realities**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2000.
- HILLMAN, J. **Re-vendo a psicologia** (G. Barcellos, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- JUNG, C. G. **A natureza da psique**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- JUNG, C. G. **A Prática da Psicoterapia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- JUNG, C. G. **Memórias, sonhos e reflexões**. 30. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LIMA, J. C. **Metodologia exploratória em pesquisas psicológicas contemporâneas**. *PsicoRevista*, 2022. (p. 201-218).
- MARTINS-BORGES, Lucienne; JIBRIN, Marcio; OLIVEIRA BARROS, Allyne Fernandes. **Clínica intercultural: a escuta da diferença**. *Revista Contextos Clínicos*, São Leopoldo-RS, v. 8, n. 2, dez. 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822015000200008&script=sci_arttext > . Acesso em: 4 jul. 2023.
- MIKLOS, Jorge. **Psicologia Analítica e o Medo do Espírito**. YouTube, 16 de março de 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/wGlzGQoEKF8>>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- OLIVEIRA, Humberto (org.). **Desvelando a Alma Brasileira: psicologia junguiana e raízes culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- PASTERNAK, Natália; ORSI, Carlos. **Que bobagem! pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.
- PENNA, E. M. D. O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 71-94, 2005.
- PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul./dez. 2012.
- QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 117-142).

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, A. B. **Métodos de pesquisa em psicologia**: Explorando possibilidades. São Paulo: Editora Psi, 2019.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. **Revista espaço acadêmico**, n. 227, p. 250-260, mar/abr 2021.

SANTOS, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SATOA, Leny; NARDI, Henrique Caetano. Psicologia e internacionalização: notas críticas para pensar hierarquias Norte-Sul. **Psicologia USP**, v. 32, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/7nyTnjz3mhz6RCrsZrZZ4Mk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SOUZA, M. M. Pesquisa bibliográfica na psicologia: Uma abordagem exploratória. **Revista de Psicologia Aplicada**, p. 101-120, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedade**: luchas (des)coloniales en nuestra época. Quito, Universidad Andina Simon Bolívar e Abya-Yala, 2009.

ZANDAVALLI, Rochele. **Amada ou odiada, Filosofia ajuda a pensar respostas para crises da pós-verdade**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/amada-ou-odiada-filosofia-ajuda-a-pensar-respostas-para-criises-da-pos-verdade/?print=print>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

AMOR E CULTURA: DISCUSSÕES A RESPEITO DO AMOR ENQUANTO UM PRODUTO CULTURAL

Anny Elise Braga¹¹
Loruama Machado Cardoso da Silva¹²

INTRODUÇÃO

O amor integra a vida humana e as dinâmicas sociais mais diversas. *Mas será que o aspecto que nomeamos como amor, que intercrucza as relações humanas, é mesmo amor?* Buscando compreender esse assunto, iniciamos a pesquisa que gerou este capítulo. A proposta é que, nas próximas páginas, consigamos destrinchar discussões sobre o amor e sua construção social, refletindo sobre como ele se caracteriza para além do que é referenciado no dicionário e, até mesmo, no senso comum. Essa palavra tem mais poder do que imaginamos. Segundo hooks (2010), ele enfatiza nossa capacidade de resistir em situações difíceis ou frente a dilemas atuais e futuros, mas não se limite ao plano da sobrevivência. Parece, portanto, haver implícita uma ideia de que ele pode trazer plenitude, não com base em uma ideia de amor romântico e fantasioso, mas como ação transformadora, como ética de vida. *Contudo, para quem essa plenitude é possível? De quais formas ela pode ser gerada?*

Frente a essas inquietações iniciais, realizamos uma revisão bibliográfica, que abarca a visão de alguns autores sobre o tema. Visamos trazer uma pesquisa qualitativa, que por meio de uma crítica social e cultural, aponte quais corpos se deleitam com o amor e quais corpos sofrem com ele ou com a falta dele. A ideia é que seja estabelecido um diálogo entre a Psicologia Histórico-cultural, que entende a cultura e historicidade como construtoras do nosso eu, com outras áreas do campo das ciências humanas. Esperamos que algumas perguntas sejam respondidas

¹¹ Pós-graduada em Gênero e Sexualidade (Unileya). CV: <https://lattes.cnpq.br/6143263743755330>

¹² Psicóloga Clínica Histórico-Cultural (NPHC). CV: <http://lattes.cnpq.br/0547438119540258>

aqui, e que entendamos que construímos uma cultura que traz alguns prejuízos quando o assunto é amor, tal como concebido socialmente.

O AMOR E SEUS SIGNIFICADOS

Tendo em vista a importância desse tema e do aprofundamento no que de fato é o amor e é o amar, pontuamos que, de acordo com Lagarde (2022, p. 14), “a palavra amor vem do latim. Significa afeto ou inclinação para uma pessoa ou coisa”. Essa definição de amor se assemelha muito com a que encontramos no dicionário, que traz essa visão do amor como afeto, sentimento, sensação. Veremos aqui, de acordo com outros autores, que essa construção do amor vai para além de como o sentimos. Por exemplo, hooks (2021) caracterizou o amor como restaurador, capaz de restabelecer saúde, melhorar ou recuperar algo. Segundo ela, “só o amor pode curar as feridas do passado” (p. 41). A autora ainda pontua que, mesmo dentro desse significado, permitir-se vivenciar essa cura é difícil por conta da carga que trazemos.

Em consonância, Lagarde (2022, p. 14) evidencia que “o amor é uma experiência de relação com o mundo”, na mesma direção em que desenvolveremos, um pouco mais adiante, a discussões sobre o fato de que o mundo é um lugar que impõe suas vontades sobre nós através da cultura, o que pode ser dolorido e tortuoso.

Já pelo viés Peck (apud hooks, 2021, p. 52), o amor é “a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa”. Sob esse modo de entendimento, esse crescimento espiritual não se dispõe como algo religioso, mas como algo que transcende o eu e vai além das nossas vontades e desejos na relação. Ainda de acordo o autor, o amor é movimento, é ação, é o que se faz, uma vontade, uma escolha, ou seja, escolhemos amar, não somos obrigados a fazê-lo. Sendo assim, o amor é também um impulso de fazer pelo outro, escolher o outro, se motivar pelo nosso desenvolvimento e do outro.

É notável que hooks (2021) reforça, ainda, que mais do que afeto, o amor precisa de um conjunto de outros substantivos que somam e fazem com que seja uma escolha.

A afeição é apenas um dos ingredientes do amor. Para amar verdadeiramente, devemos aprender a misturar vários ingredientes - cuidado, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta (HOOKS, 2021, p. 47).

Então, de acordo com autora, quando escolhemos ser honestos, abrir a nossa comunicação, respeitar e fazer o que foi citado acima, nós estamos amando verdadeiramente. Essa é a ação, esse é o movimento necessário para amar, é assim que fazemos, verdadeiramente, algo por nós e pelo outro.

No bojo de uma visão romântica, temos uma concepção platônica, que sinaliza: “o desejo [*epithymía*] e a busca por essa totalidade é o que denominamos amor” (PLATÃO apud DALBOSCO; PAGOTTO-EUZEBIO, 2020, p. 5). Então, para além de cura, temos também uma busca por preencher algo, completar algo: o desejo de que um todo exista. Entendemos essa visão de Platão como a esperada de nós, e a vivenciada na sociedade enquanto desejo de uma totalidade.

No ponto de vista de Zanello (2022), o amor é algo diferente para homens e mulheres. Para ela, nós, mulheres, aprendemos que o amor é encontrar um homem, viver para esse momento de escolha. Já os homens aprendem que o amor pode ser exercido por outras coisas, que não, necessariamente, as mulheres. Segundo a autora, colocamo-nos em uma prateleira e esperamos que nos achem, para que vivenciemos o amor como ele nos foi ensinado.

O dispositivo amoroso aponta para o fato de que o amor não é um sentimento espontâneo e apenas individual, e sim uma emocionalidade aprendida e mediada pela cultura. Na nossa cultura, os homens aprendem a amar muita coisa e mulheres aprendem a amar os homens. Por meio do processo de socialização, de várias tecnologias de gênero e pedagogias afetivas, mulheres se tornam amor-centradas e aprendem que seu sucesso enquanto mulher depende de se fazer ser escolhida por um parceiro/a e se manter escolhido por ele/a (ZANELLO, 2022, p. 70).

Ou seja, segundo a autora, nós mulheres, entendemos o amor como objetivo e meta de pertencer. Nessa perspectiva, entendemo-nos como ser a escolha de alguém, talvez pelo suposto potencial de cura que ele traz, pelo desejo de totalidade, ou até mesmo para se empenhar pelo crescimento espiritual de nós mesmos e do outro. A questão é que nos colocamos em uma prateleira e esperamos ser escolhidas, independente do que nos motiva.

Neiva e Araújo (2023, p. 5) enfatizam que “o amor romântico costumava ser referenciado como um sentimento predominantemente feminino, apesar de os homens também serem influenciados”, o que reforça essa visão de que nós mulheres aprendemos sobre o amor de uma forma diferente do que os homens. Zanello (2022) ressalta que ainda crianças, quando aprendemos a sentar, nossos pais e pessoas ao nosso redor já nos dizem como devemos nos portar, qual o modo adequado de você ser homem ou mulher. Em suma, a autora nos mostra como somos ensinados de maneiras diferentes e que temos um papel a cumprir de acordo com nosso sexo.

Entendemos, então, de acordo com Zanello (2022), que o amor se caracteriza de diferentes formas para homens e mulheres, e que para as mulheres ele vem com um peso de se manter em um papel social que culmine na escolha de alguém, que alguém escolha te dar afeto, que alguém escolha proporcionar-lo.

Compreendemos, com base nos autores abordados, que o amor pode significar, para além de uma emoção, também cura, evolução, desenvolvimento, uma busca por completude, escolha e experiência no e com o mundo.

CULTURA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

Direcionando um olhar sobre a cultura, usualmente contemplamos uma visão repleta de conceitos sobre ao que fomos apresentados em algum momento de nossa existência. Portanto, a cultura não pode ser estudada apenas como uma variante sem relevância e dependente

em relação ao que o mundo modifica, mas como algo fundamental, intransferível e determinado socialmente (HALL, 1997).

Dessa forma, o autor supracitado acima afirma que a cultura sempre foi superior nas ciências sociais e humanas, pois reflete um sentido às nossas ações e possibilita compreensão do outro. Assegura que toda ação social é também cultural. À vista disso, quando analisamos as relações sociais, ponderamos uma discussão acerca do entender cultural e como nos enxergamos dentro desse significado, ou seja, como a cultura nos atravessa. O termo cultura começa a ser empregado no século XVIII, seguido por algum complemento, como, por exemplo, “cultura das ciências e “cultura da arte”, como necessidade de reconhecer o ato como cultivado; em outro momento, desconsidera o significado como ação e a cultura torna-se um estado (GODOY; SANTOS, 2014). Da mesma forma, o termo vem sendo ressignificado ao longo do processo histórico. A cultura apresentada é a mesma que fortalece e que distingue os grupos. De acordo com os referidos autores, a cultura produz outras formas de alinhamento, nas quais padroniza, segrega e modela nossos comportamentos e nossas práticas, tornando nossas ações mais objetivas para o outro.

Portanto, evidencia-se a materialidade do conceito cultural, ao analisar que nossa formação enquanto sujeito está direcionada e implicada em processos culturais; assim, a visão de homem, suas possibilidades e desejos podem estar atreladas a esse termo, ainda que, ao falarmos sobre a cultura, abrimos perspectivas que engloba outros aspectos, como a identidade. Sendo assim, para Hall (1996), a ideia de identidade é construída sob dois enfoques: primeiro, no sentido de contemplar uma cultura comum e o segundo enfoque da identidade cultural se arquiteta no questionamento sobre quem somos. Ainda que muito comentado e discutido, o modelo que a cultura emprega, não necessariamente será acessível ou reconhecido a nossa subjetividade, e seu próprio reconhecimento de lugar de pertencimento. Para Augé (1994), os “não-lugares” são ambientes que não possuem uma ligação de contato de identificação ou vínculos emotivos, sendo um ambiente de não reconhecimento. Assim, evidencia-se o quão complexo são os processos que a cultura abarca

no social. Apesar de o social estar em interface com o campo cultural, ainda tratamos os assuntos como distintos ou afastados. Logo, a cultura

Passa a exercer um papel de destaque nas discussões envolvendo a estrutura e a organização da vida cotidiana das pessoas; e os processos de alocação e desenvolvimento de recursos econômicos, materiais e imateriais, portanto, assumem uma posição de destaque para se pensar também as questões da educação escolar, numa perspectiva diferente daquela em que ela é posta a serviço da educação, para que a escola, por meio das suas disciplinas, transmita-a como capital ou herança. Ela assume um papel de destaque, pois toda a prática social, sendo prática discursiva, possui uma dimensão cultural (GODOY; SANTOS, 2014, p. 39).

Consequentemente, a cultura desempenha papel de destaque em nossas relações, à medida que somos atravessados por suas perspectivas. O olhar possibilitado pela cultura apresenta demandas aplicadas e pré-determinadas em um certo contexto, como já evidenciado anteriormente. Assim, a construção cultural tende agrupar ou excluir determinados grupos, sendo eles: população, região, crenças e modos de vida. A narrativa e a construção de identidade dos povos latino-americanos destoam, por exemplo, da construção narrativa de outros povos. Um fato social particular, que permite a representação e os traços culturais de diferentes classes, implica na identidade que o cenário cultural latino vem tomando: “o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 259). Essa conjuntura reflete na identidade do sujeito, não como uma construção universalizante, mas sim enquanto campo de apropriação dos recursos fornecidos pela cultura.

Segundo Seixa (2008), a América Latina se mantém sob o impacto da fase atual da globalização e apresenta profunda miscigenação cultural, étnica, linguística e religiosa. Ela vive, desde o final da Segunda Guerra Mundial, um processo de urbanização acelerado, acarretando às cidades contingentes populacionais oriundos de áreas rurais empobrecidas, sem tecnologia e completamente marginalizada do sistema econômico

mundial, acarretando a intensificação das desigualdades sociais (COSTA; SIQUEIRA; MACHADO, 2006). Diante disso, a cultura representada e construída dentro da América Latina não pode ser considerada da mesma forma que a compreendemos em outras regiões, visto que elementos variados, como o processo de colonização, repercutem ainda na identidade cultural e no pertencimento. A história é uma condição alinhada nesse âmbito de reconhecimento cultural. Portanto, como um grupo pode pertencer a uma cultura que subtrai não apenas seus recursos, mas seu próprio reconhecimento de ser agrupamento? Logo, a cultura da América Latina segue se reconstruindo e reorganizando a concepção de identidade. Gone e Kirmayer (2010) dispõem que a cultura se caracteriza por ser configurada, produzida historicamente e simbólica. Esses aspectos de identidade cultural de povos latino-americanos são contextualizados por Seixas (2008, p. 98) quando afirma que

A identidade cultural é formada com diferentes elementos culturais que podem ter distintos significados intertextuais para cada indivíduo ou grupo social. São elementos culturais os valores sociais e os modos de pensar, os costumes e o estilo de vida, as instituições, a história comum, os grupos étnicos, o meio ambiente natural e cultural, os pressupostos filosóficos subjacentes às relações sociais e outros elementos a que certa sociedade atribui significados culturais intertextuais específicos. Com base em elementos como esses, o indivíduo e o grupo social formam a convicção de que compartilham uma cultura.

Essas ponderações do autor são inseridas neste estudo como um dos fundamentos para se analisar como os elementos de identificação cultural são produzidos, reproduzidos, modificados ou apropriados dentro da sociedade e cultura da América Latina.

CONSTRUÇÃO DA CULTURA DO AMOR FEMININO

Os conteúdos apresentados nas seções anteriores permitem conceber que as relações sociais são construídas pelo viés cultural. Portanto, nossa representação sobre como amar é disposta perante nosso contato direto ou indireto com elementos de nossa cultura. Na América Latina

todas as nossas culturas são sincronizadas, porque resultam de misturas culturais complexas e frequentemente contraditórias (LAGARDE, 2022). Diante disso, a representação dos nossos afetos está relacionada à estrutura de um sistema, sendo ele, machista e misógino, que afeta as nossas percepções sobre o amor e o desejo de ser amada. O amor, tal como conhecemos hoje, é herança do amor burguês e romântico da era Moderna, impulsionado pelos processos de urbanização e industrialização (ZANELLO, 2018). Assim como, interpelações de gênero também são resultantes da própria forma de vivenciar as experiências afetivas.

Com isso, queremos apontar que as emoções, assim como os comportamentos, são aprendidas, mediados pela cultura... Em sociedades sexistas, as emoções que são incitadas, interpeladas, valorizadas em pessoas lidas como meninas ou meninos são diferentes (ZANELLO, 2022, p. 42).

Assim, a narrativa do amor vem sendo representada por meio de perspectivas distintas, sendo que a cultura direcionada à mulher é muito mais punitiva e restritiva, ainda mais quando abarca mulheres negras, mestiças, indígenas e com deficiência. A mulher negra e a mestiça existiriam fora do “mercado afetivo” e são direcionadas de forma natural ao “mercado sexual”, lidando com erotização, precariedade de trabalho, enquanto a mulher branca estaria inclinada a cultura afetiva, casamento e união estável (PACHECO, 2013).

Essa sexualização e vulnerabilidade da mulher não branca é reforçada por Gonzalez (1984), quando a autora cita os três papéis da mulher negra: mulata, doméstica e mãe preta. A autora ressalta que o papel de mulata vem com o carnaval, quando a preta é vista, desejada, olhada, e por um momento enxergada de alguma forma. Então ela dá seu show, porque é isso que lhe resta. Já o de doméstica se refere ao papel dela fora do carnaval, quando os olhares não estão mais voltados a ela. Nesse papel, Gonzales nos traz a percepção de mucama. A autora faz uma analogia, como se a mucama da época da escravidão, que cuida da casa, dos filhos, da senhora e ainda faz o desejo do patrão, fosse a doméstica que temos hoje, a doméstica que veio daquela época tentando se erguer e ganhar o pão de alguma forma. Por fim, a autora traz o papel da mãe

preta, que é quem alimenta, educa, cuida, e cria os filhos das senhoras brancas. Essa Gonzales coloca como a mais poderosa, uma vez que é capaz de ensinar aos brancos o “pretogues”, isto é, a nossa linguagem, história e cultura. A questão aqui é, segundo a autora, que o amor para essas mulheres vem de forma dolorida, vem por meio do abuso do patrão, vem por meio da objetificação, da sexualização, por meio do cuidado do filho de outra mãe. *Mas e a vivência do amor pra si?* A cultura explicita essa falta, exerce esse peso sobre essas mulheres. A cultura e a historicidade fazem com que elas sigam representando esses papéis, e que seus espaços na construção do amor sejam escassos. Outro ponto levantado pela autora refere-se à morte dos filhos e maridos dessas mulheres pela polícia. *Como amar se as pessoas a quem você direciona seu afeto são tiradas de vocês? Que lugar ocupamos no e para o amor?*

Zanello (2022) apresenta uma denominação para explicar o lugar que as pessoas ocupam na construção do mercado afetivo: “prateleira do amor”. Como o nome já evidencia, seria exatamente o lugar que ocupa as mulheres dentro deste sistema, isto é, o raciocínio direcionado ao lugar da mulher, pois o homem já se desenvolve pertencendo ao amor.

Ser subjetivada na prateleira do amor torna as mulheres extremamente vulneráveis, visto que, se é necessário “ser escolhida”, nem sempre importa tanto quem as escolha. Isso empodera os homens. Eles são os maiores beneficiários do dispositivo amoroso nas mulheres. De certa forma, os homens, em nossa cultura, já nascem com a certeza de que serão “amados” independentemente de qualquer característica física, mental e socioeconômica que tenham (ZANELLO, 2022, p. 63).

A reflexão apresentada pela autora aponta um caminho que sempre se manteve inviabilizado às mulheres. Por óbvio, a estrutura desse sistema cultural tem sua função e, ao analisar a “prateleira do amor”, torna-se confortável que as mulheres aprendam uma forma de amar, uma forma instruída romantizada. Ainda que saibamos os dispositivos que uma cultura opera na construção da subjetividade, nem todas as ferramentas estão disponíveis para ser analisadas, apontadas e transformadas.

A propósito, o amor romântico foi responsável por alterar a noção do casamento dentro da sociedade, já que o casamento não era espaço para o amor, mas sim, conjunção de interesses familiares (GOMES, 2009). O amor romântico sinaliza um rompimento de acordos culturais e torna-se relevante para relacionamentos concretos. Ainda que suas implicações reverberem negativamente na contemporaneidade, esse fator não pode ser desconsiderado na narrativa do amor. Giddens (1992) acrescenta que a construção do amor romântico estava diretamente relacionada com a subordinação da mulher ao espaço do lar e isolamento do mundo externo.

No presente, a realidade persiste pautada em uma perspectiva que informa essa invalidação do espaço e da noção de amor para as mulheres. Inclusive, mecanismos cinematográficos incidem nas concepções de amor romântico e introduzem de formas amplas impactos em diversas culturas. O formato romance se estendeu em nichos muito bem-organizados, revertendo a uma cristalização desses nichos e fomentando a perspectiva de gêneros, como “romance policial” e “comédia romântica” (GOMES, 2009). Observar a consolidação desses gêneros dentro do romance indica o potencial da cultura em produzir e reproduzir suas estruturas e classificar “possibilidades” de amor. Nessa mesma linha, o amor vendido será recorrentemente o amor negligente, cruel e não recíproco, em que, a mulher será persistente e lutará para garantir a transformação do outro.

Aliás, hooks (2021) traz, de uma forma muito atual, algumas reflexões acerca desse tema. Ao pontuar que “todos ansiamos por amor = todos o buscamos =, mesmo quando não temos esperança de que ele possa ser de fato encontrado” (p. 31), ela nos fala de como esse amor é ansiado, mesmo que não acreditemos que o experienciaremos. A autora aponta essa nuance de um modo que nos faz entender que buscamos o amor, aquele bonito, que cura, mas nem sempre o encontramos. Em seu lugar, não raro, situa-se aquela outra representação de amor, aprendemos com a cultura, que nos coloca em “prateleiras” e nos define como objetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas tiveram a intencionalidade de promover uma perspectiva sobre o amor e a cultura de forma articulada, entendendo que a cultura tem um papel relevante no que conhecemos e percebemos como amor. Lagarde (2022) afirma, aliás, que a armadilha amorosa mais trágica da cultura patriarcal, empregada às mulheres, foi priorizar os outros no amor.

Entendemos, também, que o amor tem diversos significados, diversas facetas, e que se apresenta de formas diferentes na sociedade, seja por meio de uma idealização romântica, da ideia de pertencer a algo ou a alguém, ou de se curar de experiências anteriores. A questão é que, independentemente da forma que ele se apresenta, as pessoas o esperam e o anseiam. Mesmo com todas as amarras sociais atreladas a ele, permitimo-nos estar dentro das “caixinhas” que somos colocadas, na esperança de que em algum momento o vivenciamos de forma genuína, isto é, com respeito, afeto e companheirismo, como dito por hooks (2010, 2021).

Dessa maneira, o engodo em que o amor é apresentado na vida das mulheres localiza-se na cultura, ou seja, os parâmetros sobre o amor estão em conformidade com as vivências, narrativas e articulações do meio em que vivem. Não obstante, a cultura proporciona um amor sem complexidade para os homens e um amor relutante as mulheres; apesar de ser apresentado como um modelo relutante e violento, não existe outro caminho à mulher, que não seja a busca pelo amor.

Concluimos que, em meio às prescrições sobre o que pode ser o amor para nós mulheres, dentro das “prateleiras” em que somos colocadas, ainda se expressam as diferenciações no acesso ao amor, dependendo da cor e/ou etnia às quais pertencemos. Assim, reconhecer a nossa cultura implica também em nosso autoconhecimento e pertencimento, os quais podem desencadear confrontos com o que nutrimos sobre a perspectiva do amor e sobre nosso próprio empoderamento.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas/SP: Papirus, 1994.
- COSTA, R. M. C. D, SIQUEIRA, D.; MACHADO, R. C. *A teoria da comunicação na América Latina: da herança cultural à construção de uma identidade própria*. Anais do XXIV Congresso Brasileiro

- de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4218499/mod_resource/content/1/texto_intercom.pdf.
- DALBOSCO, C. A.; PAGOTTO-EUZÉBIO, M. S. *Ascese do amor e fragilidade da formação humana n'O banquete, de Platão. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/y44kxXtpmYx7rYZ6cj8ww/>.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GODOY, E. V; SANTOS, V. de M. *Um olhar sobre a cultura. Educação em Revista*, v. 30, n. 3, 2014, 15-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/g9PftWn8KMYfNPBs7TLfC8D/?format=pdf&lang=pt>.
- GOMES, K. B. *Um amor desses de cinema: os amores nos filmes de amor hollywoodianos-1997-2007*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Mestrado em Comunicação Social, na linha de Imagem e Som, 2009.
- GONZALES, L. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244.
- GONE, J. P; & KIRMAYER, L. J. *Advancing Indigenous mental health research: Ethical, conceptual, and methodological challenges. Transcultural Psychiatry*, 57(2), 235-249, 2020.
- HALL, S. *Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15 -46, jul./dez, 1997.
- hooks, b. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- hooks, b. *Vivendo de Amor*. Portal Geledés, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- LAGARDE, M. *Claves feministas para la negociación en el amor*. México: siglo XXI Editores, 2022.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- NEIVA, P.; ARAÚJO, M. J. *Amor, sexualidade, fluidez e incerteza entre os jovens: Uma comparação entre homens e mulheres. Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA*. Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/ngbLdRg8Cj3TLPctVmKyb8N/>.
- PACHECO, A. C. L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EdUFBA, 2013.
- SEIXAS, R. *Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica*. Cadernos PROLAM/USP ano 8, v. 1, 2008, p. 93-120. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82312>.
- ZANELLO, V. *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022.
- ZANELLO, V. *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

PSICOLOGIA SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA ATUALIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aline Daniele Hoepers¹³

Beatriz Zanetti Baratella¹⁴

Maria Fernanda Constantino Oishi Pires¹⁵

INTRODUÇÃO

Este capítulo se apresenta como convite às leitoras e aos leitores a conhecerem e/ou aprofundarem os conhecimentos a respeito do conceito de sofrimento ético-político e sua aplicabilidade teórica e prática.

A complexidade da vida humana agrega um conjunto de contradições que se expressam por meio de processos de exclusão, opressão, silenciamento e anulação de sujeitos e grupos sociais específicos. Tais processos são (re)produtores de sofrimentos também singulares, que informam justamente aquelas contradições, que sedimentam a ordem social desigual vigente.

A necessária literatura de Carolina Maria de Jesus, que, a propósito, reflete a sua realidade como mulher-negra-favelada, interpela os discursos simplistas sobre o sofrimento humano e põe em pauta a multidimensionalidade do sofrimento ético-político. Destacamos, a seguir, trecho de um de seus escritos: “A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: *já não basta as amarguras da vida?*” [grifo nosso] (JESUS, 2014, p. 38).

¹³ Doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

¹⁴ Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/6975820527082009>

¹⁵ Graduada em Comunicação Social (ESPM-SP). Graduanda do curso de Psicologia (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/4830208660828045>

Esse trecho, assim como a profundidade de toda sua obra, convida-nos a refletir sobre os sofrimentos humanos mediados por desigualdades e opressões interseccionadas, que informam uma localização no mundo, de modo subalternizado e desumanizado, forjada pelo próprio sistema, não como exceção, mas como regra. Regra, aliás, necessária para a manutenção deste sistema capitalista racista patriarcal.

Essas reflexões introdutórias se estabelecem como abertura para descolarmos alguns sentidos habituais: se o sofrimento humano não se configura como um protótipo único ou passível de ser definido em categoriais, como comumente acontece em discursos variados, logo, sofrer e superar sofrimentos são processos sociais – e não intimistas – que informam nossos lugares de pertencimento na realidade, a partir de marcadores sociais (BRAH, 2006), como classe social, gênero, sexualidade, raça, geração, capacidade, localização geográfica e outros, os quais, historicamente, foram e permanecem sendo capturados por processos hierárquicos geradores de disparidades variadas e naturalizadas.

É a partir desse olhar atento e sensível às mazelas produtoras de sofrimentos específicos, que este texto se propõe a colocar em pauta a concepção de sofrimento ético-político, a partir da produção científica que o integra em seus debates, a qual vem sendo elaborada desde que o conceito foi cunhado em 1999 por Bader Sawaia. Nossa pesquisa se dimensiona, então, como um estudo de natureza qualitativa e teórica, pautado em levantamento bibliográfico em plataformas de dados.

Partimos do entendimento de que o levantamento bibliográfico não se trata de uma atividade objetiva, neutra e limitada à organização de um conjunto de dados encontrados, mas sim um processo dinâmico, a partir do qual, nós, pesquisadoras, participamos ativamente do encontro com diversos posicionamentos, junto aos quais também nos posicionamos e contribuímos (TOMANIK, 2004).

Alinhadas a esse entendimento, na primeira seção, dialogamos com levantamento bibliográfico já existente sobre o tema (BERTINI, 2014), que apresenta o estado da arte no período de 2000 a 2011 e, na

segunda seção, expomos os resultados encontrados a partir de novo levantamento que empreendemos quanto ao transcurso da última década, isto é, o estado da arte no período de 2012 a 2022.

SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: ASPECTOS CONCEITUAIS E O ESTADO DA ARTE NOS ANOS 2000 A 2011

O propósito desta seção é discutir o conceito de sofrimento ético-político, cunhado por Sawaia (2006) e, em seguida, apresentar os resultados que foram encontrados por Bertini (2014), em estudo que objetivou a análise do uso do conceito em artigos publicados entre 2000 a 2011, usando, inicialmente, as bases de dados SciELO e Portal da Capes e, posteriormente, de modo complementar, o Google Acadêmico. Partimos, então, da contextualização e conceituação do sofrimento ético-político para, depois, lançarmos o olhar para o modo como ele tem sido acionado em pesquisas do campo da Psicologia Social e áreas afins.

É em um dos capítulos do livro “As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social”, que teve sua primeira edição publicada em 1999, que Sawaia (2006) traz, pela primeira vez, o conceito ao meio acadêmico. Nesta obra, é notável que o emprego do conceito é realizado como categoria analítica da dialética exclusão/inclusão. Ela articula contexto social e campo afetivo para formular seu entendimento sobre o sofrimento ético-político. Ao trazer a afetividade para dispor sobre a análise psicossocial da exclusão, a autora explicita que

Uma vez olhada positivamente, a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza. Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa se trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a

ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (SAWAIA, 2006, p. 98).

As contribuições da autora, ao propor esse conceito e fomentar a compreensão das expressões de sofrimento como efeitos que, socialmente, “mutilam a vida de diferentes formas” (SAWAIA, 2006, p. 104), cooperam com a crítica que vinha sendo construída pela Psicologia Social, especialmente após a década de 1970, tal como abordado no Capítulo 1 desta coletânea, quanto à necessidade de romper com concepções e práticas psicologizantes e naturalizantes. Pensar o sofrimento intermediado por elementos sociais, políticos e econômicos favorece e recupera uma leitura ético-política da realidade concreta amalgamada aos processos psicossociais mais variados.

Compreendemos, por conseguinte, que descompromisso do Estado com as necessidades sociais, destruição da autonomia dos sujeitos e da coletividade, e vivência cotidiana das questões histórico-sociais que produzem e perpetuam desigualdades integram o âmago do conceito de sofrimento ético-político. Aliás, Sawaia (2006, p. 104) comenta, que ele pode ser entendido como “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor”. Nessa direção, o conceito passa a ser fundamental para compreendermos as formas sutis ou escancaradas de dominação, exploração e desigualdades naturalizadas em nosso meio social, não raro, tomadas como supostas práticas de integração social.

Refletindo sobre a proposta conceitual de Sawaia, Bertini (2014) reflete que o sofrimento ético-político, situado na dimensão ética dos afetos, dimensiona-se vinculado às relações e à sociedade, nas quais “o corpo vivencia um abaixamento de potência proveniente da passividade, da servidão, ou heteronomia frente a situações de exclusão engendrada pela desigualdade social” (p. 63).

Em seu estudo, Bertini (2014) buscou investigar como o conceito de sofrimento ético-político é usado em pesquisas científicas e sua subseqüente aplicação teórico-prática. Ela procedeu, então, à busca do termo “sofrimento ético-político”, a partir do ano de publicação da mencio-

nada obra de Sawaia, nas plataformas de dados já citadas. O conceito foi encontrado em publicação científica do ano de 2000, no entanto, no ano seguinte não houve publicação. A partir de 2002 até 2011, ele foi localizado em diversos estudos de áreas das Ciências Humanas, não se limitando às produções da Psicologia Social.

A seguir, tecemos comentários gerais, a partir de dois eixos temáticos elencados por nós, a saber: 1) concepção de sofrimento ético-político adotada, e 2) campo temático em que o conceito foi empregado, ambos acerca destes estudos localizados e analisados por Bertini (2014). Para uma visão integral de seu levantamento e observância de todos os estudos levantados pela pesquisadora, sugerimos que as leitoras e os leitores acessem o artigo na íntegra, indicado, ao final, nas referências.

Quanto ao primeiro eixo – concepção de sofrimento ético-político adotada –, as informações apresentadas por Bertini (2014) indicam que os estudos encontrados em seu levantamento empregam o conceito, de maneira geral, alinhado às proposições trazidas por Sawaia. Ao elencar comentários sobre as pesquisas, demonstra que as conceituações de sofrimento ético-político estiveram vinculadas à sua compreensão como: intermediado pela exclusão social e pelo enfraquecimento de laços coletivos; mediado pela impotência, humilhação e perda da autonomia relacionadas à impossibilidade de acesso ao trabalho ou à “inclusão” em processos de trabalho precarizados; favorecido por uma sociedade que fomenta processos de exclusão perversa e anulação daquelas/es que não se adequam à norma e aos padrões (im)postos pela sociedade vigente; pautado na humilhação, na vergonha e na falta de reconhecimento vividos por classes subalternas; e engendrado na lógica excludente e culpabilizadora do modo de produção capitalista.

No que se refere ao segundo eixo – campo temático em que o conceito foi empregado –, as considerações de Bertini (2014) acerca das produções levantadas sugerem que o sofrimento ético-político esteve inserido conceitualmente em pesquisas que se dedicam ao estudo de populações socialmente vulneráveis e/ou de fenômenos psicossociais

variados, como: a exclusão social experimentada por catadores de material reciclável de cooperativa; a forma específica de adoecimento da classe trabalhadora feminina, em decorrência da divisão sexual do trabalho e da exclusão de campos de trabalhos considerados formais; o sofrimento advindo da dialética exclusão/inclusão vivenciada por alunas/os com deficiência na rede regular de ensino, bem como a problematização da noção de inclusão no âmbito da reabilitação dessa população através de recursos tecnológicos e especializados; os processos de exclusão e desigualdade naturalizados, que favorecem a construção social da criminalidade, a qual, rotineiramente, é tomada como problema individual; a humilhação social e os processos de exclusão operados contra populações em situação de rua, incluindo crianças e adolescentes nessas discussões; a violência conjugal, em que se expressam sofrimentos que vão além da relação dual, pois envolve a estrutura social desigual que perpetua opressões de gênero e outras; a exclusão encontrada em contextos do trabalho, como na área da construção civil; a inserção dos jovens no mercado de trabalho, sendo o conceito de sofrimento ético-político aplicado para se pensar a implementação de necessárias políticas públicas; a situação de mulheres com HIV e de mulheres em situação de prostituição, que experienciam vivências de submissão e humilhação social; os sentimentos de medo, vergonha, culpa, revolta e humilhação, experimentados pelas populações que vivem em periferias, retratados em letras de músicas nacionais de RAP; a anulação vivida pelas populações assentadas do MST; as experiências de pessoas em condição de pobreza que vivenciam um emaranhado de exclusões e desigualdades sociais; e a vivência de adolescentes encaminhados ao Conselho Tutelar, que, ao experimentarem sentimento de rejeição, tristeza e vergonha, têm a potência da ação e a autonomia afetadas.

O conjunto dessas informações permite que Bertini (2014) conceba que a concepção de sofrimento ético-político tem sido utilizada em variadas pesquisas do campo das ciências humanas e sociais, nas quais tem se dimensionado como conceito-chave para problematizar desigualdades sociais e para propor intervenções comunitárias,

fomentando formas de entendimento e práticas mais comprometidas com a transformação da sociedade.

PSICOLOGIA SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÚLTIMA DÉCADA

As discussões formuladas até aqui e as articulações que serão construídas nesta seção permite-nos perceber que o conceito de sofrimento ético-político nos desafia a repensar as concepções habituais de sofrimento, disseminadas pela Psicologia hegemônica e outros discursos sociais e científicos, ampliando nossa compreensão e nossa sensibilidade para além do campo individual-intimista, convidando-nos a olhar para as questões sociais e políticas que afetam a vida cotidiana e os processos de subjetivação das pessoas. Além disso, faz-nos problematizar inúmeras temáticas e situações concretas minimizadas e, costumeiramente, não caracterizadas enquanto sofrimento ético-político, fato visivelmente expressado pela escassa quantidade de artigos científicos, que trazem o tema como foco central, publicados na última década.

Ressaltamos às pessoas leituras que, metodologicamente, optamos por utilizar as mesmas plataformas acionadas por Bertini (2014) em suas buscas iniciais, isto é, SciELO e Portal da Capes e, diversamente dela, focamos-nos em pesquisas publicadas no período subsequente, qual seja, de 2012 a 2022, e inseridas especificamente no campo da Psicologia Social. A partir das buscas, empregamos como critérios de inclusão adicionais: a seleção de artigos em língua portuguesa que tomam o sofrimento ético-político como foco central de análise, descartando aqueles em que o conceito aparece secundariamente nas discussões. No total, foram identificados 29 estudos, tendo alguns se repetido em ambas as plataformas. Após a aplicação dos critérios acima apontados, selecionamos para leitura e análise completa 5 produções científicas, sobre as quais passamos a discutir a seguir.

O estudo de Dias (2021) traz em cena as vivências travestis, a partir de um olhar crítico do sofrimento vivenciado no âmbito escolar.

No contexto das escolas, as pessoas travestis, frequentemente, enfrentam diversas formas de discriminação, preconceito e violência. Essas experiências são marcadas por situações de exclusão, marginalização e negação de direitos fundamentais. A negação do uso do nome social, o constrangimento em relação ao uniforme escolar, a falta de reconhecimento e respeito à identidade de gênero, bem como o *bullying* e as violências verbal e física são exemplos dessas vivências.

A articulação das vivências das pessoas travestis com o conceito de sofrimento ético-político se dá, no estudo mencionado, pela particularidade do sofrimento que enfrentam, e que também é um tipo de dor diferente das dores que outras pessoas experimentam, porque está ligado às injustiças sociais e aos preconceitos a que são submetidas em razão de sua identidade de gênero. Elas vivem em um contexto de exclusão social, o que torna o seu sofrimento único e específico, comenta o autor.

Já a pesquisa de Dias (2014) se propõe a discutir como a política de afetividade no trabalho afeta o pleno desenvolvimento criando um bloqueio à liberdade, relacionando o sofrimento ético-político às vivências de jovens trabalhadoras, que têm a saúde como forma de potência de ação afetada. A doença é percebida como um sofrimento que expõe as injustiças sociais e as disparidades existentes na sociedade. A saúde é vista como um indicador da qualidade da integração social, refletindo o processo de exclusão ou inclusão em que o indivíduo se encontra. O estado de saúde e doença é, pois, considerado uma manifestação concreta no corpo humano desse processo de inclusão ou exclusão social.

Para a autora, o trabalho é um meio de integração na sociedade, no entanto, também pode se configurar como um mecanismo de controle sobre o corpo e a mente, limitando as oportunidades de crescimento, expressão criativa, autonomia e emancipação, tanto em termos físicos quanto mentais, excluindo, assim, a possibilidade de alcançar um estado de bem-estar pleno e se constituindo em um elemento de inclusão perversa. Além disso, o trabalho do/a jovem pode acarretar consequências negativas a longo prazo, trazendo consigo um ônus social significativo,

ao perpetuar a pobreza e a desigualdade. Também pode reforçar uma narrativa meritocrática, a partir da qual se acredita que um/a jovem que se esforce, conciliando trabalho, muitas vezes desprovido de valor agregado e limitado a tarefas repetitivas e mecânicas, juntamente com seus estudos, alcançará sucesso profissional. Essa perspectiva nos leva a refletir sobre como um/a jovem inserido/a em um trabalho degradante, enfrentando longas horas e estresse, enquanto lida com as demandas intensas do ensino superior, conseguirá competir com outro/a que se dedica exclusivamente à vida acadêmica.

A pesquisa de Albuquerque e Busarello (2019), que se voltou a investigar os desafios enfrentados pelos povos indígenas das etnias Sateré-Maué e Hixcariana, integra relatos de sofrimento psíquico após sua migração para a cidade. Esse sofrimento, caracterizado pelos autores como de natureza ético-política, surge quando os povos sateré-maués e hixcarianos migram para a cidade e se deparam com a dinâmica de vida urbana e a inclusão/exclusão social cotidiana, assentadas na ideologia e nos valores ocidentais.

Como resultado, segundo os autores, os nativos que não se enquadram nos padrões capitalistas são considerados derrotados, incompetentes em comparação aos brancos tomados como modelo de humanidade, e sua suposta inaptidão impede que se ajustem a esta realidade. Com o passar do tempo, tanto permanecer na cidade como retornar à terra indígena causam sofrimento. Na cidade, há exclusão/inclusão social, enquanto no retorno à terra indígena, há uma sensação de derrota.

O estudo de Gomes et al. (2021) se debruça à correlação entre violência contra mulheres e sofrimento ético-político, escancarando-nos as situações as quais mulheres ainda enfrentam, sendo tratadas como subalternas e inferiores, vivenciando situações de violência pautadas em normas sociais naturalizadas, que produzem e perpetuam desigualdades de gênero.

Propondo uma análise a partir das redes informais de cuidados de mulheres em situação de violência, as autoras nos trazem a reflexão quanto à importância de uma rede de apoio para o fortalecimento delas

e, como consequência, para o enfrentamento da violência. Além disso, apontam a forma como a violência é naturalizada, tornada invisível e silenciada, também representando um desafio presente e enraizado. Por isso, é fundamental questionar as violências de gênero direcionadas às mulheres como parte de um processo naturalizador de opressões – como o sexismo – presentes na sociedade.

Já na publicação de Strappazzon, Sawaia e Maheirie (2022), esses se debruçaram na teoria de Espinosa, fundamentalmente no conceito de liberdade, com o objetivo de propor uma abordagem para o enfrentamento do sofrimento ético-político. Os autores comentam que, para Espinosa, a liberdade não está nos limites do indivíduo, mas sim parte de um contexto mais amplo, rompendo, assim, com a ideia de livre-arbítrio, em que a liberdade é tomada como capacidade de escolher individualmente. Nessa concepção, a liberdade não está no ato de tomar decisões, mas sim na capacidade de um sujeito agir sobre si mesmo e sobre o mundo, com base em um conhecimento adequado das causas que determinam seus afetos.

A conquista da liberdade não é, portanto, segundo os autores, um objetivo individual isolado, mas uma busca coletiva, que envolve a construção de um senso de comunidade e solidariedade. Trata-se de romper com as estruturas de poder opressivas que mantêm algumas pessoas em posição de dominação sobre outras. Isso requer questionar e desafiar as crenças ideológicas que sustentam essas relações de opressão. A partir dessas proposições, o estudo nos instiga a refletir que o compromisso é (ou deveria ser) de todas as pessoas, como sociedade, de promover o engajamento na construção de relações mais igualitárias e emancipatórias.

No conjunto, os estudos abordados nesta seção anunciam a pluralidade temática dentro da qual o conceito de sofrimento ético-político tem se inserido nas pesquisas em Psicologia Social na última década. Ainda, restou notável que todas as pesquisas, aqui apresentadas, acionam o conceito original proposto por Sawaia e, a partir dele, tecem contribuições

singulares para pensar o dimensionamento dos modos de sofrimento junto ao eixo temático particular desenvolvido em cada uma das produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas abordadas ao longo das discussões costuradas neste capítulo, provenientes tanto do levantamento elaborado por Bertini (2014) quanto de nosso levantamento, apontam para alguns desafios à Psicologia Social.

Os estudos, em toda sua variabilidade temática, evidenciam a importância social e científica do acionamento do conceito de sofrimento ético-político para a problematização e o enfrentamento de variados processos opressivos, como também para fundamentar reflexões e debates rumo à construção de políticas públicas e práticas comunitárias emancipadoras.

Logo, essas constatações sugerem a indispensabilidade de que novos estudos insiram o sofrimento ético-político em seu marco conceitual, favorecendo a construção de pesquisas que desvelem, criticamente, os mecanismos exploradores e opressores, que seguem produzindo sofrimentos humanos.

Parafraseando Carolina Maria de Jesus, finalizamos este capítulo com uma provocação-convite, a fim de que esta discussão não se encerre por aqui: a Psicologia Social, que defendemos e fazemos, seguirá sendo conivente com a produção e a reprodução de *amarguras* ou se implicará na luta para que nenhum ser humano sinta o *amargor* da fome, da exclusão, do preconceito e do extermínio?

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. Sofrimento ético-político de indígenas sateré-maué e hixariana que migram de suas aldeias. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 838-856, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a29.pdf>.
- BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe 2, p. 60-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JkFpNj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt>.

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>.
- DIAS, G. J. P. A potência do conceito de sofrimento ético-político para pensar as vivências travestis na escola: reflexões iniciais. *Revista Diversidade e Educação*, v. 9, n. 2, p. 421-442, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13558/9304>.
- DIAS, M. D. A. Jovens trabalhadoras e o sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 93-102, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zSgzYnPr39ryXvtPMqB7QYq/?format=pdf&lang=pt>.
- GOMES, R. et al. Violência doméstica e sofrimento ético-político: redes de cuidados informais de usuárias do centro de atenção psicossocial e do centro de referência em assistência social no contexto brasileiro. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 39, n. 3, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79970823004>.
- JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- STRAPPAZZON, A. L.; SAWAIA, B.; MAHEIRIE, K. A Liberdade em Espinosa como base ontoepistemológica no enfrentamento do sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J3HFNpq7y5XnPxdRpkzxn9s/?format=pdf&lang=pt>.
- TOMANIK, E. A. *O olhar no espelho*: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais. 2. ed. rev. Maringá: Eduem, 2004.

A MASSA BOLSONARISTA, UMA MASSA DA IGREJA?

Bruna Rafaela Souza da Silva¹⁶

INTRODUÇÃO

Compreendemos a massa bolsonarista composta por políticos inclusos no Bolsonarismo, assim como os eleitores deste grupo político. Ao fazer uma pesquisa sobre a relação entre Psicanálise e Religião, a massa bolsonarista é percebida como uma massa de igreja, com base em Freud (1921 [2020], p. 171) que afirma: “no fundo toda religião é uma religião de amor como essa a todos aqueles que a seguem, e todas se inclinam à crueldade e à intolerância com aqueles que não lhe pertencem”.

Ainda com Freud, nos atentamos ao fato da atualidade brasileira abarcar uma relação entre religião e política e enfatizamos a necessária atenção que se deve dar a este fato:

Se outra ligação de massa entra no lugar da ligação religiosa, tal como a ligação socialista parece estar conseguindo agora, isso resultará na mesma intolerância contra os que estão de fora, tal como na época das lutas religiosas, e, se as diferenças entre pontos de vista científicos pudessem um dia adquirir para as massas uma importância semelhante, o mesmo resultado se repetiria também para essa motivação (FREUD, 1921 [2020], p. 172).

Destacamos com este mesmo trecho de “Psicologia das massas e análise do eu” (FREUD, 1921 [2020]) que a advertência dada por Freud sobre a possibilidade de surgir uma relação de conflitos relacionados à ciência, também está ocorrendo na atualidade política brasileira, envolvendo ciência, política e negacionismo.

Ressaltamos que a massa bolsonarista, em 2022, demonstrou a força na política brasileira, ao alcançar um grande número de políticos

¹⁶ Doutoranda em Psicologia (UFF). Professora (SEEDUC-RJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/0529026000123099>

eleitos, além de ter vencido a eleição presidencial em 2018. Logo, faz-se necessário compreender como uma grande parcela da população brasileira escolhe fazer parte da massa bolsonarista.

Assim, buscamos entender como no Brasil emerge o Bolsonarismo, com eleitores com um líder que se assemelha ao “pai da horda” (FREUD, 1921 [2020], p. 200), aquele que pode tudo e dita as regras. Com isso, observa-se como a massa bolsonarista apoia atitudes de Jair Bolsonaro nomeadas pelos indivíduos desta massa como conservadoristas. Isso não seria uma nova proposição do que é ser conservadorista, um exemplo da apropriação da massa bolsonarista de significantes provenientes do contexto religioso?

DESENVOLVIMENTO

Ao pesquisarmos sobre a composição da massa bolsonarista, destaca-se que Jair não foi eleito apenas por neopentecostais, pois esta massa também é composta por indivíduos que se sentem representados por ele, mas seguem uma crença com características religiosas sobre o líder.

Destaca-se um conjunto de significantes que demonstram o apoderamento da massa bolsonarista do simbólico do contexto religioso, como o uso do significante “cristão” e o grau de importância deste significante na atualidade da nação. Ainda sobre a apreensão da massa bolsonarista do simbólico, percebe-se que não foi só um ato de se apoderar do simbólico religioso, mas também da apropriação do simbólico nacional, como a bandeira nacional e a camisa da seleção brasileira, além do uso da bandeira com a imagem de Jair e a frase “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, o que rompe com as leis que protegem a bandeira nacional.

Sobre as ações da massa bolsonarista, o dia 8 de janeiro de 2023 foi um marco da tentativa de golpe rumo à destruição da Democracia contra os Três Poderes do Brasil. Essa massa tentou destruir locais sagrados da nação brasileira não só com excrementos, mas registrando em vídeos e fotos o que, para ela, caracteriza-se como sua certeza de impunidade, o que é um traço muito peculiar em sua composição.

Nesta data, os indivíduos da massa bolsonarista entraram para o rol de significantes para além de “pessoas de bem, patriotas e povo brasileiro”, como se nomeiam, e aqueles envolvidos no ato golpista adquiriram novos significantes: extremistas, golpistas e terroristas. Nesta massa, há uma tentativa de rompimento com a cultura pré-estabelecida e há uma marcha pela via do discurso capitalista e neoliberal.

Ademais, percebemos que a cultura já estava em desprestígio faz tempo, com a desvalorização da educação, de obras de arte e da ciência, além do imperativo do negacionismo que sustentam a massa bolsonarista. Assim, questiona-se se estes atos apontam para um retorno à incivilidade e desconstrução dos limites do que é certo e do que é errado para se conviver na pólis. Compreendemos locais sagrados não só como templos, isto é, não é só onde se ora e sim locais em que se zela pela lei e faz a civilização elaborar sobre os direitos e deveres para coabitarmos em sociedade.

No dia 8 de janeiro de 2023 foi destacada uma marca do ódio a tudo e todos que são externos ao que é o ideal bolsonarista – manter Jair no poder. A massa bolsonarista aponta a ascensão da extrema direita que surge em vários países, mas percebemos que a massa bolsonarista tem características muito peculiares, distintas da extrema direita de outros países, por ter relação com a religiosidade, além de não estar disposta à cultura da Democracia.

Ainda sobre a referida data, notamos que a manifestação do ódio dos golpistas foi sem um rumo exatamente detalhado, pois o ódio da massa bolsonarista é desorganizador, o que se comprova pela tentativa de destruição dos locais sagrados da Democracia e pela ausência da apresentação de um porta-voz ou de um líder para reivindicar algo na tentativa de golpe, o que é muito comum de ocorrer, inclusive, em atentados terroristas. Assim, percebemos o que ocorreu no dia marco como a presença infrene de ódio extremo, mas questionamos: caso o golpe fosse consumado, onde o líder da massa bolsonarista continuaria a liderar? Através do Facebook ou de outras redes sociais, já que houve a tentativa de destruir os Três Poderes e tudo o que eles representam?

Para Freud (1927 [2020], p. 245), o que fez o ser humano elaborar em torno de Deus e da cultura é tentativa de lidar com o desamparo primordial e isso nos faz pensar sobre os regimes teocráticos e suas variadas constituições. Destacamos sobre a Democracia no Brasil, o pandemônio político durante a pandemia de COVID-19, que causou ainda mais mal-estar.

Freud (1921 [2020], p. 173) afirma que há massas em que o líder pode ser substituído por uma ideia ou uma abstração, a qual pode encarnar na pessoa do líder. Sobre isso, o que ocorre na massa da igreja é semelhante à imagem de Jesus aglomerando os indivíduos como seus irmãos e Deus é entendido como a ideia, o pai, o líder, enquanto na massa do exército, o líder é o general.

Sobre a liderança da massa bolsonarista, questionamos: o que Jair é e faz é fator primário ou secundário ao que a une como uma massa? Jair é apenas um signo, uma ideia ou um “chefe invisível” (FREUD, 1921 [2020], p. 173)? Com a perda da eleição de 2022, o que Jair representou ou continua a representar para a massa bolsonarista? Sobre o seu não pronunciamento após perder a eleição de 2022, Jair deixou de ocupar o lugar de líder que seus eleitores tinham dele?

Observa-se que o significante Bolsonarismo advém do nome do líder, Bolsonaro, e se difere de Fascismo e Nazismo, que não contêm o nome de seus líderes nomeando estes grupos políticos. Logo, Bolsonaro se apresenta como fator primário para a constituição desta massa, justamente por dar um nome a ela e, deste modo, é a autoridade que permitiu a criação desta massa?

Questiona-se um outro ponto particular da massa bolsonarista: o significante Bolsonarismo surgiu porque durante grande parte de seu mandato como presidente do Brasil, Jair foi um presidente sem partido? Bolsonaro como líder autorizou o ódio aos externos à sua massa e preservar este líder como autoridade simbólica, amenizando o que ele faz e fala é para corroborar e manter a imagem do pai da horda no seu lugar de liderança, pois seus eleitores se identificam com Jair? Todos os que compõem a massa bolsonarista se sentem autorizados

a praticar o ódio e a ignorância? Além disso, há traços de perversidade unindo a massa bolsonarista?

Freud (1921 [2020], p. 199) afirma que massas com uma imagem da horda originária é uma regressão para uma atividade anímica primitiva. Assim, questionamos: os indivíduos bolsonaristas ainda necessitam de um líder com características semelhantes às do pai da horda, sem interdição? Ao pedirem a intervenção militar e o retorno da Ditadura não seria uma busca por manter Jair no poder, buscando marcar sua onipotência?

O não querer saber e delegar o lugar de saber pela paixão pela ignorância foram marcantes ao longo do período de pandemia de COVID-19, em que foram percebidos gritos durante o pronunciamento do então presidente do Brasil. O não permitir que fosse ouvido o que Jair pronunciava assinala o não querer saber sobre quem diz, nem o que é dito, e esbarra no lugar da imoralidade, pois não foi respeitado o direito dos alheios e dos inclusos na massa bolsonarista de ouvir o que era transmitido por Jair.

Sobre a pandemia e a paixão pelo ódio, foi notável a tentativa de destruição não só dos externos à massa bolsonarista, mas a todos que aderiram à postura anti-vacina, ao desrespeito à lei federal de uso de máscara e ao pseudo “kit anticovid”. Assim, o ódio ratifica sua potência externa e interna à massa bolsonarista, pois não só indivíduos da massa bolsonarista foram contaminados e morreram porque não tomaram vacina, não quiseram se prevenir e/ou tomaram o pseudo “kit anticovid”.

Ainda sobre a paixão pelo ódio e pela ignorância, Jair ao se comunicar em suas redes sociais apresentou uma enorme falta de decoro assinalada e não apagada, nem distorcida. Há vídeos retratando seu deboche, em suas apresentações ao vivo pelo Facebook, sobre brasileiros que morreram com falta de ar (UOL, 2022) e zombando do aumento de casos de suicídios durante a pandemia (DANTAS, 2021). Mesmo assim, a massa bolsonarista continuou favorável a ter e a manter um líder que cometeu estes atos, ocupando o cargo de presidente do Brasil.

Pensando sobre ato falho e o político Jair, citamos Vidal (2014) e questionamos: a fala de Jair, no último debate presidencial de 2022 televisionado pela Rede Globo, em que ele pede votos para ser depu-

tado federal, traz marcas de seu não lugar como presidente do Brasil? Ele se percebe ou se percebeu como líder só da massa bolsonarista e não da nação brasileira?

Um outro ponto observado na massa bolsonarista é a manutenção da imagem de seu líder como um salvador capaz de mudar a realidade do país. Não se trata apenas de ter um líder que diz “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, pois Jair ao proferir essa frase, a emprega como aquele acima dos valores morais, que unifica em si a imagem daquele que fala o que seus eleitores reproduzem, ou melhor, com o qual se identificam e, assim, o imitam: eles e o que é deles acima de tudo? Ou seja, esta frase registra a tentativa de onipotência dos bolsonaristas?

A massa bolsonarista aporta o simbólico religioso, já que o Bolsonarismo abarca não só neopentecostais, mas sua representatividade se expande a quem se inclui no discurso “Deus, pátria e família”, advindo do Fascismo? Fazendo uma aproximação entre religião, política e regimento de um país, nos deparamos com o Islamismo e retomamos Lacan (1953 [2009], p. 258) que, ao levar para seu seminário I o caso clínico de seu paciente seguidor da religião islâmica, afirma: “na área islâmica, ao contrário, a lei tem um caráter totalitário que não permite absolutamente isolar o plano jurídico do plano religioso”. Isso não se assemelha ao que se busca através do Bolsonarismo e da bancada evangélica?

Ressaltamos que, em sua obra póstuma, Calligaris (2022) aborda a perversão social tecendo uma relação entre o pertencimento, o ideal do eu e o eu ideal no Nazismo, o que traz uma grande contribuição para compreender o que ocorre na atualidade, em que o extremismo reassume uma posição de destaque. O autor trabalha com a perversão social como um movimento em que os indivíduos que a aderem buscam a aceitação dos demais membros da massa nazista, com o objetivo de lidar com seu desamparo primordial.

Destaca-se que uma grande parte da massa bolsonarista, que são adoradores de Jesus, fazem aproximações entre a imagem de Jair e a imagem de Jesus, o que pode ocorrer por Jair ter o segundo nome Messias e, com isso, a perda da reeleição de Jair em 2022 gerou mais ódio pelos eleitores de Lula e por Lula. Também houve não só clamor a Deus, mas

um clamor guiado pela crença da massa bolsonarista, pedindo ainda mais intervenção militar, a fala e, sobretudo, a presença de Jair. Para isso, indivíduos da massa bolsonarista criaram bloqueios em rodovias, além de acampamentos, com pedidos de intervenção divina com adorações a pneus e até tentativas de contato com extraterrestres.

Mesmo com todos esses apelos da massa bolsonarista pela voz e pela presença de Jair, questionamos se houve abandono de Jair de seu posto como líder da massa bolsonarista, após a perda da eleição presidencial de 2022, o que nos faz buscar entender se a sua postura gerou maior comoção da massa bolsonarista e maior ódio a Lula e aos seus eleitores e, ainda, se isso culminou na tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023.

Dunker (2022) traz apontamentos sobre o neoliberalismo e o neopentecostalismo, abordando a ascensão da teologia da prosperidade na década de 70 em igrejas neopentecostais. Para o autor, o neopentecostalismo trouxe uma relação entre a fé e a solução dos problemas do sujeito que deve ser encontrada pelo próprio sujeito, o que retira da religião sua relevância compreendida por Freud (1927 [2020]) como anteparo para o desamparo primordial e outros tipos de mal-estar do indivíduo.

Frisamos que a teologia da prosperidade se expandiu para outras religiões, além do neopentecostalismo, pois houve uma mudança de paradigma da relação entre indivíduo e religiões, e acreditamos que isso foi impulsionado pelos ideais neoliberais. Logo, se o indivíduo não encontra a solução de seus problemas na igreja, o problema está nele, na sua falta de fé e na falta de vontade de melhorar e, assim, este indivíduo pode ser descartado como membro da igreja. Ademais, vários templos religiosos de base católica, evangélica e kardecista viraram palanque político, pois o elo entre política e religião virou tema dos líderes religiosos em suas pregações, pedindo aos fiéis votos para Jair e outros políticos bolsonaristas.

Outro ponto presente no Bolsonarismo relacionado à religião foi reportado por Marques e Varela (2022) a respeito de os líderes religiosos pediram votos para políticos bolsonaristas, o que levou à ocorrência de denúncias de fiéis sobre esse fato e, como consequência, a saída dos fiéis destas congregações por sofrerem grande preconceito e exclusão

ao escolherem votar em outros candidatos. Freud (1921 [2020], p. 172) afirma que há na massa da igreja exclusão dos que saem desta massa, o que também se evidencia na massa bolsonarista.

Ressaltamos ainda que Dunker (2022) afirma que a eleição de Bolsonaro como presidente do Brasil ocorreu devido à mobilização inédita de duas forças políticas heterogêneas: o ativismo digital nacional-armamentista e a militância evangélica neopentecostal, decorrente do ressentimento sobre a incompetência da gestão do Partido dos Trabalhadores, com a corrupção que rompeu com a promessa de crescimento da nação. Para o autor, o que ocasionou esta aliança foi um pacto impunemente violado da nação e do PT que redundou em ódio e vingança.

Ao observar a construção da massa bolsonarista e seus ideais, questionamos sobre as singularidades dos indivíduos e a identificação que unifica os indivíduos. Sobre isso, Freud afirma que:

Nas aversões e repulsas que emergem explicitamente contra estranhos que estão próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor por si próprio, de um narcisismo que anseia por sua autoafirmação e que se comporta como se a ocorrência de uma irregularidade em suas formações individuais trouxesse consigo uma crítica a elas e uma convocação a reconfigurá-las. (...) é inegável que nessa conduta dos seres humanos revela-se uma prontidão para o ódio, uma agressividade cuja origem é desconhecida e à qual gostaríamos de atribuir um caráter elementar (FREUD, 1921 [2020], p. 175).

Com base neste trecho de Freud, percebemos que em uma massa consolidada, toda intolerância sobre a singularidade do outro membro da massa desaparece em busca de sua união pela via dos seus ideais e, em particular, na massa bolsonarista, o que há é a exclusão dos que não votaram em Jair e candidatos bolsonaristas, além de uma tentativa de incluir todos os indivíduos que seguem ideais conservadoristas e anti-progressistas.

Pensando em como se busca através do Bolsonarismo exterminar as singularidades das minorias pela via do ódio, com Lacan, percebemos que

o ódio não se satisfaz com o desaparecimento do adversário. Se o amor aspira ao desenvolvimento do ser do outro, o ódio

quer o contrário, seja seu rebaixamento, seja sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, a sua negação detalhada, a sua subversão. É nisso que o ódio, como o amor, é uma carreira sem limite (LACAN, 1953 [2009], p. 361).

Sobre a impulsividade da massa, Freud (1921 [2020] p. 146) afirma que a massa é guiada exclusivamente pelo inconsciente e ressalta que impulsos podem ser cruéis. Assim, a massa tem o sentimento de onipotência e “para o indivíduo, na massa desaparece o conceito de impossível.” A massa é influenciável, crédula, acrítica e o improvável não existe para ela. As imagens evocadas “não são medidas por nenhuma instância racional sobre a realidade” (ibidem, p. 147). Logo, a massa não conhece, portanto, nem a dúvida nem a incerteza, o que nos remete à relação entre indivíduos bolsonaristas e fake News. Ou seja, estes indivíduos não questionam as mentiras transmitidas para eles e por eles, logo, as fake News são sua verdade?

Com relação aos que se opõem à massa, continuamos com Freud (1921 [2020]) ao afirmar que os extremos são rápidos de se atingir e, uma vez que haja uma suspeita de oposição, ela é irrefutável e é recebida com ódio selvagem. Ele acrescenta que, para: “influenciá-la não necessita de nenhuma dimensão lógica em seus argumentos; ele tem de pintar imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa” (p. 147). Logo, não seriam as fake News pró-Bolsonarismo, em particular, as que abarcam enunciações “pela moral e bons costumes”, que nutrem a credulidade e união desta massa?

Freud (1927 [2020], p. 235) quando tece sobre a religião e a ciência, afirma que as criações humanas são fáceis de serem destruídas e “a ciência e a técnica que as construíram também podem ser utilizadas para a sua aniquilação”. Assim sendo, acreditamos que haja relação entre a paixão pela ignorância de não saber e não querer saber e o negacionismo, o ato de negar a realidade científica, pois ignorância, negacionismo e fake News estão unidos nas correntes de WhatsApp, pelas redes sociais e nos canais do YouTube da massa bolsonarista. Em específico sobre o negacionismo, é necessário refletir sobre o ato de negar a ciência em vários aspectos, como por meio do uso do pseudo “kit anticovid”, da

fala da massa bolsonarista sobre os institutos de opinião, como o Datafolha, e da enorme recusa do resultado da eleição presidencial de 2022.

Enfatizamos que bolsonaristas questionam, ou melhor, negam o resultado da eleição do presidente Lula e a veracidade do resultado das urnas em 2022, em particular, sobre a eleição presidencial, mas fica evidente que não é tema de questionamento a eleição dos demais políticos eleitos nas eleições de 2022, constituída em sua maioria por bolsonaristas.

Durante o segundo turno de 2022, houve vários crimes na tentativa de proibir cidadãos brasileiros de votarem, em particular, no Nordeste. Assim, questionamos: as fake News assumem o lugar do que a Bíblia representa sobre a moral para a massa bolsonarista? Ainda sobre o negacionismo, a massa bolsonarista elabora através das fake News uma fantasia que cria uma verdade para esta massa, em busca de manter o ideal bolsonarista no poder?

Ademais, uma parcela das fake News traz mensagens de que Bolsonaro é odiado por vários grupos e líderes mundiais e isso é empregado para colocá-lo no lugar de vítima e aumentar sua popularidade? Enfatizamos que Jair, antes do resultado da eleição de 2022, já questionava sua veracidade e tentou que a eleição acontecesse por voto impresso, o que, juntamente com o abuso de poder, tornou-o inelegível por oito anos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Vale lembrar que antes mesmo da eleição de Jair como presidente, foi dito e continuou a ser proferido tanto por ele quanto por seus seguidores que a “Ditadura não existiu”, o que nos faz pensar nos conteúdos oferecidos ao longo dos estudos escolares, além do acesso à informação em livros e na internet. Ademais, muitos eleitores do Bolsonarismo vivenciaram a Ditadura e a negam, enfatizando a paixão pela ignorância da massa bolsonarista e espalham fake News tentando negar um fato histórico.

Refletimos, por fim, sobre o decoro de Jair como líder e o apoio da massa bolsonarista, mesmo ele indo embora do Brasil, após o término da eleição de 2022 e ficando por um longo tempo sem se comunicar. Questionamos: a massa bolsonarista mantém a ignorância por não querer saber a verdade para além do que profere via fake News e/ou por se identificar com Jair? Já observamos que indivíduos da massa bolsonarista

começaram a se dividir quanto a esse decoro, pois uns são a favor da conduta de Jair e outros ficaram indignados quanto ao seu silêncio e a sua posição como líder da massa.

CONSIDERAÇÕES

Ao pesquisarmos a massa bolsonarista, foi percebido que tanto eleitores como políticos bolsonaristas se unem pelo afeto do ódio, muito presente na formação de massas, como Freud (1921 [2020]) abordou em seus estudos em “Psicologia das massas e análise do eu”. Com isso, buscamos encontrar outras características particulares da massa bolsonarista além do ódio, da ignorância e do amor em suas coligações. É evidenciado que a massa bolsonarista surgiu em um momento político em que o negacionismo e as fake News ganharam grande proporção no imaginário da população brasileira e fortificou a aglomeração daquela massa.

Anterior à eleição de Jair em 2018, compreendemos a grande oportunidade que Jair teve, pela via do humor, no programa televisivo CQC, da Rede Bandeirantes, ao ter alcançado popularidade nacional, já que, até o momento em que começou a aparecer no programa, Jair só era conhecido no Estado do Rio de Janeiro, pelo qual assumia o cargo de Deputado Federal. Após suas aparições no programa CQC, através da fala de Jair apresentando os ideais até hoje defendidos pelo Bolsonarismo, a massa bolsonarista começou a se unificar, através da identificação com seus pares.

A massa bolsonarista é uma massa da igreja unida pela paixão pela ignorância e pelo amor pelo líder e pelo ódio (LACAN, 1953 [2009]) por seus oponentes vistos como inimigos. Refletindo sobre a resistência da Democracia, observamos que o poderio do Bolsonarismo não vai se extinguir, mesmo com a retirada do seu líder do cargo de presidente do Brasil e sua ineletabilidade, pois Jair já almeja continuar como cabo eleitoral dos políticos bolsonaristas.

Outrossim, a pesquisa continua em andamento para refletir sobre futuros movimentos da massa bolsonarista na pólis, em busca de verificar, por exemplo, se ela vai se reinventar, mantendo uma ideia no lugar de um líder (FREUD, 1921 [2020]) e se continuará com particularidades de

uma massa da igreja, já que Jair não ocupa mais o lugar de presidente da nação, ou se a massa vai escolher um outro líder ou outros líderes. Já é percebido um movimento dentro da massa bolsonarista em que indivíduos buscam defender uma ideia, talvez na tentativa de esperar por um novo candidato que ocupe a função de um líder bolsonarista elegível.

Compreendemos que a massa bolsonarista se presentifica com políticos pertencentes a vários partidos políticos existentes no Brasil, como uma busca por se misturar com o simbólico nacional já existente. Este movimento fortifica a existência dessa massa como algo possível de ocorrer, sem ultrapassar o limite do que é certo, segundo as leis que regem o Estado Democrático de Direito, ou seja, sem criar uma bandeira específica e se mesclando com o que já era anteriormente existente no simbólico brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. **O grupo e o mal**. São Paulo: Fósforo, 2022.

DANTAS, Cláudio. Bolsonaro ri dos suicídios. *In: O Antagonista*. <https://www.youtube.com/watch?v=YuefyuWzps>. 5/3/2021. Acesso em: 29 out. 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Lacan e a democracia: clínica em tempos sombrios**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). *In: FREUD, S. O mal-estar na cultura e outros escritos sobre cultura, sociedade, religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). *In: FREUD, S. O mal-estar na cultura e outros escritos sobre cultura, sociedade, religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LACAN, J. **O Seminário 1: os escritos técnicos de Freud** (1953). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MARQUES, Júlia e; VARELLA, Thiago. Quem não vota em Bolsonaro não é bem-vindo: evangélicos abandonam igrejas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/24/nao-consigo-ir-a-uma-igreja-evangelica-que-nao-demonize-a-esquerda.htm>. Acesso em: 5 jan. 2023.

VIDAL, Paulo Eduardo Viana. A realidade desde Freud. **Reverso**, v. 36, n. 67, p. 71-74, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000100008. Acesso em: 6 fev. 2023.

UOL. Bolsonaro imita pessoa com falta de ar; vídeos desmentem a fala do presidente na Globo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2022/08/23/bolsonaro-imita-pessoa-com-falta-de-ar-videos-desmentem-fala-do-presidente-na-globo.htm>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CIRCULARIDADE ENTRE O SUBJETIVO E O OBJETIVO: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Nadia Rocha Veriguine¹⁷

Edite Krawulski¹⁸

INTRODUÇÃO

Como ciência que busca compreender o homem e sua subjetividade, a Psicologia é marcada pela complexidade e pluralidade. Muitos campos de atuação, teorias, perspectivas e metodologias a caracterizam, enquanto outros conhecimentos associados a essa ciência emergem, à medida que o meio se transforma e a sociedade solicita respostas para os mais variados problemas humanos. Considerar isso significa compreender que as práticas de trabalho dos psicólogos, independentemente da sua área de atuação, são produzidas e tecidas em meio aos componentes do contexto em que se inserem. Elas estão, portanto, diretamente relacionadas às características históricas, políticas, econômicas e sociais de uma determinada realidade material (BOCK, 2011).

Esta é, pois, também a situação da Psicologia Organizacional e do Trabalho, denominada no Brasil como POT. A área emergiu em nosso país juntamente com o desenvolvimento industrial ocorrido no início do século XX, e, naquele momento histórico, buscou atender às demandas da sociedade, por meio da utilização dos princípios científicos existentes à época. Frente às múltiplas alterações em curso na sociedade, a POT foi (e continua sendo) chamada a contribuir com novas soluções, para além da simples adaptação do homem ao trabalho.

¹⁷ Pós-doutoranda (UFSC). Doutorado em Psicologia (UFSC). Docente (IFC).

CV: <http://lattes.cnpq.br/7826627686356796>

¹⁸ Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). Professora Associada aposentada (UFSC).

CV: <http://lattes.cnpq.br/8136913845547916>

Nas últimas décadas, o campo da POT vem tentando acompanhar as dinâmicas tecnológicas, sociais, políticas e econômicas geradas pela globalização e pelas características do capitalismo na contemporaneidade, incorporando ao seu escopo as manifestações de problemas globais e complexos presentes nas organizações e fora dela, a exemplo, dos macrofenômenos sociais relacionados ao trabalho (SAMPAIO, 2013). Considerando esse movimento de transformação que o próprio campo da POT tem atravessado ao longo de seu percurso histórico, torna-se particularmente significativa a identificação de como ocorrem as práticas de trabalho dos psicólogos atuantes na área e de como esses profissionais articulam de forma integrada (ou não) as três unidades de preocupação específicas da área: o funcionamento organizacional em termos de produtividade, qualidade e competitividade; os modelos e políticas de gestão e a saúde e bem-estar dos seres humanos, esta última, uma questão nodal para a ciência psicológica.

Para maior compreensão do modo como esse movimento se caracteriza no campo POT, recorreu-se aos conceitos de níveis de intervenção, subdivididos em: a) técnicas e procedimentos; b) táticas e estratégias; c) políticas organizacionais (BASTOS, 2010), bem como aos âmbitos em que essas intervenções podem ocorrer, quais sejam: a) individual; b) contexto e conteúdo do trabalho; c) social, grupal e das unidades de trabalho; d) organizacional; e) interface trabalho/não trabalho; e f) societário (ZANELLI; BASTOS & RODRIGUES, 2014).

Tomando como ponto de partida resultados de algumas pesquisas desenvolvidas sobre a profissão de psicólogo (KRAWULSKI, 2004; VERIGUINE, 2015; VERIGUINE & KRAWULSKI, 2022), como também a vivência enquanto docentes e supervisoras de estágio em POT, este capítulo busca tecer algumas reflexões sobre desafios, limites e possibilidades de atuação do psicólogo organizacional e do trabalho, levando em consideração a árdua tarefa de mediar as tensões capital-trabalho, onde quer que este profissional esteja inserido (BASTOS, YAMAMOTO & RODRIGUES, 2013). Qual, afinal, é seu lócus de

intervenção: os processos administrativos ou a subjetividade humana? E, como ele pode (quando pode) equalizar as diferentes demandas destes polos, diante de situações de conflito? É possível atender às necessidades de produtividade e, ao mesmo tempo, defender interesses dos trabalhadores? Tais indagações, dentre outras, auxiliaram nessa tarefa.

DIFERENTES ÂMBITOS, NÍVEIS E POLOS DE INTERVENÇÃO

Geralmente, o início da atuação profissional do psicólogo organizacional e do trabalho se dá por meio da inserção em um estágio ou em um posto de trabalho destinado a atividades tradicionais e mais antigas da área, como processos de recrutamento e seleção de pessoas. E, não raro, estagiários (ou psicólogos) buscam esse lugar nas organizações por causa do retorno financeiro resultante do vínculo empregatício, sem necessariamente dominar conceitos básicos da área ou mesmo possuir interesse em nela atuar, o que, com certeza, dificulta a apreensão do papel que devem desempenhar enquanto profissionais.

Considerando que a capacidade de perceber e interpretar o comportamento humano é própria da ciência Psicológica, sendo este, inclusive, um aspecto que a diferencia em relação aos outros campos do saber, o psicólogo recém-ingressado em uma organização buscará os recursos que aprendeu em sua formação acadêmica para analisar o comportamento das pessoas, realizando um primeiro movimento em direção à subjetividade humana. É o momento de mirar o foco para as atitudes, pensamentos, sentimentos e valores dos indivíduos com os quais interage em seu trabalho. Exemplos deste momento são a realização de entrevistas e a aplicação de testes psicológicos, realizadas em processos seletivos e/ou análise de perfil psicológico.

Temos que o primeiro foco do profissional, portanto, estará no âmbito individual de análise e intervenção, e suas ações pertencerão ao nível das técnicas e dos processos, utilizando-se dos mais diversos procedimentos, sem necessariamente refletir sobre as implicações de suas

ações sobre a vida daqueles com quem interage. Este lugar de começo de carreira está relacionado, assim, mais ao processo de dominar o fazer do que ao de (des)construir modelos de intervenção. Muitos profissionais ingressam no mercado de trabalho pautando-se neste modelo de atuação e nele permanecem, reforçando os estereótipos da área.

Dominar a dinâmica psicológica, no entanto, não é suficiente para exercer plenamente a POT. Realidades objetivas que são, as organizações demandam um segundo movimento do psicólogo: a proximidade com os aspectos objetivos e com a produtividade demandante do contexto de trabalho. De um primeiro mergulho na subjetividade, o psicólogo necessita dirigir-se agora aos fatos objetivos, buscando dar conta de um processo que poderíamos nomear de “numeralizar a subjetividade”. Para tanto, é necessário recorrer a conceitos e ferramentas administrativas, como estratégia para estabelecer ou facilitar as diversas interlocuções típicas do cotidiano organizacional de trabalho. É fundamental neste movimento, por exemplo, identificar resultados atingidos, produzir relatórios numéricos, dominar métodos estatísticos, e, muitas vezes, quantificar níveis de comportamento humano resultantes de sua intervenção, como a aplicação e/ou avaliação de um treinamento. Quando bem desenvolvidas, essas práticas facilitam a comunicação entre psicólogos e gestores e promovem um maior entendimento destes em relação à importância da atuação daqueles para o funcionamento organizacional.

Essa primeira mudança de foco da subjetividade para a objetividade pode se constituir como um lugar de contradições e de sofrimento para o psicólogo. Dependendo de aspectos como os conhecimentos que desenvolveu em sua formação, como transcorreram suas trajetórias acadêmica e profissional, o modo como significa a Psicologia como profissão e, ainda, suas condições materiais de existência, muitas circunstâncias podem ocorrer, afetando sua atuação profissional em POT. Algumas dessas circunstâncias são: o profissional pode não entender o que a empresa espera dele, pode não se sentir capaz de desenvolver tais tarefas, pode considerar que tais práticas não dizem respeito à Psicologia

e pode ainda recusar-se a realizar tais atividades, inviabilizando, por uma ou mais dessas possibilidades, o exercício profissional nesse campo.

Outra possibilidade é o profissional permanecer preso a um dos polos de atuação, ao subjetivo ou ao objetivo. Vinculando-se ao primeiro, ele pode acreditar que sua missão como psicólogo diz respeito apenas a interagir diretamente com as pessoas, atuando próximo a um modelo clínico e se distanciando de elementos administrativos. Essa atitude e postura, por vezes, pode gerar benefícios para os trabalhadores, mantendo o sentido da Psicologia de ajudar as pessoas (MAGALHÃES et al., 2001), mas, também, pode acarretar desentendimentos com a gestão, fragilidade de trânsito e negociação, além do risco de uma possível demissão, quando o profissional é empregado.

Já ao alinhar-se unicamente ao segundo polo, o psicólogo pode se ater aos valores do mundo corporativo, esquecendo-se dos fundamentos de sua profissão. Nesse caso, os sentidos da atuação em POT podem se tornar nebulosos, sendo difícil localizar a Psicologia no fazer cotidiano de trabalho; ou, ainda, porque o trabalho é reduzido à operacionalização de ações burocráticas, conforme as necessidades ditadas pela organização. Se, no entanto, conseguir realizar uma síntese dialética entre os dois polos, o psicólogo poderá avançar na espiral, completando um primeiro círculo que aproxima a subjetividade e os números.

Velhas práticas, então, assumem novas formas, sentidos e vias de execução. Se, por um lado, busca-se o foco nos aspectos subjetivos, por outro, a intervenção do profissional se traduz e se expressa em elementos objetivos, de modo a inseri-la e integrá-la às demais práticas e procedimentos em curso na organização. Nessa perspectiva, atividades tradicionais de recrutamento e seleção, por exemplo, podem remeter ao sentido de oportunizar trabalho, enquanto práticas de treinamento podem assumir o sentido de estimular o crescimento psicológico e profissional de indivíduos.

Alguns psicólogos da área, todavia, valorizam mais o senso prático e gostam da dinâmica organizacional em sua realidade objetiva. Às vezes,

também, sentem-se satisfeitos com a realização de tarefas operacionais, ou essas são as únicas que a organização lhes permite desenvolver. Outras vezes, só conseguem perceber possibilidades de intervenção no nível dos procedimentos e nos primeiros âmbitos, o individual e do conteúdo do trabalho. Essa limitação de práticas deriva de múltiplas circunstâncias e constitui fato que também fortalece as críticas conferidas tradicionalmente à POT, reforçando a impressão de que todo e qualquer trabalho do psicólogo nessa área é muito limitado e restrito a ações operacionais. Vale ponderar, no entanto, que mesmo atuando no nível dos procedimentos técnicos e operacionais, o profissional pode ainda realizar intervenções em benefício do trabalhador, tais como orientações sobre o enfrentamento do estresse e do adoecimento psíquico.

Mas, se o profissional realizar, aos poucos, maior apreensão do seu papel na organização, libertando-se de modelos preestabelecidos e descobrindo modos próprios de ser e fazer POT, ele poderá se interessar por analisar e intervir nos âmbitos grupal e organizacional, preocupando-se com aspectos do comportamento coletivo. Essa possibilidade interventiva remete novamente à polaridade da subjetividade, mas dessa vez no nível das táticas e estratégias. Nesse novo lugar, o psicólogo desenvolve o entendimento de que suas ações podem agregar para a organização, manifestando aos superiores o interesse em realizar novas tarefas, como o investimento em programas de desenvolvimento, intervenções em equipes de trabalho, orientação às lideranças, programas de integração e pesquisas de clima organizacional, dentre outros.

Novamente, apenas manifestar interesse não é suficiente. É conveniente buscar recursos objetivos para apontar às hierarquias superiores a pertinência dessas ações, por meio de provas concretas. Ressurge, então, a importância da apreensão dos números para viabilizar sua intervenção, e muito possivelmente o profissional só galgará esse novo espaço se dominar a linguagem objetiva da administração, utilizando-a como recurso para evidenciar a relevância de suas práticas. A busca por soluções de problemas sociais e coletivos dos trabalhadores é um exemplo de ações

características do movimento nesse segundo círculo da espiral. Entende-se que é necessário agir para promover um ambiente salutar, agradável e gratificante de trabalho, sem perder de vista as preocupações com o desempenho dos trabalhadores. Certamente, essa é uma intervenção de um nível maior de complexidade e que exige do profissional a posição de manifestar-se enquanto elemento mediador entre gestores e geridos.

Esse lugar de centro entre os polos sujeito e objetivo não é fácil de ser ocupado/exercido, e mais uma vez embates de toda ordem podem eclodir, gerando mal-estar e sofrimento para o profissional, que pode se frustrar, por exemplo, diante da possibilidade de não conseguir implantar determinado programa porque a organização não permite ou o considera demasiadamente custoso. Ainda, o psicólogo pode discordar de determinado posicionamento da gestão, vivenciando um conflito ético entre a lógica do sujeito e a lógica do capital. Não existem, porém, fórmulas para lidar com batalhas dessa natureza, porque se está atuando em meio às relações de trabalho e essas são tão diversas quanto são os indivíduos e os contextos em que as relações se manifestam.

Enfrentando contradições em sua realidade de trabalho, muitas vezes o profissional chega à casa ao fim do expediente abalado emocionalmente e desejoso de desistir daquela empreitada, o que de fato, alguns o fazem. Essas experiências e conflitos indicam para a classe profissional o quanto são poderosas as forças do capital incidindo sobre a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho. Relembremos, aqui, conforme já deveras ressaltado por muitos estudiosos da Psicologia, não ser privilégio unicamente desse campo da Psicologia receber seus impactos nem se ressentir diante das limitações que eles impõem. Uma vez que a atuação de todas as áreas da Psicologia ocorre na materialidade da vida humana e ela se apresenta na contemporaneidade atrelada ao modelo capitalista de produção, os ditames do capital incidem sobre toda e qualquer ação humana, tendo o sujeito trabalhador consciência disso ou não.

Uma possibilidade, que não significa necessariamente a solução diante de dificuldades dessa ordem capital-trabalho, é o psicólogo mobi-

lizar suas competências e sua própria subjetividade, organizando dentro de si sua percepção da situação e enfrentando a realidade com diplomacia, paciência, negociação e abertura ao diálogo. Mesmo agindo de tal forma, não se pode garantir desfecho favorável para a situação, porque muitos elementos estão interagindo dinamicamente. As peculiaridades do jeito de agir e da posição ocupada pelo profissional, as características da organização em que se insere, os modelos de gestão presentes e os padrões de relacionamento estabelecidos entre psicólogo e gestores são alguns desses elementos, os quais podem modificar totalmente as circunstâncias, favorecendo ou não a resolução de situações difíceis do cotidiano organizacional. Há risco, por exemplo, de o psicólogo adoecer, somatizando suas angústias, ou ainda, de sentir-se paralisado, diante desses empates complexos com os quais se defronta.

Mas, se for capaz de equilibrar essas variáveis evitando o confronto direto, talvez conquiste o respeito e a consideração da gestão, e potencialize espaços para a interlocução e o desenvolvimento de suas intervenções. Após apropriar-se do funcionamento da organização em que se encontra e do papel que pode desempenhar nesse espaço, o psicólogo organizacional e do trabalho, aos poucos, atinge níveis mais profundos de compreensão e de ação, adentrando ao campo das estratégias e políticas organizacionais. Ele pode ser, então, convidado a prestar serviços como consultor ou mesmo a compor a cúpula diretiva da organização em que trabalha, partilhando sua percepção e compreensão de fenômenos humanos complexos com profissionais de outras áreas.

Nesse nível das políticas, no âmbito da organização e também da relação desta com a sociedade, o trânsito entre subjetividades e números aumenta em proporções, e o profissional precisa realizar leituras amplas da economia, da política e das transformações sociais, correlacionando este conhecimento com as repercussões de determinadas ações organizacionais nos trabalhadores, em suas famílias e no entorno. Nessa terceira circunferência da espiral, assim como nas anteriores, há desafios complexos e específicos a serem enfrentados, tais como realizar balanços

financeiros, entender de políticas e temas internacionais e contribuir com temáticas interdisciplinares. A atuação do psicólogo organizacional e do trabalho neste nível traduz-se em analisar contextos, tomar decisões, planejar, sistematizar e orientar a execução do trabalho de outras pessoas, o que pode ser altamente desafiante e ao mesmo tempo prazeroso, quando o profissional consegue atingir os objetivos aos quais se propôs.

Além de situações como as expostas acima, o psicólogo pode ainda se interessar particularmente pela realidade corporativa, envolvendo-se em profundidade nos aspectos administrativos, e, de certo modo, abandonando a perspectiva psicológica sobre a realidade em questão. Nesse caso, o profissional pode vir a se identificar mais com a função executiva do que com a de psicólogo propriamente, reafirmando que o sentido de seu trabalho é unicamente auxiliar as organizações a atingir resultados.

Se for capaz de resistir a essa pressão empresarial, contudo, o profissional poderá realizar um movimento de resgate da subjetividade. E, assim, voltar-se para a promoção do bem-estar de todos aqueles que fazem parte da organização ou que podem ser afetados por decisões tomadas por ela. É o que ocorre quando o psicólogo consegue, com suas práticas de trabalho, tangibilizar o resultado da empresa em cuidado com as pessoas. A criação, implementação e gestão de projetos sociais é um exemplo de ações dessa natureza. Avalia-se que chegar a esse ponto em termos de atuação profissional representa unir os polos subjetivo e objetivo, atuando em vários níveis e âmbitos da organização, de forma a beneficiar o desempenho e retornar o grau de produtividade, sob a forma de prosperidade, também para a comunidade e o entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme expusemos até aqui, entendemos que a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho se traduz por meio de práticas inseridas em diferentes níveis, âmbitos e polos de intervenção, as quais se expressam pelo movimento de transitar entre subjetividades e números, interpretando e comunicando informações que favoreçam o entendi-

mento das partes envolvidas. O trabalho do psicólogo organizacional e do trabalho consiste em contribuir para estabelecer relações saudáveis e produtivas entre a subjetividade do trabalhador e a dinâmica organizacional, composta pela necessidade de se atingir resultados e por uma linguagem objetiva. Dessa forma, o profissional precisa manter o foco nos dois polos distintos, atendo-se inicialmente ao aspecto subjetivo, com a intenção de beneficiar o objetivo e, ao atingir esse objetivo, reverter o número em prol da meta de ajudar as pessoas, utilizando a capacidade de compreender a linguagem administrativa, usualmente expressa em números, para promover humanização no contexto do trabalho.

Se for incapaz de dominar o “idioma numérico”, o psicólogo atuará de forma limitada, em um contexto que não lhe compreende e em que ele também não consegue se fazer entender. Se abandonar o domínio da perspectiva subjetiva, porém, poderá perder a identidade profissional de psicólogo e enveredar-se por campos e tarefas com os quais sua formação acadêmica pouco tem a contribuir. Assim, a busca por um equilíbrio dinâmico entre essas duas perspectivas requer movimentar-se nos diferentes patamares da espiral, de modo a contemplá-las em seu cotidiano de trabalho.

Acredita-se que, no dia a dia, o psicólogo possa exercer esse trânsito entre os âmbitos, níveis e polos, em decorrência da multiplicidade de fenômenos com os quais pode vir a se envolver no contexto do trabalho e das organizações. Cada situação, com suas características próprias, demandará esforço na apreensão da dinamicidade das posições. Em alguns momentos, demandas de um dos lados poderão exigir mais atenção do que do outro, provocando o risco de se deixar dominar por um único prisma da questão. Nessas situações, é relevante que se faça um questionamento sobre seu fazer profissional, resgatando (e às vezes reelaborando), por meio dessa estratégia, os sentidos que atribui a sua profissão, já que a integração dos polos subjetivo e objetivo depende também da capacidade do psicólogo para articular conhecimentos em prol dos objetivos que confere a suas ações.

Considera-se que, desde sua constituição, o modo de produção capitalista tem produzido estragos imensuráveis na vida humana, e não raras vezes tem incidido com tal ímpeto que temporariamente a esperança de tempos melhores parece perdida (BENDASSOLI, 2007; BERNAL, 2010). Essa é, sem dúvida, uma forma de organização social injusta, e que precisa ser transformada coletivamente, visto que o trabalho não é um fenômeno natural, ao contrário, é construído historicamente pelos homens, em suas relações sociais cotidianas, e modificado frente aos diferentes modelos produtivos vigentes.

Assim, pensar que o psicólogo inserido nos espaços organizacionais, estruturados segundo os ditames do modo de produção capitalista, possa efetivamente auxiliar coletivos de indivíduos pode parecer utópico. Mas, será que a crença na possibilidade de ajudar alguém por meio da escuta clínica em consultório também não seria, nesse sentido, utopia, uma vez que os atores sociais dessa relação estão igualmente inseridos em uma lógica capitalista? Quem garante que aquilo que o psicólogo clínico oferece por meio de sua escuta realmente traz benefício a alguém? Ainda, sob a perspectiva de quem essa ação é benéfica? Como avaliar a repercussão dessa ajuda? Todos os psicólogos inseridos em outros campos e contextos de trabalho, como escolas, hospitais, instituições públicas, organizações não governamentais, por exemplo, não estão também envoltos em terrenos conflitivos? Não seria, portanto, próprio da organização da vida humana haver divergência de interesses e lutas de poder?

Em se sustentando a tese segundo a qual o psicólogo organizacional e do trabalho está impossibilitado de mover-se na direção de qualquer ação de apoio ao trabalhador, porque ambos se inserem em um contexto permeado de contradições, talvez seja a hora, então, de as comunidades acadêmica e profissional reavaliarem o sentido atribuído à atuação do psicólogo na sociedade, já que o desejo de promover ajuda e assistência ao próximo continua sendo o principal motivador que leva milhares de indivíduos à Psicologia como profissão (KRAWULSKI, 2004; GONDIM, MAGALHÃES, & BASTOS, 2010). Antes de serem

ensinadas teorias, estratégias, ferramentas e modelos de intervenção, faz-se necessário refletir a respeito de qual é o produto do trabalho do psicólogo, a quem ele se destina e que função cumpre nas atuais condições da vida humana (BOTOMÉ, 2010).

Outra reflexão relevante a ser feita relaciona-se à importância da compreensão do *modus operandi* do mundo do trabalho para a atuação do psicólogo inserido em diferentes contextos, além da POT. Conjetura-se que mesmo aqueles profissionais atuantes em outras áreas da Psicologia necessitam compreender a dinâmica das organizações e das relações de trabalho e, em alguma medida, incorporar a suas práticas cotidianas alguns elementos identificados como característicos da atuação em POT: os números, o planejamento, a apreensão dos resultados e a administração do cotidiano de trabalho.

Uma clínica psicológica, por exemplo, pode demandar a apresentação de resultados estatísticos sobre o número de pessoas atendidas e o número de sessões realizadas, o que remete à necessidade desse profissional de também compreender aspectos objetivos, mesmo em um nível mais primário. Para atuar em uma escola e inserir-se na discussão de seu projeto político-pedagógico, o psicólogo também precisará compreender questões de ordem política e institucional e dialogar com profissionais de outras áreas, a exemplo do que se faz necessário na atuação em POT. A atuação do psicólogo em uma organização não governamental, por sua vez, pode limitar-se ao nível dos procedimentos, compor-se principalmente por intervenções na população-alvo, ou pode incluir o nível estratégico e político, fazendo com que ele participe das discussões sobre os objetivos e os rumos a serem tomados pela instituição. Em todos os casos, a perspectiva de compreensão, por parte do psicólogo acerca de seu próprio trabalho delimitará suas possibilidades de intervenção.

Qualquer que seja o contexto em que atue profissionalmente, o psicólogo entrará em contato com as questões nodais do modo de produção capitalista e com organizações de diferentes envergaduras. A manifestação de sua profissão se dá nas condições materiais de exis-

tência, nas quais as formas de enfrentamento da desigualdade precisam ser elaboradas concretamente, dia a dia, passo a passo, alimentadas pela reflexão dos sentidos atribuídos à atuação profissional, bem como à consciência dos impactos de suas ações sobre a sociedade.

Assim sendo, não é pela via de manter distância dos contextos nos quais o conflito capital versus trabalho se manifesta mais visivelmente que o psicólogo poderá concretizar seu sonho de ajudar as pessoas, e, desse modo, construir um mundo mais justo, igualitário e equânime. Ao contrário, é justamente na inserção profissional retroalimentada pela constante reflexão crítica que os padrões de conduta do psicólogo poderão manifestar seu compromisso ético e social com o bem-estar da sociedade.

REREFÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços**. São Paulo: Alínea, 2010, p. 131-202.

BASTOS, A. V. B.; YAMAMOTO, O. H.; RODRIGUES, A. C. de A. Compromisso social e ético: desafios para a atuação em Psicologia Organizacional e do trabalho. In: BORGES, L. O.; MOURÃO, L. (Orgs.). **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013, p. 25-52.

BENDASSOLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BERNAL, A. Efeitos da globalização no trabalho. In: BERNAL, A. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 37-52.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15-36.

BOTOMÉ, S. A quem nós psicólogos servimos de fato? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFERN, 2010, p. 169-202.

GONDIM, S. M. G.; MAGALHÃES, M. de O.; BASTOS, A. V. B.; Escolha da profissão: as explicações construídas pelos psicólogos brasileiros. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 66-84.

KRAWULSKI, E. **Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as “metamorfoses do caminho” no exercício cotidiano da profissão.** 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAGALHÃES, M. O.; STRALIOTTO, M.; KELLER, M.; GOMES, W. B. Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.21, n.2, p.10-27, jun. 2001.

SAMPAIO, J. R. Psicologia do trabalho em três faces. In: GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R. (Orgs.). **Psicologia do trabalho e gestão dos recursos humanos: estudos contemporâneos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 39-69.

VERIGUINE, N. R. **Transitando entre subjetividades e números: práticas de trabalho e sentidos da atuação para psicólogos organizacionais.** 2015. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VERIGUINE, N. R; KRAWULSKI, E. Processos de escolha e inserção profissional de psicólogos organizacionais e do trabalho. **Rev. bras. orientac. prof.**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 115-125, dez. 2022. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902022000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B.; RODRIGUES, A. C. Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 549-582.

VIOLÊNCIAS SEXUAIS VIVIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NA REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO

Aline Daniele Hoepers¹⁹
Danielle Verde dos Santos²⁰

INTRODUÇÃO

Crianças e adolescentes são retratadas/os, em nosso ordenamento jurídico atualmente vigente, como sujeitos de direitos, pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, a quem a sociedade, a família e o Estado devem ofertar proteção integral. As diretrizes das políticas existentes no cenário brasileiro, voltadas à infância e juventude, compõem um amplo marco legal nacional e internacional, dentre os quais se destacam: “a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes (CDC) de 1989, a Constituição Federal (CF) de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020, p. 9).

Em que pesem os avanços legais e sociais historicamente obtidos no que tange aos direitos de crianças e adolescentes, no plano concreto, elas/es seguem sendo afetadas por inúmeras formas de violações de direitos humanos. Suas vidas são, pois, alvos de privações, violações, abusos, violências e mortes. A título de ilustração, segundo dados oficiais apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), no ano analisado, isto é, em 2021, houve aumento de registros de maus-tratos infantojuvenis, de estupro de vulneráveis, de pornografia infantojuvenil

¹⁹ Doutora em Psicologia (UEM). Psicóloga Judiciária (TJSP). Docente (Toledo Prudente Centro Universitário). CV: <http://lattes.cnpq.br/8832972242023413>

²⁰ Especialista em Psicologia Jurídica com Ênfase em Perícia Psicologia (IPOG). Psicóloga (UNINASSAU). CV: <http://lattes.cnpq.br/6400210481090423>

e de exploração sexual infantil. A propósito, essa fonte evidencia que a grande maioria das vítimas de violência sexual no Brasil são meninas de até 13 anos, cujos autores são frequentemente homens adultos que integram seu círculo familiar-comunitário.

Esse crítico cenário nos convoca a refletir sobre a necessidade de fortalecer as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos deste grupo nos mais diversos espaços de convivência. Com essa intenção, elegemos como problema de pesquisa as violências sexuais vividas por crianças e adolescentes e, em particular, como tal temática é ou não contemplada e acolhida no âmbito escolar. O objetivo deste capítulo se volta, portanto, às discussões quanto aos papéis que as instituições escolares ocupam na rede de enfrentamento a essa forma de violação infantojuvenil.

Assumimos, enquanto concepção de violência infantojuvenil, a compreensão de que as violências vividas por crianças e adolescentes são violações dos direitos humanos, que se caracterizam como atos ou omissões de pais/responsáveis, instituições, Estado e/ou comunidade, articulados à realidade estrutural, que provocam danos, de diversas intensidades, em seu desenvolvimento físico, psicológico, sexual e social. Particularmente quanto à violência sexual vivida por crianças e adolescentes, caracteriza-se como conduta sexual, que envolve ou não contato físico, cujo autor da violência está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou a/o adolescente, com a finalidade de estimulá-la/o sexualmente ou utilizá-la/o para obter satisfação sexual. Suas expressões ocorrem em contexto intrafamiliar ou extrafamiliar e, além disso, podem se dimensionar como abuso sexual e/ou exploração sexual (GONÇALVES, 2011; DESLANDES et al., 2017).

Acionamos como perspectiva teórico-metodológica contribuições do campo da Psicologia Social e Psicologia Social Jurídica, enquanto posicionamento ético-político, que não se limita a explicar algo, mas que anseia a transformação da realidade social desigual, mantenedora de desigualdades, violências e opressões. Nessa direção, o capítulo se constitui por meio de estudo teórico e documental e se assenta na

Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005). A sua proposta não informa uma questão de ordem instrumental, mas sim uma postura metodológica e epistemológica crítica fundamentada em preocupações sobre o modo como o conhecimento está sendo produzido, isto é, de modo não neutro, a partir de diálogos e refletindo a realidade concreta, plurideterminada e histórica.

A ESCOLA FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS SEXUAIS INFANTOJUVENIS: SENTIDOS E POSSIBILIDADES

Esta seção pretende construir discussões sobre alguns sentidos que a escola tem admitido em nosso cenário social contemporâneo, a fim de abrir espaço para reflexões quanto à necessária atuação crítica frente à temática das violências sexuais experienciadas por crianças e adolescentes.

Para tanto, partimos da compreensão de que, embora a instituição escolar tenha potencial de se configurar como espaço de prevenção, orientação, acolhida e encaminhamento quanto ao tema em foco, isso nem sempre acontece. Não raro, a escola se caracteriza como um espaço hermético e supostamente neutro, que afirma não estar em seu rol de responsabilidades o envolvimento com demandas e temas que extrapolam o campo do ensino-aprendizagem, conjugando-se, assim, num recinto de silenciamento e de escamoteamento das desigualdades e violências produzidas ou reproduzidas no espaço educacional.

Nomeamos e integramos, em um *primeiro eixo analítico*, os sentidos da escola enquanto: espaço de prevenção e orientação *versus* espaço que integra e reproduz o discurso de combate à “ideologia de gênero”.

No campo da prevenção, temos as instituições escolares como importantes espaços de orientação sobre temáticas que, direta ou indiretamente, cooperam com o que podemos chamar de educação sexual. Bedin, Muzzeti e Ribeiro (2020) analisam a construção do conhecimento sexual no Brasil desde o século XIX, começando pelas faculdades de medicina e a produção de pesquisas, passando pelas primeiras décadas do século XX, com a elaboração de livros de sexologia e de educação

sexual, até chegar aos anos de 1960, com a identificação das primeiras escolas a terem de fato educação sexual. Porém, com a eclosão da Ditadura Militar, essas primeiras experiências foram interrompidas, uma vez que o assunto não era bem-visto pela moral conservadora vigente.

Por outro lado, comentam que é naquele contexto que vemos ressurgir o processo de institucionalização do conhecimento sexual no Brasil, que ganha forma numa segunda fase, iniciada nos anos de 1980, consolidada ao longo dos anos subsequentes, a partir da realização de congressos, da criação de sociedades científicas e do surgimento de grupos de pesquisa sobre o tema em universidades. Os autores caracterizam os anos 2000 a 2014 como uma época propícia para o fortalecimento e a consolidação da educação sexual em escolas do país, a qual, em seguida – e em especial após 2016 – passa a ser atacada e desconstruída por um movimento conservador de extrema direita, o qual, paulatinamente, evoca e ecoa um discurso de contestação às discussões e ações relacionadas a gênero e sexualidade.

Em meio aos movimentos históricos, fato é que a educação sexual nas escolas tem importância significativa em razão de as crianças e as/os adolescentes terem a instituição escolar como campo de convivência diária e, em inúmeras circunstâncias, como única fonte de informação quanto à prevenção às violências e único recurso da rede de apoio, especialmente quando violações ocorrem no âmbito familiar e nele não encontram o suporte necessário para lidar com o problema.

Por tudo isso, a oferta da educação sexual nas escolas deve, segundo Maia e Ribeiro (2011), abranger não apenas temáticas como saúde sexual e reprodutiva, mas também abarcar assuntos que possibilitem a reflexão sobre respeito à diversidade sexual, equidade de gênero, violências de gênero e direitos humanos. Nessa direção, a formação das/os educadoras/es quanto a essas temáticas é fundamental. Ribeiro (2013), em outra obra, convida-nos a pensar que ainda carecemos de investimento significativo na formação de profissionais de educação e saúde envolvendo questões de gênero, corpo, diversidade sexual e violência sexual.

Essa formação, além de urgente, demanda diretrizes implicadas com a promoção e o reconhecimento da diversidade sexual, da igualdade de gênero e sexualidade, como elementos integrantes do processo de construção de uma cidadania ativa.

Todavia, historicamente, entraves vêm se concretizando com o intento de que esses objetivos não se consolidem. O termo “ideologia de gênero” foi cunhado para rotular pejorativamente um campo científico – os estudos de gênero. A expressão e a concepção que o integram se exibem pautadas em interpretações opinativas alinhadas ao conservadorismo religioso, interessado na negação e destruição de qualquer debate relativo à sexualidade e ao gênero, em especial, no campo escolar.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) dispõem que o uso da expressão, embora intensamente presente em discursos atuais de governantes e religiosos, tem seu primeiro registro em um documento da Igreja Católica em 1998, nomeado “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. Esse e outros documentos fundamentaram as bases das campanhas contra diversidade sexual e identidade de gênero, especialmente pela razão de que, segundo os autores,

autonomia reprodutiva e direitos sexuais deslocam sentidos e hierarquias que organizam a ordem patriarcal na modernidade, como a santificação da maternidade e a definição de reprodução como o fim único da união conjugal entre dois adultos, formando a família como célula básica da sociedade (p. 20).

Assentando-se em concepções como essa, combativas à nomeada “ideologia de gênero”, numa suposta defesa da família tradicional, é que o Estado Ultraconservador, que governou nosso país nos últimos anos, impactou profundamente as possibilidades de avanços na implementação da educação sexual na realidade brasileira.

Em um *segundo eixo analítico*, nomeamos e integramos os sentidos da escola como: espaço de revelação espontânea de violações *versus* espaço de individualização e culpabilização de problemas.

A escola cumpre um relevante papel na socialização humana e emerge, ao longo da nossa constituição como sujeitos, como um importante lócus de pertencimento social. Crianças e adolescente passam parte substancial de seu dia a dia nas instituições escolares. Dessa forma, se considerarmos, tal como dispõem Brino e Williams (2003), que a incidência de violências sexuais infantojuvenis no contexto familiar é intensamente superior aos casos de violências extrafamiliares, a escola se configura como lugar indispensável para detecção e/ou revelação espontânea dessas violações.

As autoras salientam, contudo, que as expressões de violência sexual infantojuvenil são de difícil identificação por não apresentarem, na maioria dos casos, marcas físicas. Ademais, vale acrescentar a essa pontuação das autoras, o fato de que, ainda que a literatura científica aponte um conjunto de sinais físicos, emocionais e psicossociais que merecem atenção, os indicadores não são categóricos e exclusivos de situações de violências sexuais. Por isso, as/os profissionais que atuam nos espaços escolares com crianças e adolescentes devem ter acesso à capacitação continuada, aprofundada e pautada em pressupostos éticos e críticos alinhados ao seu dever de proteção.

Importante realçar que as/os profissionais que integram as escolas não têm dever de investigação e/ou confirmação de fatos. Seu papel fundamental se volta à acolhida – antes, durante e depois da ocorrência – e ao encaminhamento aos órgãos competentes para apurar a situação denunciada. Quanto à denúncia, destacamos, a seguir, o que estabelece, respectivamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Henry Borel (2022):

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990).

Art. 23. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, tomarão as providências cabíveis (BRASIL, 2022).

Apesar de haver previsão legal, na cotidianidade, ainda se faz fundamental ampliar as ferramentas de capacitação e sensibilização das equipes escolares quanto ao modo como essas situações devem ser acolhidas e trabalhadas. A falta de preparo pode incidir na ampliação de vulnerabilidades e/ou sofrimentos de crianças e adolescentes e no enfraquecimento de sua rede de apoio comunitário.

Partimos do entendimento de que alunos/as, embora sejam seres socio-historicamente construídos em permanente relação com os seus contextos, nem sempre são assim compreendidos. Não raro, acompanhamos a circulação de discursos e práticas que insistem em perpetuar concepções e ações que os/as circunscrevem, cotidianamente, como “o problema” ou “os culpados por seus problemas”. A individualização das queixas que se expressam, direta ou indiretamente, no seio escolar ainda tem sido estratégia comum de segmentação e descaracterização de inúmeras problemáticas psicossociais.

Souza (2020) comenta que, frequentemente, se procuram justificativas individualizantes, patologizantes e/ou culpabilizantes para explicar expressões de sofrimento psíquico e/ou dificuldades de aprendizagem, sem que haja uma acolhida e uma atenção integral das singularidades de crianças e adolescentes, que experienciam inúmeras situações complexas na escola e em outros espaços sociais, as quais podem estar cooperando para a conformação de suas expressões mais variadas no ambiente escolar, lidas como problemas individuais. Numa tentativa de simplificar demandas

multifatoriais e silenciar o contexto, queixas infantojuvenis são descritas como problemas intrínsecos, que devem ser tratados e medicalizados.

É notável que, embora a escola tenha potencial de se configurar como lugar de proteção e acolhida de demandas relacionadas às violências sexuais infantojuvenis, pode, por outro lado, colocar-se como um cenário indiferente a problemáticas como essa, as quais são lançadas ao rol dos problemas individuais e privados. Essa postura escolar enrijecida, insiste, em muitos contextos, em fomentar discursos simplistas e culpabilizantes, que ignoram sinais de violações vividas por crianças e adolescentes. Quando assim se materializa o espaço escolar, elas/es, ao invés de encontrarem nele uma rede de apoio fundamental, são submetidas/os a processos de exclusão e de silenciamento de suas experiências e demandas psicossociais mais variadas.

A ESCOLA NOS FLUXOS DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DE MUNICÍPIOS MARANHENSES

Em interface com as discussões construídas até aqui, nesta seção, temos como desígnio apresentar discussões e problematizações quanto ao lugar que a escola ocupa nas redes de atendimento e enfrentamento às situações de violência sexual infantojuvenil de municípios maranhenses.

Inicialmente, a pretensão se voltava à construção de uma análise comparativa de fluxos e/ou protocolos de atendimento de um município de pequeno porte e de um município de grande porte do Maranhão, contudo, por meio de buscas, tanto no navegador de internet quanto em sites de órgãos oficiais municipais e estaduais, não se obteve êxito, explicitando a ainda incipiente publicização desses documentos. Vale ressaltar que, diversamente do que ocorreu quanto ao estado eleito para a efetivação da pesquisa, localizamos protocolos municipais e fluxogramas de atendimento relativos a municípios de alguns outros estados brasileiros, disponibilizados por diferentes órgãos da rede de proteção.

Diante desse panorama, optamos por dialogar com pesquisas existentes, que serão apresentadas e articuladas a seguir, que refletem sobre a rede de atendimento e enfrentamento às violências sexuais infantojuvenis de dois municípios de grande porte do Maranhão, a saber: São Luís e Imperatriz. Antes disso, com o fim de contextualizar o cenário de pesquisa, exibimos alguns dados oficiais relacionados à incidência do problema em análise.

O Estado do Maranhão, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), tem uma população de 6.775.152 habitantes, sendo a população da capital São Luís 1.037.775 e a de Imperatriz 273.110.

De acordo com Boletim Epidemiológico da Violência Sexual no Maranhão (GOVERNO DO MARANHÃO, 2023), organizado pela Secretaria de Saúde e fundamentado em dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, que compreende os anos entre 2016 a 2021, notamos que as maiores frequências absolutas de notificações de violências sexuais infantojuvenis ocorridas no Maranhão acometem o sexo feminino: 84,29% dos casos envolvendo crianças e 96,16% das situações relativas a adolescentes. O local de ocorrência mais comum é o ambiente residencial: 73,35% dos casos envolvendo crianças e, de modo similar, 73,16% das situações relativas a adolescentes. Quanto à raça declarada em crianças, a parda obteve percentuais mais elevados no geral (72,08%), seguida da branca (13,74%), assim como nos adolescentes, a raça parda emerge com maior preponderância (76,05%), seguida da preta (11,59%).

Sobre os municípios com maior recorrência, os dados apresentados pela referida fonte demonstram que as notificações por ocorrência de violência sexual vivida por crianças no Maranhão, no ano de 2021, foram mais frequentes em São Luís (18), Caxias (10), São José de Ribamar (9), Balsas (6) e Imperatriz (4). Já quando os dados são sobre violência sexual cometida contra adolescentes, temos São Luís (110), Pinheiro (61), Caxias (29), Presidente Sarney (28) e São José de Ribamar (23).

Considerando o período compreendido entre 2016 a 2021, os dados integralizados refletem que a região metropolitana foi a mais expressiva em relação ao número de violências sexuais notificadas. Em relação aos casos de violências em crianças, notificados por municípios, no ano de 2021, os mais expressivos foram relativos a São Luís, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, São José de Ribamar e Presidente Dutra. Já quanto às situações que acometeram adolescentes, destacam-se os municípios de São Luís, Pinheiro, Imperatriz e Caxias.

Apesar dos dados já alarmantes apresentados nesse Boletim, as autoras alertam que se pode inferir que o fenômeno da violência infantojuvenil no Maranhão está subnotificado, pois há municípios nos quais os dados expostos, possivelmente, não representam a realidade das ocorrências de violência. A título de ilustração, dos 217 municípios do Maranhão, 108 encontram-se silenciosos na notificação, o que representa 49,76% do total. Embora haja essa possibilidade de subnotificação, a qual, a propósito, não é um fenômeno exclusivo do estado em análise, as informações apresentadas evidenciam que estamos diante de um grave problema social e de saúde pública com alta incidência nos municípios que serão foco de nossas análises.

Diante desse panorama da realidade maranhense, entendemos por necessário compreender qual o papel a escola tem ocupado em fluxos de atendimento a essa população. Dessa maneira, diante da falta de tais informações nos sites oficiais, como já mencionado, recorreremos a publicações acadêmicas que pudessem trazer subsídios para a análise pensada. Após uma busca no navegador de internet, foram encontradas duas publicações que versam sobre a realidade de crianças e adolescentes acometidas/os por violência sexual em municípios do Maranhão.

No estudo de Soares (2017), é apresentado um fluxo de atendimento e uma matriz de órgãos e serviços de atenção a crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual de São Luís/MA. O fluxo, elaborado pela autora com base em dados extraídos do Comitê de Monitoramento do Plano Municipal de Enfrentamento da

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de São Luís – Maranhão, indica que as escolas, sejam elas públicas ou privadas, ocupam um lugar de “porta de entrada” (quem identifica), juntamente com outros órgãos da rede, como Disque 100, Hospitais, Conselhos Tutelares, Polícia Civil e Militar, dentre outros.

Consoante a autora, não há na capital um fluxograma de atendimento e encaminhamento definido de atenção à criança e ao adolescente em situação de violência. Assim, ela mesma elaborou um possível fluxo, a partir dos dados coletados junto ao mencionado Comitê. Ainda ressalta que, para que o fluxograma aconteça e funcione, de fato, e as atividades dos serviços de atendimento sejam desempenhadas com celeridade e eficiência, o papel e as responsabilidades de cada órgão e serviço devem estar bem delineados. Entretanto, apesar de apresentar cinco tabelas distintas contendo órgãos diversos e suas funções (órgãos e os serviços realizados na área da justiça e da defesa de direitos; na área da saúde; na área da assistência social; de iniciativa privada de assistência às vítimas; e educacionais e do turismo que apoiam as vítimas), neste último, não há menção às escolas particularmente, apenas há uma alusão ao papel da Secretaria Municipal de Educação de modo geral.

Já a pesquisa de Ibiapina (2013) teve por objetivo demonstrar a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz/MA na rede de enfrentamento aos casos de violência sexual vivenciadas por crianças e adolescentes. A autora selecionou, de um total de 119 escolas de ensino fundamental, 3 como instituições que fizeram a inclusão da temática da violência sexual nos seus respectivos currículos, contemplando temas como abuso e exploração sexual por meio de projetos, planos de ensino e de aula, dentre outros. Todavia, observou que a formação das/os educadores para o enfrentamento da problemática não chegou a todas as escolas. Suas análises sugerem que as/os educadoras/es, se tiverem condição de trabalho, tempo e espaço, apoio, orientações, formação continuada, terão possibilidades de aprender a lidar com as diversas situações da violência sexual.

Ademais, a autora pesquisou sobre como vem ocorrendo a participação das escolas públicas municipais de ensino fundamental da mencionada cidade na rede de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, buscando elucidar: quais as ações tomadas; qual a influência que o debate acerca da temática vem exercendo sobre o currículo das escolas de ensino fundamental da rede municipal; e que tipo de qualificação as/os educadoras/es vêm recebendo para participarem do enfrentamento a esse fenômeno. As discussões dos dados levantados indicam que há uma necessidade de as/os educadoras/es aprenderem sobre como enfrentar essa problemática, de modo que se faz indispensável que sejam providos com formações continuadas. Salienta que “as secretarias de educação precisam lutar por recursos humanos e materiais para promoverem formações nas escolas e, conseqüentemente, terem como orientar o desenvolvimento dessas ações” (IBIAPINA, 2013, p. 45), trabalhando de forma articulada com outros órgãos que fazem parte da rede de enfrentamento. Assim, escola, se for orientada, terá possibilidades de saber comunicar os casos aos Conselhos Tutelares e promover oficinas/debates com a comunidade escolar e com a família/responsáveis pelas/os alunas/os.

A partir das reflexões apresentadas pela autora, é notável que a formação de profissionais que trabalham nas escolas, para que se sensibilizem e compreendam a temática e o real prejuízo no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes vitimizadas/os, é que os capacitará para cumprir o seu papel no enfrentamento às violências. Todavia, ações feitas apenas de maneira pontual e isolada, sem um trabalho amplo e contínuo da rede e em rede, não darão conta da complexidade e da problemática envolvida no enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (VSCCA).

Não basta a escola conversar apenas com a própria vítima, fazer encaminhamentos para o Conselho Tutelar, a SEMED (EQP/SOE/SPE), o Ministério Público, a Promotoria Pública, a Polícia Militar, CREAS, CRAS, Disque 100 etc. É importante que o enfrentamento da

VSCCA, além da notificação em um trabalho de prevenção, implique em um processo de resgate da cidadania e de promoção da saúde física e psíquica; em mostrar à criança e ao adolescente vítima ou revitimizado, que ele se constitui em um sujeito de direitos e que merece atenção e respeito; em romper com o conceito tirânico de infância e dar a esse sujeito um estatuto de pessoa em peculiar estado de desenvolvimento (IBIAPINA, 2013, p. 231-232).

Os tipos de ações que as escolas, no município de Imperatriz/MA, têm desenvolvido, voltadas ao enfrentamento do problema em pauta, são, conforme a autora: formação com alunas/os; reuniões pedagógicas; palestras, seminários e projetos. Ademais, o espaço escolar, neste município, é um importante intermediador com os outros órgãos da rede de proteção, quer seja na lógica de encaminhamento, quer seja na lógica de colaboração, por meio de palestras e seminários.

As informações construídas nesta seção sugerem que, ainda que a instituição escolar, nos municípios em destaque, ocupe uma posição na rede de atendimento e enfrentamento às violências sexuais infanto-juvenis, ainda há muito a avançar no que tange à real implementação dos fluxogramas dos quais ela é parte, assim como no que se refere à indispensável formação continuada de profissionais da educação quanto aos assuntos relativos à educação sexual em sua multidimensionalidade. Muitos são os desafios para que as escolas incorporem seu papel primordial enquanto espaço não limitado a esfera formal de porta de entrada e operacional de encaminhamentos, rumo a uma efetiva participação na garantia de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tecidas sugerem que, entre avanços e retrocessos, a escola é composta de potencial para se concretizar como espaço democrático de acolhida, orientação, debate, desconstrução, sensibilização e encaminhamento quanto ao tema e às situações concretas

de violências sexuais infantojuvenis. Por outro lado, ainda há muito a superar, em especial, quanto a discursos e práticas que insistem em permanecer embasados em pressupostos supostamente neutros, individualistas e culpabilizantes no tocante ao tema investigado e a outras demandas psicossociais variadas.

Particularmente, no que concerne às redes de atendimento dos municípios analisados, a partir do diálogo com pesquisas científicas sobre a realidade maranhense, notamos que a falta de publicações oficiais dos diferentes órgãos da rede de proteção representa uma falha grave quando se pretende promover informação que possibilite a proteção e a não (re)vitimização dessa população, uma vez que o acesso ao fluxo de atendimentos e encaminhamentos é fator de proteção, que permite que quem necessita de atendimento não peregrine sem necessidade por equipamentos que não compõem a rota dos atendimentos inescusáveis.

Notamos, ainda, que, nas realidades analisadas, a escola tem, comumente, como principal papel o encaminhamento para outros órgãos da rede de proteção. Parece haver uma centralização em sua ação como campo receptor, a partir do qual, enquanto porta de entrada do sistema de proteção, primeiro ouve ou tem acesso ao relato da criança/adolescente e, depois, encaminha para outros órgãos competentes, como se a demanda se esgotasse nesse ato. Todavia, restou evidente que se faz necessário que todas/os as/os profissionais que trabalham nas escolas, envolvidas/os no dia a dia dessa população, tenham acesso à capacitação continuada que possibilite a compreensão das interrelações e complexidades envolvidas nas situações de violências sexuais infantojuvenis, as quais, por sua vez, demandam um trabalho sistemático – preventivo e protetivo – antes, durante e depois de sua emergência.

Acreditamos que a escola, muito mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos favorecedores de uma educação tecnicista, é parte de uma rede intersetorial e comunitária, que se performa como indispensável ponto do círculo de proteção quanto a demandas psicossociais diversas, como é o caso de violações sexuais vividas por

crianças e adolescentes. Nessa direção, concordamos com Adorno (2012), quando defende que uma educação realmente emancipadora é aquela que não se conjuga como educação instrumental, mas sim como uma ferramenta libertária, crítica e vinculada aos problemas reais das pessoas que a integram.

Se as violências sexuais vividas por crianças e adolescentes provocam impactos variados de desumanização, a escola, por seu turno, pode e deve forjar estratégias e construir práticas que se façam humanizadoras.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BEDIN, R. C.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 7, n. 27, p. 71-88, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5160>.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990* – Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. *Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022* – Lei Henry Borel. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14344.htm.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 113-128, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/mSgkZPYQvjHWXyH7gsL6B9d/?format=pdf&lang=pt>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual*. 2. ed. Brasília: CFP; CREPOP, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-rede-de-protecao-as-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual/>.

DESLANDES, S. F. et al. Violência contra a criança e o adolescente: descobertas e desafios. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. (Orgs.). *Novas e velhas faces da violência no século XXI: visões da literatura brasileira do campo da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* – 2022. Ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2011.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia*: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOVERNO DO MARANHÃO. *Boletim Epidemiológico da Violência Sexual no Maranhão*. Secretaria da Saúde; Departamento de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente, 2023. Disponível em: <https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Boletim-Epidemiologico-Violencia-conta-Crianças-e-Adolescente-2023.pdf>.

IBIAPINA, A. C. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4542>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2023*: Resultados Gerais da Amostra. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIPIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Org.). *Formação docente em gênero e sexualidade*: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis: De Petrus et Alii, 2013.

SOARES, J. G. P. *O fenômeno social chamado violência sexual*: uma realidade de muitas crianças e adolescentes brasileiros. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, São Luís, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/3027>.

SOUZA, B. de P. Apresentação. In: SOUZA, B. de P. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2020.

O PSICÓLOGO NO CRAS: REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS

Amanda Pereira Catarim²¹
Ednéia José Martins Zaniani²²

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) representam importantes conquistas após décadas de lutas sociais pela concretização de uma política pública de Assistência Social no Brasil. A implementação desta política recomendou o psicólogo como técnico da equipe mínima que organiza e executa os serviços socioassistenciais, possibilitando à nossa categoria ampliar suas possibilidade de atuação no campo social. Nem por isso, essa inserção se fez (e se faz) à margem das contradições e das dificuldades tangenciadas tanto pela emergência de se criar políticas públicas, quanto pelos percalços que marcam a história da nossa ciência e profissão.

Neste ensaio teórico, atualizamos algumas análises formuladas em um trabalho de conclusão de curso²³ da primeira autora, orientada pela segunda, que refletiu sobre a atuação do psicólogo na política de Assistência Social. Dados os limites de um capítulo, tomamos como mote as reflexões que envolvem a atuação do Psicólogo junto às famílias ditas vulneráveis no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, unidade pública estatal responsável pela execução da Proteção Social Básica - PSB. Articulamos as contribuições de autores com experiên-

²¹ Especialista em Atenção Integral à Saúde Mental (UEM). Psicóloga (CRAS / Mandaguari – PR). CV: <http://lattes.cnpq.br/6064119962883498>

²² Doutora em Psicologia (UNESP). Professora (UEM). CV: <https://lattes.cnpq.br/6687943047027652>

²³ Trata-se de um trabalho não publicado, produzido para a conclusão da especialização *lato sensu* 'Atenção Integral à Saúde Mental' vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, concluída em 2018.

cias teórico-práticas nesse campo, com as da Psicologia Sócio-Histórica, desejando angariar elementos que apontem para uma prática ético-política, que se comprometa socialmente com as necessidades das famílias vulnerabilizadas.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sobre as políticas públicas sociais sabemos que essas consistem em estratégias do Estado para minimizar os efeitos da questão social – entendida aqui como problemas sociais, políticos e econômicos que se manifestam no cotidiano e resultam da contradição capital-trabalho (IAMAMOTO, 1998; YAMAMOTO, 2007). Nesse sentido, considera-se que a questão social está na base do movimento da sociedade e se expressa nas desigualdades, nos antagonismos e nas lutas de classes, próprias da sociedade de mercado e da ordem social burguesa.

Naturalizada, a questão social tem sido transformada em problemas cujo desfecho compreende-se que deva ser dado pela Assistência Social (IANNI, 1992). Contudo, sem tocar nas suas raízes e ultrajada pelos atravessamentos da ideologia neoliberal, as ações políticas fragmentadas tratarão apenas das refrações da questão social e não da superação das desigualdades, nos adverte Lacerda (2015).

Silva e Corgozinho (2011) observam que no Brasil as políticas sociais surgiram tardiamente. Enquanto política de governo, a Assistência Social nasce com Getúlio Vargas (1930-1945), com ações emergenciais, fragmentadas, desordenadas e descontínuas. Marcadas pelo primeiro-damismo, seguia o caráter filantrópico e assistencialista, ou seja, pautava-se na concepção de ajuda e troca de favores.

Enquanto política pública, a Assistência Social foi reconhecida enquanto direito universal e dever do Estado somente com a Constituição Federal de 1988, passando a compor o tripé da seguridade social, junto com a Saúde e a Previdência Social. Apesar do reconhecimento constitucional, essa política caminhou lentamente até sua regulamentação, e

mesmo com a aprovação da sua Lei Orgânica (LOAS) em 1993, continuou a reproduzir as práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas. Ademais, a década de 1990 foi fortemente marcada pelo crescimento do terceiro setor e pela desqualificação profissional, sob forte apelo à solidariedade e ao voluntariado, não concretizando assim, a seguridade social como um direito (XIMENES et al., 2009).

Assim, como afirmamos há pouco, a proposição da PNAS (2004) e do SUAS (2005) representaram importantes conquistas, permitindo que durante o primeiro governo Lula (2003-2006) se organizasse ações mais condizentes com as que já estavam previstas na Constituição Federal. Essas conquistas, é preciso observar, esbarravam-se nas contradições que engendram historicamente as questões políticas e econômicas do nosso país: tínhamos um Estado que prometia políticas de proteção social²⁴ ao mesmo tempo em que fazia concessões à lógica neoliberal, que tem como um dos seus corolários justamente a defesa da progressiva desresponsabilização do Estado. Logo, afirmam Yamamoto e Oliveira (2010), não rompiam com a “priorização de programas focalizados e compensatórios que marcaram a gestão neoliberal de FHC em detrimento dos universalistas e redistributivos” (p. 12) e serviam a “dois senhores”, pois seguia aliviando os efeitos da pobreza, criando programas compensatórios, com ações emergenciais e descontínuas, distribuindo renda e não redistribuindo, não incidindo em “modificações positivas nos níveis de concentração da riqueza socialmente produzida [...]” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Mais recentemente, assistimos grave sucateamento da Assistência Social, bem como das demais políticas públicas. Com o Golpe que culminou no *Impeachment* da então Presidenta da República Dilma Rousseff

²⁴ De maneira resumida é possível definir **Proteção Social** como formas “às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. Incluo nesse conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades” (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

(PT) em 2016, o Brasil alçou ao poder chefes de Estado notadamente ultraliberais, cujas medidas culminaram no desmonte de projetos e programas existentes e retrocessos no campo do desenvolvimento social. Como exemplo disso, ainda em 2016, o Presidente interino Michel Temer (MDB), aprovou a Emenda Constitucional 241²⁵, que estabeleceu o teto de gastos públicos para o Brasil com impacto direto na oferta de serviços públicos. Posteriormente, Jair Bolsonaro (PL) lançou uma série de medidas que incluía, progressivamente, cortes nos investimentos e no custeio de serviços, que agravaram no plano social a crise já evidente no campo econômico e político.

Ante estas condições objetivas e sem negar as contradições e dificuldades brevemente apontadas, a PNAS aprovada em 2004, vinha contribuindo para o reordenamento interno da Assistência Social, dividindo seus serviços em Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE. A primeira, ficou responsável pelas ações de baixa complexidade, visando a prevenção de riscos sociais; enquanto a segunda, pelas de média e alta complexidade, devendo atuar no enfrentamento de situações de violação de direitos e risco social (BRASIL, 2004).

Nos interessa aqui focar a PSB, cujos serviços, programas e projetos são executados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que tem como público-alvo as famílias em situação de vulnerabilidade social e como serviço fundamental o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. As ações desenvolvidas pela equipe do PAIF, conforme as normativas e orientações técnicas da PNAS, devem visar o fortalecimento da função protetiva das famílias vulnerabilizadas, buscando prevenir o rompimento de vínculos, a promoção de acessos e a garantia dos direitos sociais (BRASIL, 2009). Tem-se, assim, o reforço da matricialidade sociofamiliar como o principal conceito/eixo estruturante dessa política de proteção social, o que nos incita a refletir sobre qual tem sido o compromisso da psicologia com estas famílias.

²⁵ Com a aprovação da PEC 241, a partir de 2017 o governo federal ficou impedido por lei de criar um orçamento para a União maior do que o do ano anterior pelos próximos vinte anos, havendo apenas a correção inflacionária.

Esta reflexão passa inicialmente por outras duas perguntas: Como a psicologia se inseriu nessa política? Com quais percalços ela se deparou?

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

A inserção do psicólogo no campo social nos remonta historicamente a um dado contexto político, econômico e social e está enredada nas contradições produzidas a partir do encontro das demandas de uma categoria profissional emergente com as necessidades concretas de grande parte da nossa população. Neste encontro, a repetição de práticas individualistas e individualizantes abalizará a atuação do psicólogo em diferentes campos de atuação.

Uma breve retomada na história revela que no Brasil as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por graves violações de direitos humanos e sociais, pelo acirramento das dificuldades econômicas com a alta da inflação, o crescente desemprego, precarização das políticas de saúde e da educação. São essas as condições materiais que conduziram naquele momento, muitos psicólogos ao trabalho precarizado e a jornadas de mais de um emprego (BASTOS; GOMIDE, 1989).

Yamamoto e Oliveira (2010, p. 16) ressaltam que esse contexto de crise do capitalismo “gerou uma queda nos níveis de emprego e uma diminuição acentuada nos padrões de consumo da classe média – grande consumidora dos serviços psicológicos”. Esta crise, somada à saturação das práticas psicológicas de modelo médico-liberal, contribuíram para a inserção do psicólogo nas políticas públicas sociais, sem que isso representasse uma consciência profissional em relação as camadas mais empobrecidas, nem redundasse em uma atuação consonante com as necessidades desta população (BOTARELLI, 2008; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

É também ao final da década de 1970, com o ápice do regime da Ditadura Militar e com o aumento significativo da pobreza, que as teorias psicológicas passam a ser repensadas de forma mais crítica (SILVA; CORGOZINHO, 2011). Sawaia (2014) nos lembra que naquele

contexto parte da psicologia se apropriou do conceito de transformação social, a fim de superar os pressupostos positivistas da ciência psicológica e colocá-la a “serviço da transformação da sociedade pautada pela extrema desigualdade social e dominação política, especialmente nos países latino-americanos” (p. 06).

No Brasil vimos nascer então a Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica da Psicologia, que considera a realidade social e cultural como constitutiva daquilo que chamamos de subjetividade. Porquanto essa Psicologia entende que aquilo que nos identifica enquanto sujeitos se constrói a partir das nossas experiências no campo da objetividade social, refuta a separação entre a realidade interna e a externa, entre o social e do individual, combatendo as concepções naturalizantes de homem e mundo (BOCK, 2007).

A Psicologia Sócio-Histórica, que tem a base epistemológica do materialismo histórico dialético, nasceu do reconhecimento de que era preciso a construção de uma “outra” psicologia, que falasse “[...] da vida vivida” e compreendesse o fenômeno psicológico como registro “da realidade e das experiências vividas de modo a não o dissociar do mundo social e cultural, no qual se insere e no qual encontra todas as suas possibilidades de ser e seus limites” (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015, p. 16). Tais reflexões, suscitadas originalmente pela professora Silvia Lane na década de 1980, no seu encontro com a Psicologia Social, foram continuadas por um grupo de professores, pesquisadores e psicólogas(os), cuja participação política e acadêmica vem, desde então, contribuindo com o debate sobre o compromisso social da nossa ciência e profissão.

Nesse compasso, há tempos se aponta para a necessidade de produzirmos conhecimentos e práticas que superem a histórica aliança da Psicologia com os interesses das classes dominantes (BOCK, 2007). No campo social, de modo menos deleitoso, a Psicologia foi acusada de reproduzir o modelo tradicional e elitista de atuação, com um arcabouço teórico-metodológico considerado limitado e desvinculado do ideário de superação das desigualdades sociais, e por consequência,

acusada de contribuir com a psicologização dos problemas sociais ao responsabilizar unicamente o indivíduo por sua posição na estratificação social (LEÃO et al., 2014).

Atentamo-nos aqui para o fato de que a política de Assistência Social, a partir de 2006, com a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) para o SUAS, incluiu psicólogos nas equipes dos (CRAS)²⁶, fazendo com que ampliássemos nossa inclusão nesta política, chegando a quase 25 mil psicólogos distribuídos por todo território nacional, conforme o Censo SUAS de 2019.

Avançando para a segunda década do século XXI, propomos refletir sobre a atuação do psicólogo na PSB, tomando como recorte a proposta do trabalho a ser desenvolvido junto às famílias ditas vulneráveis. Assim, buscamos responder: avançamos na construção de uma prática ético-política, efetivamente comprometida com as necessidades da população, ou, seguimos reproduzindo nossos percalços, agora na política de Assistência Social?

PERCALÇOS E POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO PSICÓLOGO JUNTO ÀS FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS

Nosso olhar voltado para o trabalho do psicólogo com as famílias se justifica porque a ‘família’ compõe um dos eixos estruturantes do SUAS, que a define como “núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2009, p. 12). A PNAS espera que atuemos nos territórios de maneira interdisciplinar e intersetorial, com foco na família, entendendo-a como um “conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (p. 35).

A política de Assistência Social espera que o psicólogo participe de todas as ações de vigilância socioassistencial e territorialização, o que envolve, consequentemente, atuar não só na execução, mas também no

²⁶ Bem como nos CREAS e nos serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade, como instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, etc.

planejamento e avaliação das ações junto às famílias. Por outro lado, sabemos que, nos últimos 20 anos, muitos trabalhos se debruçaram sobre as limitações e potencialidades que perpassam o fazer cotidiano do psicólogo no SUAS, em especial o trabalhador da PSB.

Vem sendo apontada a necessidade do psicólogo fazer uma leitura mais ampla da realidade, como colocam Motta e Scarparo (2013), Silva e Corgozinho (2011), Oliveira et al. (2014), Ximenes et al. (2009). Em comum, esses estudos destacam que é imprescindível que o psicólogo conheça o território das famílias que atende, compreenda suas necessidades e também suas potencialidades, para só depois, propor sua intervenção. Motta e Scarparo (2013) advertem que o trabalho do psicólogo precisa transcender os muros institucionais e entrar em contato com “a vida que é produzida no território, no espaço de produção da vida, das relações que estão em movimento [...]” (p. 237).

Não obstante, encontramos estudos (LEÃO et al. 2014; OLIVEIRA et al. 2011; OLIVEIRA et al. 2014) que constataram que o psicólogo, de modo geral, não participa da sistematização das ações de vigilância socioassistencial e nem da territorialização, ou seja, desconhecem o território das famílias, onde a vida se produz. Leão et al. (2014) afirmam que tal desconhecimento tem feito com que muitos psicólogos priorizem “[...] os atendimentos da demanda espontânea, de forma emergencial, sem continuidade, prestando apenas um suporte momentâneo” (p. 274), o que não garante a proteção social e reproduz antigos modelos de atuação, como vimos, tão criticados pela política de Assistência Social.

Paiva e Yamamoto (2010) indicam que o trabalho planejado a partir do conhecimento da realidade, contribuiria para a diminuição da demanda espontânea e favoreceria o trabalho psicossocial, continuado e mais efetivo. Os autores definem como trabalho psicossocial aquele que parte de uma abordagem interdisciplinar e tem como objetivo diminuir ou prevenir vulnerabilidades sociais e melhorar as condições de vida da população, por meio da “promoção e otimização, no fortalecimento dos recursos e potencialidades dos grupos e coletivos sociais” (p. 155).

Nessa direção, o trabalho psicossocial deveria ir além das práticas centradas no indivíduo, considerar a realidade social na complexa

constituição das vulnerabilidades sociais e sofrimentos dela decorrentes. Logo, ao psicólogo também caberia compreender as múltiplas expressões do sofrimento humano, considerando sua determinação social e não individualizando explicações e modos de enfrentamento. Sawaia (2001) contribui com nossa reflexão à medida que contrapõe a perspectiva individualista de sofrimento e nos propõe o conceito de sofrimento ético-político, ou seja, um sofrimento que é imanente da realidade social, e especificamente no caso da nossa, uma realidade extremamente desigual e excludente, que delinea as vidas por meio de múltiplas privações e violações de direitos.

No trabalho desenvolvido juntos às famílias vulnerabilizadas, as atividades socioeducativas têm sido apresentadas como práticas que devem se organizar a partir da lógica do direito e da cidadania. A PNAS (2004) menciona que no CRAS as atividades socioeducativas se concretizam principalmente por meio de ações coletivas. Para Benelli (2014), alcançar os objetivos deste modelo de trabalho implica abdicar daquelas práticas que psicologizam fenômenos que são de ordem social, política, coletiva, e que se expressam nos sujeitos por meio de comportamentos considerados desajustados. O trabalho socioeducativo deve se pautar em uma leitura contextual dessas expressões que se articula com um olhar crítico, dialético e politizado, com a finalidade da proteção integral com vistas à emancipação dos sujeitos e não o ajustamento às normas vigentes.

Autores como Leão et al. (2014), Macêdo et al. (2015), Sobral e Lima (2013), Oliveira et al. (2011) e Oliveira et al. (2014) verificaram em seus estudos que as atividades socioeducativas expressas por meio do trabalho grupal e outras ações de caráter coletivo são as que o psicólogo do CRAS mais menciona realizar. No entanto, Oliveira et al. (2011) ressaltam a dificuldade em qualificarmos com exatidão os resultados dessas ações, uma vez que muitas atividades grupais “não se enquadram nas definições preconizadas nos documentos de referência” (OLIVEIRA et al., 2011, p. 145), além de serem realizadas sem objetivos pré-definidos e sem levar em conta a existência ou não de uma demanda para sua realização.

Compartilhando dessa percepção, Teixeira (2010) faz uma crítica ao modo como os grupos socioeducativos têm se desenvolvido na PSB

observando que, apesar do discurso de defesa de direitos e cidadania, permanecem sob o viés tradicional. Em sua pesquisa, observou que muitas vezes, os grupos servem para tratar de questões internas às famílias e os sujeitos atendidos, reforçando o papel disciplinador e normatizador das ações. Muitos grupos se configuram como mero espaço de repasse de informações e não de reflexão e aprendizagem, sem favorecer a participação ativa dos envolvidos. Apesar de afirmarem utilizar metodologias participativas, o trabalho desenvolvido junto ao grupo não amplia as reflexões para além dos limites domésticos, não articulando as dificuldades das famílias “à realidade mais ampla que gera as fragilidades de condições de vida e de vínculos” nem vislumbrando “estratégias coletivas de lutas e de resistências” (TEIXEIRA, 2010, p. 296).

Uma prática comprometida socialmente não pode perder de vista que o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais extremas. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% em relação a 2020, ano que foi declarada a Pandemia do Covid-19. Já o número de pessoas em situação de extrema pobreza saltou 48,2% neste mesmo período. Vale ainda ressaltar que, de acordo com tal pesquisa, a proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%). Esses dados indicam quantitativamente a intensificação recente de uma histórica desigualdade social, com especial destaque aos marcadores de classe e raça/etnia, com acirramento dos níveis de vulnerabilidade social das famílias atendidas (ou que deveriam ser atendidas nos CRAS) com reflexos na qualidade de vida, no acesso aos direitos básicos e exposição maior às situações de risco.

Ante essa realidade estrutural, não podemos tomar como referência um modelo universal de família, contudo Pereira e Guareschi (2017) enfatizam que muitos profissionais ainda acreditam na existência de um modelo de família ideal. De acordo com os autores, os profissionais do CRAS se fundamentam em uma ideologia de normatização e adequação ao padrão hegemônico burguês de família, ou seja, compreendem que as famílias público-alvo do CRAS como desestruturadas e/ou desa-

justadas, por não se enquadrarem ao modelo nuclear/tradicional. Em seu estudo perceberam que as intervenções junto às famílias objetivam impor e naturalizar um padrão social de família ideal, culpabilizando-as por suas configurações consideradas inadequadas, psicologizando processos sociais frutos da questão social e desconsiderando o contexto neoliberal produtor das desigualdades.

Precisamos romper com as concepções naturalizadas de família, como se essa fosse uma categoria universal e imutável, como se ela existisse à margem do movimento geral da sociedade. Essas concepções, ainda presentes na formação e atuação do psicólogo, como lembram Alves e Zaniani (2020), contribuem para psicologização da questão social e fazem com que este profissional explique os problemas sociais e relacionais que perpassam as famílias brasileiras como se esses lhes “fossem inerentes” ou saldo do seu “mau funcionamento [...]” (p. 120).

O profissional ‘psicologiza’ quando individualiza e explica os problemas da realidade social como sendo decorrentes do funcionamento internos das famílias, responsabilizando-as e atrelando à capacidade autônoma de cada grupo em particular, o modo de lidar e enfrentar os seus percalços. Teixeira (2010), por exemplo, concluiu em sua pesquisa que termos como “autonomia, empoderamento, protagonismo, emancipação” são usados abstratamente pelos profissionais da Assistência Social, sem dar um sentido claro ou atrelando-os ao favorecimento da “autoestima”, o “acesso às informações” ou ao “passar a autogerir suas vidas, a partir de um discurso vazio de fortalecer a família” (p. 294). Para a autora a noção de autonomia não pode ser tomada como capacidade individual ou interna das famílias na busca por soluções para os problemas vivenciados na materialidade da vida, concluindo que essa concepção faz com que o profissional adote em suas práticas uma perspectiva moralista e disciplinadora.

Quando colocamos em tela o fazer coletivo como possibilidade de atuação do psicólogo junto às famílias vulnerabilizadas, percebemos que esta pode transitar entre as práticas que miram no horizonte a superação das mazelas sociais e as que contribuem para a manutenção do *status quo*. Quando visa a superação o trabalho grupal busca contri-

buir com a ampliação da consciência, provocando a luta pelo acesso e garantia de direitos, o fortalecimento das trocas sociais e das relações de pertencimento, reverberando assim na busca coletiva pela melhoria das condições de vida. Esse fazer precisa ser coletivo porque só é possível em equipe, em rede, com ações integradas e continuadas, a considerar a complexidade das situações que produzem as vulnerabilidades e impedem que nos desenvolvamos plenamente.

Este fazer precisa ser constantemente avaliado, questionado quanto ao tipo de impacto social que tem produzido (SENRA; GUZZO, 2012), se não incorre em uma “[...] prática opressiva, adestradora ou de normalização” (AMENDOLA, 2014, p. 979). Pede que nos perguntemos se nossa atuação tem sido ético-política e, como bem indicou Sawaia (2014), se temos nos comprometido com a construção de uma “resistência ativa contra a dominação”, lembrando que essa construção “só pode existir na potência do comum e não no individualismo, uma potência já enfraquecida pelas forças externas poderosas, mas não destruída” (p. 12).

Desde o trabalho liderado pela professora Silva Lane, o chamado compromisso social da Psicologia tem sido bastante alardeado. Bock e Gonçalves (2020, p. 41) defendem esse compromisso social e propõem “análise constante da historicidade dos processos que configuram, delimitam e determinam, dialeticamente, a pesquisa e a prática profissional em psicologia”. Paiva e Yamamoto (2010) nos advertem dizendo que não há compromisso social se a Psicologia “não estiver envolvida com um *projeto amplo de mudança social*, que busque as causas e não a superfície do problema, ou medidas paliativas de conformação com sua condição atual” (p. 159, grifo dos autores).

Lacerda (2015), por sua vez, acredita que o potencial do nosso trabalho estaria justamente em reforçar a tensão na ordem social, instigando o engajamento popular nos movimentos sociais com vistas à superação do capitalismo. Ao contrário disso, as propostas de compromisso e transformação social não se concretizariam e se limitariam a mascarar os efeitos da questão social (LACERDA, 2013; 2015). Assim, sem negar os limites da nossa atuação, recorreremos a Yamamoto (2007) que propõe que ampliemos a dimensão política de nossa ação profissional

nos alinhando aos “setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais”, bem como, que produzamos conhecimentos e “outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia” (p. 36).

Enquanto possibilidades que se abrem para uma atuação comprometida com as famílias vulnerabilizadas, Motta e Scarparo (2013) destacam a importância da participação dos profissionais de Psicologia que atuam no CRAS nas instâncias de controle social. A participação ativa desses profissionais pode dar voz e visibilidade às necessidades políticas, contribuir com a superação de ações assistencialistas, de benemerência e a construção de ações que legitimem os direitos sociais e visem a qualidade dos serviços ofertados. Acrescentamos que acreditamos que um profissional envolvido com a construção dessa política também tem maior probabilidade de incentivar a participação ativa e o controle social por parte dos seus usuários na luta por seus direitos, na sua elaboração e execução, como colocam Paiva e Yamamoto (2010).

Por fim, cabe mencionar que o trabalho junto às famílias vulnerabilizadas exige que reconheçamos o caráter contraditório das políticas públicas sociais em um país de agenda neoliberal e compreensão das nuances decorrentes desta contradição. Para tanto, faz-se imprescindível não considerar a Assistência Social como uma política salvacionista, sem, contudo, deixar de reconhecer sua necessidade, pois vivemos em um país marcado por extrema desigualdade social e que grande parte da população não tem acesso aos mínimos sociais. Conquanto reconhecer seu caráter contraditório não pode nos eximir de lutar por políticas públicas sociais mais efetivas sob a pena de assistirmos passivamente ao aprofundamento da miséria que é a razão primeira de sua proposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre a atuação do Psicólogo junto às famílias vulnerabilizadas, público-alvo do CRAS, articulando contribuições de autores com experiências teórico-práticas no campo social, com as da Psicologia Sócio-Histórica, com vista a reconhecer

possibilidades de uma prática ético-política, em última instância, comprometida socialmente com essas famílias.

Recuperamos brevemente o percurso da política de Assistência Social, apontando algumas dificuldades arraigadas na história da nossa ciência e profissão, marcada por uma perspectiva elitista, acrítica, cuja atuação foi sendo considerada descontextualizada e descompromissada com a luta por uma sociedade mais justa e menos excludente. Também procuramos problematizar o quanto nossa inserção no campo social se fez sob a égide do neoliberalismo, impactando na elaboração e na efetividade das ações idealizadas e dos serviços ofertados à população.

Sem a intenção de esgotar as discussões a respeito da atuação do psicólogo inserido no CRAS, advertimos sobre a necessidade de que este profissional, especialmente no trabalho junto às famílias vulnerabilizadas, precisa conhecer o território e compreender a realidade social mais ampla que produz as diferentes vulnerabilidades que as tornam foco de intervenções, sem psicologizar os problemas sociais. Lembramos que o psicólogo do CRAS precisa refutar o olhar individualizante e a concepção universal e hegemônica de família, considerando que a potencialidade do trabalho socioeducativo pode estar justamente em um fazer coletivo que medeie a construção da consciência daquilo que estruturalmente nos impede de nos desenvolvermos de modo mais pleno. Nessa toada, ampliar a dimensão política de nossa ação profissional passa, entre outras coisas, por participar ativamente dos movimentos sociais e dos espaços de controle social, estimulando que os usuários do CRAS também o façam.

Compartilhamos aqui da concepção de homem como um ser histórico e social, que precisa se reconhecer sujeito de sua história. Sobre o psicólogo, acreditamos que esse possa se constituir como profissional que pensa sobre sua ciência e profissão, admite seus percalços, sem deixar de mirar no horizonte uma outra sociabilidade que não aquela imposta pelo Capital. E, uma prática comprometida verdadeiramente com as famílias vulnerabilizadas implica uma compreensão menos alienada daquilo que produz as diferentes vulnerabilidades e que apenas coletivamente poderemos enfrentar os sofrimentos delas decorrentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. P.; ZANIANI, E. J. M. A Psicologia na Assistência Social: (re)pensando a formação-atuação e a centralidade familiar. In: ZANIANI, E. J. M.; BORGES, R. (Org.). **A Psicologia na Assistência Social: (re)pensando a formação-atuação e a centralidade familiar**. 1ed. Maringá: EDUEM, v. 1, p. 99-125, 2020.
- AMENDOLA, M. F. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 34 (4), p. 971-983, 2014.
- BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n 09, p. 06-15, 1989.
- BENELLI, S. J. **Entidades Assistenciais Socioeducativas: a trama institucional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O. (org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, p. 15-35, 2007.
- BOCK, A. M. B *et al.* Silvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, n 19 (Especial 2), p. 46-56, 2007.
- BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis**. 2008. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social; uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, p. 19-29, 1998.
- IANNI, O. A Questão Social. In: _____. **A Idéia do Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, p. 87- 109, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.
- LEÃO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F.; CARVALHO, D. B. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referências de Assistência Social (CRAS). **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n 14(1), p. 264-289, 2014.
- MACÊDO, O. J. V *et al.* Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n 35 (3), p. 808-823, 2005.
- BRASIL, (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- BRASIL, (2009). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- MOTTA, R. F.; SCARPARO, B. K. A. Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, n 25 (1), p. 230-239, 2013.

- OLIVEIRA, I. F *et al.* A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, n 23 (especial), p.140-149. 2011.
- OLIVEIRA, I. F et al. Atuação dos Psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, n 26 (especial 2), p. 103-112, 2014.
- PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. **Estudos de Psicologia**, n 15 (2), p. 153-160. 2010.
- PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. A Psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, n 29, p. 1-11. 2017.
- SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**, p. 97-118, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.
- SAWAIA, B. B. Transformação Social: um objeto pertinente à Psicologia Social?. **Psicologia e Sociedade**, n 26 (2), p. 4-17. 2014.
- SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência Social e Psicologia: Sobre as Tensões e Conflitos do Psicólogo no Cotidiano do Serviço Público. **Psicologia & Sociedade**, n 24 (2), p. 293-299, 2012.
- SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. (2011). Atuação do Psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: Possíveis Articulações. **Psicologia e Sociedade**, n 23, (especial), p.12-21. 2011.
- SOBRAL, M. F. C.; LIMA, M. E. O. Representando as Práticas e Praticando as Representações nos CRAS de Sergipe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n 33 (3), p. 630-645, 2013.
- TEIXEIRA, S. M. Trabalho interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**. Porto Alegre, n 9 (2), p. 286 - 297, 2010.
- XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C.; BARROS, J. P. P. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n 29 (4), p. 686-699, 2009.
- YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, n 19, p. 30-37. 2007.
- YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, n 26 (especial), p. 9-24, 2010.

INCORPORAR OU NÃO? QUANDO O CREAS SE TORNA UM ESPAÇO DE VIOLAÇÃO

Diego Caroli Orcajo²⁷

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (ou, para os mais íntimos, simplesmente CREAS) é o principal equipamento público vinculado às Políticas Públicas de Assistência Social quando o assunto é violação de direitos (provendo orientação, acompanhamento e encaminhamentos com o intuito de viabilizar, valendo-se dos potenciais já existentes nas famílias e nos indivíduos, a superação de situações de violação de direitos por meio, prioritariamente, da reconstrução dos vínculos familiares e comunitários e do fortalecimento da função protetiva daqueles que ocupam, majoritariamente, o papel de cuidado - lembrando-se que o cuidado é exercido com bastante fluidez pelos integrantes das composições familiares, a depender do contexto experienciado pelas partes, apesar da distribuição desbalanceada que usualmente sobrecarrega as mulheres). Desta forma, o título do capítulo pode despertar reações adversas em quem o lê - haja vista apontar o que estaria no extremo oposto da razão de existir do referido equipamento: como, com o intuito de garantir a proteção social, poder-se-ia violar famílias e indivíduos já fragilizados? Presume-se haver uma infinidade de circunstâncias pontuais e possivelmente violadoras que possam ocorrer no âmbito do CREAS, entretanto, focar-se-á neste escrito em uma situação específica que ocorre reiteradamente em boa parte (suspeita-se que próxima à totalidade) desses espaços: cogita-se estar protegendo, porém, pela falta do “repensar o fazer diário com cautela”, geram-se danos importantes - por vezes irreversíveis - àqueles assistidos.

²⁷ Especialista em Terapia Comportamental (USP). Psicólogo (FMPFM). Docente em Programa de Especialização em Análise do Comportamento Aplicada. Coordenador (CREAS / Hortolândia-SP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/5558173674948491>

Na indisponibilidade do título do documento, seria esperado pressupor que o principal ponto de cautela na rotina de um CREAS se dá na íntima atuação profissional da equipe técnica durante o acompanhamento sistemático dedicado às famílias em situação de violação de direitos já vinculadas ao Serviço de Proteção e Acompanhamento Especializado a Famílias e Indivíduos (haja vista tal equipe, assim como os demais profissionais lotados no local, ser composta por seres humanos sociais - portanto, falhos e cheios de preconceitos que, casualmente, dificultam o estabelecimento de uma boa relação de trabalho e de um olhar capaz de perceber e estimular potenciais, e não apenas fragilidades - culpando-se as famílias por todo o mal que lhes acomete), entretanto, faz-se imprescindível sinalizar que o grande ponto de complexidade está na definição pela adequação em incorporar ou não uma família (ou indivíduo) ao referido acompanhamento.

Costuma-se, na massa das vezes, realizar “a leitura (e a apreensão) crua” dos motivos a partir dos quais é devida (e desejada) a vinculação de famílias e indivíduos ao PAEFI. Deste modo, utiliza-se usualmente (e de forma isolada) o seguinte critério de vinculação ao acompanhamento formal: famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (BRASIL, 2011). Há de se apontar, entretanto, que tal compreensão é demasiadamente superficial e gera, amparada por vezes na “suficiência da boa vontade” (conceito usualmente utilizado pelo autor para se referir àquelas ações que, genuinamente, partem da boa-fé, entretanto, que, por indisponibilidade de competências teórico/técnicas, podem gerar consequências danosas àquele que seria o “beneficiário” da atenção), a impressão de que quem não a concebe “ao pé da letra” está desrespeitando o público da Proteção Social Especial de Média Complexidade e tentando se eximir das suas responsabilidades.

DESENVOLVIMENTO

Mergulhemos, a partir de agora, em uma sequência de reflexões (com um exemplo prático, a posteriori) que permitirão, primeiramente, trazer luz à “automatizada e simplista filtragem” por vezes utilizada frente aos encaminhamentos recebidos pela rede intra e intersetorial, cujas demandas são pelo acompanhamento sistemático via PAEFI. Em seguida, espera-se que a reflexão transborde da intimidade do leitor inicial para aqueles com os quais compartilha a atuação profissional e acadêmica e, não menos importante, seja convertida em reestruturações práticas que previnam a geração de prejuízos evitáveis às vidas daqueles que, reitera-se, já se encontram fragilizados (gerando, como ganho complementar importante, aprimoramento no atendimento prestado aos usuários que, de fato, se beneficiarão do acompanhamento - já que, como sabido, os CREAS convivem com prejuízos na qualidade dos serviços prestados decorrentes da incompatibilidade entre a quantidade de demandas e a força de trabalho disponível).

1- As orientações básicas do funcionamento do CREAS (sobre tudo no que diz respeito ao público alvo do acompanhamento via PAEFI) não constituem o primeiro escrito produzido pela humanidade, deste modo, é preciso lê-las de forma contextualizada. Há aqui dois conceitos, plenamente complementares na óptica do assunto tratado, que devem ser observados:

- A noção de **direitos de primeira geração** – que “exigem do ente estatal, precipuamente, uma abstenção e não uma prestação, possuindo assim um caráter negativo” (DIÓGENES JÚNIOR, 2012, p. 1). Ou, aproximando-os da finalidade do capítulo, pode-se definir tais direitos como a necessidade de que haja intervenção mínima do Estado na forma como as famílias vivem e se organizam - o que será melhor explicado

a posteriori, para que não seja indevidamente compreendido como um “abandono à própria sorte” das pessoas);

- O conceito de **matricialidade sociofamiliar - que** integra as diretrizes estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005, p. 5) e considera a família como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, 2005, p. 19). Desta forma, ampara-se toda a construção das Políticas Públicas de Assistência Social a partir da consideração de que ninguém conhece melhor do que a própria família sobre as suas “forças e fraquezas” – assim sendo, o profissional deve sempre manter em mente que a fragilidade da família está usualmente situada em pontos específicos (materiais e/ou relacionais), deste modo, deve-se fortalecer a função protetiva para que os seus integrantes consigam, com autonomia, gerir tal segmento, não extrapolando as áreas em que existe insuficiência protetiva da família com o intuito de definir, de forma unilateral, um “novo modo de existência” que deverá ser seguido pelos integrantes da composição familiar (devendo-se, certamente, realizar intervenções em segmentos difusos quando essas valorizarem a autonomia dos indivíduos e auxiliarem na superação e na prevenção da reincidência de situações de violação de direitos).

2- Agora, deve-se considerar as características da denúncia vinculadas às ações exercidas pelas figuras de proteção da possível vítima (antes e após terem tido ciência do fato). Cita-se que, por meio de tais informações, será possível não somente identificar a adequação em efetivar a vinculação da família ao acompanhamento como também definir as prioridades de incorporação dentre os encaminhamentos recebidos (considerando-se que, na massa das vezes, os profissionais responsáveis pela “constatação do denunciado” e pela “requisição de serviço público” indis põem de competências teórico-técnicas para apreender,

com amplitude, a dinâmica das famílias – competindo ao recebedor da demanda a responsabilidade de se debruçar sobre o relatado e efetivar uma análise crítica acerca da razoabilidade de ofertar determinada ação/encaminhamento/orientação):

- Aqueles que deveriam proteger os membros mais vulneráveis da composição familiar (em dado contexto) são os autores da violação?
- Caso negativo, a exposição pelo vitimado à situação de risco foi decorrente da desproteção dos cuidadores?
- Houve validação, por parte dos responsáveis, do relato da vítima (caso tenha havido a revelação no âmbito doméstico) ou, como é bastante comum, houve censura sob o pretexto de que “tal assunto deveria ser resolvido dentro de casa”?
- Buscou-se, de forma imediata, serviços que pudessem atuar na proteção da vítima e na responsabilização do possível autor da violência?
- A situação de risco persiste até o presente momento?

Um caso hipotético, com “múltiplos gemelares” reais distribuídos pelo país

1. Certo dia, durante a rotina normal de trabalho, recebeu-se o encaminhamento de caso assinalado como urgente pelo requerente. Nele, constava a história de uma garota que, *enquanto estava na escola*, foi vítima de assédio sexual perpetrado por um dos seus professores (que, valendo-se da sua superioridade física e desconsiderando que ambos não estavam em um mesmo estágio de desenvolvimento sexual, agarrou e beijou a referida enquanto estavam apenas os dois na sala de aula).

2. A genitora, no dia após o ocorrido, notou mudanças importantes nos comportamentos da filha (que, até então, nada havia dito sobre o episódio) e questionou se algo havia acontecido e se poderia ajudar de

alguma maneira. Nesse momento, a filha relatou o que foi expresso no primeiro parágrafo (pedindo desculpas, como se fosse responsável pela ação do violador) e obteve acolhimento e validação por parte da genitora.

3. Tão breve teve ciência dos fatos, a genitora procurou o Conselho Tutelar com o intuito de obter orientações acerca de como deveria conduzir a circunstância e seguiu todos os passos sinalizados (efetuiu o boletim de ocorrência, deu ciência à unidade de ensino, que afastou o violador, e levou a filha ao atendimento psicoterapêutico).

4. Contatou-se, em caráter complementar, a genitora, a escola e a psicóloga (às quais a vítima está vinculada) com o intuito de ampliar a percepção do estado atual da garota. Houve a compreensão, a partir do relato, de que as ações consideradas necessárias já haviam sido conduzidas (ou estavam em curso) por outras políticas públicas (ou outros equipamentos vinculados à Assistência Social que não o CREAS).

Expõe-se, a seguir, uma conduta que se presume frequente frente ao cenário exposto (na massa das vezes, sob a melhor das intenções):

Ao receber o encaminhamento, notam-se os escritos “urgente” e “abuso sexual” (não dedicando grande atenção às demais especificidades do documento) e são procuradas formas de acessar, de maneira célere, a família *para comunicar o início do acompanhamento* (em um equipamento sobre o qual é bastante provável que ela nunca tenha ouvido falar e para um acompanhamento cujas finalidades concretas nem sempre são compreendidas pelo atendido).

Com boa intenção, a genitora citada atende ao primeiro chamado da dupla técnica à qual “está referenciada” (usualmente composta por um profissional graduado em serviço social e outro em psicologia) e comparece junto à filha para atendimento no endereço informado (lembrando-se que, na maior parte das cidades em que há CREAS, existe uma única unidade no município - deste modo, é provável que esteja

em local distante da moradia da maior parte da população, barreira de acesso que não deve ser ignorada).

Durante o primeiro diálogo, as partes se apresentam, há o relato, por parte da família, desde a ocorrência que gerou o encaminhamento do Conselho Tutelar até o ponto em que mãe e filha se encontram e, para completar, a dupla informa os objetivos do acompanhamento (que, em termos gerais, costumam girar em torno do fortalecimento da função protetiva da cuidadora para que haja superação da situação de risco e quebra dos ciclos de violência).

Na quinzena seguinte, a família é convidada a comparecer novamente no espaço e, tendo mãe e filha percebido que as propostas visavam sanar uma circunstância já devidamente administrada, optam por não ir. A equipe, preocupada, aciona a usuária e questiona o motivo da ausência (dizendo que ela precisava ter ido e que o acompanhamento seria em prol da sua filha) e agenda um novo atendimento. Desta vez, a família comparece (sob a sensação da existência de obrigatoriedade e do temor de sanções frente ao não atendimento do “convite”) e, novamente, sente que a oferta não se ajusta à realidade atual experienciada pelas partes.

Nos próximos agendamentos, a família não mais se faz presente. Deixa, em complemento, de atender às ligações realizadas pela equipe - que, na melhor das intenções, comunica ao Ministério Público sobre a “não adesão da genitora ao acompanhamento sistemático” e cria um texto que faz com que a promotoria compreenda que a genitora obstaculiza a garantia da proteção integral à sua filha outrora violada (transicionando para a rede a responsabilização do violador para a genitora e convertendo a referida de aliada para algoz – tendo cerceadas a autonomia e a potência protetiva da família e, com o intuito de preencher uma lacuna presumida, passa-se a gerir, sob pressão, o fazer diário da família).

Transcorridas duas semanas desde a ciência da promotoria, a genitora recebeu uma convocação com o dia e o horário em que deveria

comparecer ao Fórum da cidade. Chegando ao local (plenamente inocente quanto à finalidade do encontro), foi informada de que, em vistas “do reiterado comportamento de desproteção dirigido à filha” (que pode ser traduzido pela “não adesão às propostas do CREAS”, independentemente da razoabilidade das mesmas) existe o risco de que a garota seja dirigida à unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (desqualificando o exposto no inciso terceiro do artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, que prevê, como prioridade, a “manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família (...) em relação a qualquer outra providência”, ou seja, converte-se o extraordinário em ordinário e há a subversão da finalidade protetiva à criança e ao adolescente da ação para o uso coercitivo da mesma visando a sobreposição do agente do Estado à lógica da matricialidade sociofamiliar). Aplica-se, em complemento, uma multa de valor importante à usuária (“para que sirva de lição (...) vamos ver se ela acorda”).

Conclui-se a estória (que pode parecer uma caricatura distante do que ocorre no mundo real) com a genitora, visando resguardar para si os cuidados da filha (e sob contínua sensação de estar cumprindo algum tipo de sanção), comparecendo a todos os atendimentos agendados até que, algum dia, sob o argumento de que houve o desenvolvimento de algo que, no caso citado, estava ali desde o princípio (a suficiência protetiva da família), ocorra o desligamento.

Agora, apresenta-se a análise do mesmo caso a partir do amparo provido no curso inicial do capítulo (orienta-se a releitura de cada parágrafo do encaminhamento hipotético com o vislumbre, logo a seguir, da respectiva análise disposta abaixo):

Parágrafo 1. O primeiro fragmento da denúncia não permite chegar a múltiplas conclusões, entretanto, é imprescindível se atentar ao fato de que os dois primeiros elementos de atenção citados no item 2 (características da denúncia e das ações dos cuidadores) já podem ser

identificados: *as principais figuras de cuidado não foram as violadoras* (usualmente se concebe como “principais figuras de cuidado” os responsáveis legais, ou de fato, pela criança ou adolescente – havendo ou não coabitação ininterrupta) e, por sua vez, *a violação não decorreu de desproteção dos responsáveis* - já que, pelo contrário, manter os filhos vinculados à escola é uma ação protetiva, não sendo razoável responsabilizar a família pela não presunção de culpa por parte dos agentes vinculados às políticas públicas de educação);

Parágrafo 2. No segundo fragmento podemos notar três aspectos importantíssimos à análise da denúncia recebida. Primeiramente, a mãe observou mudanças no comportamento da filha (o que indica algum grau de vinculação afetiva e competência protetiva - já que, para constatar que algo mudou, é necessário que tenha havido atenção à forma como as coisas eram até então); em segundo lugar, a filha, ao contrário da usual “conversão da experiência de violência em segredo pessoal incomunicável” – que gera o importante fenômeno da subnotificação, sentiu-se confortável para revelar a violação sexual para a genitora (o que também permite pressupor a existência, por parte da filha, de algum grau de confiança na capacidade protetiva da mãe e na boa gestão que a mesma faria frente ao comunicado) e; em terceiro lugar, e complementar às exposições prévias, houve, por parte da genitora, validação e acolhimento do relato (sem desacreditar a vítima e nem tampouco culpá-la pelo infortúnio);

Parágrafo 3. Nota-se condução adequada e, ao menos a priori, suficiente pela genitora. Verifica-se, em complemento, que houve o afastamento do violador (com cessação, no caso citado, da situação de risco). Tais elementos, usualmente, são utilizados como indicativos do “timing” em que a situação se encontra (ou seja, sinalizam se, caso seja iniciada a intervenção no momento presente, ela se dará de forma precoce, adequada ou tardia – no caso citado, pode-se dizer que o início do acompanhamento com foco nas demandas iniciais seria extemporâneo,

entretanto, é possível que tanto a unidade de ensino quanto a psicóloga responsável pelo acompanhamento psicoterapêutico notem, a posteriori, demandas às quais a vinculação ao PAEFI possa ser benéfica à família);

Parágrafo 4. Nesse ponto é possível inferir, com importante grau de precisão, que há inadequação em incorporar a família exposta ao acompanhamento sistemático via PAEFI. Sugere-se comunicar às partes que a equipe estará à disposição e ofertar, indicando ser de adesão voluntária, o acesso ao CRAS: prioritariamente, para que se realize *a verificação e a articulação de direitos disponíveis e não acessados* (considerando a importante intersecção entre fragilidades materiais e relacionais) e a *vinculação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* – que, costumemente, transpassa a sua finalidade de prover “intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas” (BRASIL, 2014) e passa a ocupar um importante espaço complementar de identificação de potencialidades e fragilidades das famílias e indivíduos além de, reiteradamente, identificar no curso das atividades situações de vulnerabilidade ou risco outrora não percebidas ou que se presumiam superadas – dando ciência ao equipamento devido e qualificando, desta forma, as ações da rede de proteção.

CONSIDERAÇÕES

A boa, respeitosa e exitosa atuação no campo das Políticas Públicas de Assistência Social tem como pré-requisito, de modo inequívoco, a compreensão do que está para além do óbvio e da rememoração diária de que, assim como todo e qualquer comportamento humano, o que as famílias fazem (e, por sua vez, o contexto social que vivenciam) depende de muito mais do que a expressão da boa ou da má vontade dos seus integrantes. Tal consideração pode parecer de baixo valor quando lida de forma despretensiosa, entretanto, a prática cotidiana só permanece regida

consistentemente pela empatia quando se considera o amplo contexto intra e intergeracional daqueles que, por suas mais diversas razões, experienciam (em qualquer uma das pontas) contextos de violação de direitos.

Discutir (e atentar-se a) elementos presentes em todo e qualquer “caso referenciado ao CREAS” permite ganhos, dos quais não se pode abrir mão, em múltiplos e importantes segmentos – dentre os quais, citam-se: 1. **Redução da incorporação inadequada e vitimizadora de famílias** cujas situações de violação de direitos já tenham sido superadas e tenha havido, por parte das “figuras de cuidado”, bom desempenho protetivo frente ao ocorrido (rememorando os conceitos apresentados no início do documento, a saber, *direitos de primeira geração e matricialidade sociofamiliar*); 2. **Qualificação na priorização da ordem de incorporação** dentre as famílias encaminhadas às quais o acompanhamento será benéfico (afastando-se da amadora e não razoável definição de prioridades com base “na ordem de chegada” ou em características isoladas do tipo de violência sofrida – ignorando o contexto ampliado e as ações já realizadas pela família e/ou pela rede) e; 3. **Redução da sobrecarga das, usualmente insuficientes, equipes técnicas e do tempo de espera para que seja, de fato, iniciado o acompanhamento** quando considerado oportuno (portanto, há *menor latência entre o encaminhamento e o início da atenção prestada e maior disponibilidade de tempo para que os profissionais se dediquem às famílias*).

Certamente, àqueles que durante a leitura do capítulo sentiram ânsia pela ampliação do debate, haverá oportunidades futuras para que o escopo do trabalho seja ampliado. Nota-se, entretanto, necessário atuar inicialmente com *ênfase em aspectos essenciais sobre os quais, sob a percepção do autor, paira certa obscuridade* (como se, a definição pela incorporação ou não de famílias no acompanhamento sistemático na Proteção Social Especial de Média Complexidade, fosse tema superado e plenamente compreendido em território nacional - o que foge à realidade).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Documento originalmente publicado em 2009.

DIÓGENES JÚNIOR, J. E. N. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? **Âmbito Jurídico**, 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ESCUA CORAÇÃO DA CHICO: UM RELATO DE INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS REALIZADAS COM ADOLESCENTES EM CONTEXTO COMUNITÁRIO DURANTE A PANDEMIA

Hellen Marostica²⁸

Maria Luiza Vargas²⁹

Marcela Andrade Gomes³⁰

André Luiz Strappazon³¹

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva apresentar uma experiência de extensão desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina junto ao “Instituto Geração da Chico” (IGC) - localizado na periferia da cidade de Florianópolis-SC. O projeto, intitulado “Escuta coração da Chico: intervenções psicossociais junto às crianças e adolescentes da comunidade Chico Mendes”, é composto por professores e estudantes do Departamento de Psicologia da UFSC, e objetiva oferecer a oportunidade de escuta, acolhimento e promover um local de expressão, criação e expansão dos processos de subjetivação. O trabalho tem sido construído de forma dialógica com o IGC há 5 anos, organização que atua junto a 50 crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, oferecendo um espaço socioeducativo de contraturno escolar.

A comunidade Chico Mendes é marcada pelo desemprego, precárias condições de moradia e trabalho, pobreza, violência policial, tráfico de drogas e conflitos entre facções. A violência e o empobrecimento são

²⁸ Especializanda em Saúde da Família e Comunidade (ESPSC). Psicóloga (UFSC).
CV: <https://lattes.cnpq.br/3635978198254103>

²⁹ Especializanda em Gestalt-TerapiaPsicóloga (CG). Psicóloga (UFSC).
CV: <https://lattes.cnpq.br/1429641185840913>

³⁰ Pós-doutora em Psicologia Clínica (USP). Doutorado em Psicologia (UFSC). Coordenadora (NEMPsi-C-UFSC). Professora (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/9403831041686917>

³¹ Doutor em Psicologia (UFSC). Professor (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/1868168505703352>

o que dão visibilidade à Chico Mendes hegemonicamente e, ideologicamente, sobre essa reputação incidem dois tipos de discursos: piedade e reprovação para quem vive neste território (SILVA, 2008).

Entretanto, não nos filiamos aos discursos homogeneizadores e estereotipados que fazem com que condições políticas, sociais e econômicas sejam correlatas a lugares de vitimização e criminalização (TAKEITI; VICENTIN, 2019). Consideramos os aspectos descritos da vida comunitária em contextos de vulnerabilidade social como um jogo intrincado de relações e contradições “que configuram a periferia como um território existencial em relação a um modo de produção estético-cultural contra-hegemônico e que faz ver e faz falar modos de afirmação coletiva singular” (TAKEITI; VICENTIN, 2019, p. 257).

Neste contexto, o projeto “Escuta Coração da Chico” atua tendo como base epistemológica a psicanálise freud-lacaniana e a filosofia de Espinosa. A filosofia da imanência de Espinosa aposta nas afecções e afetos entre os corpos como fatores de aumento e diminuição da potência de existir. As relações entre os corpos os modificam e constituem ao afetá-los, fazendo-os oscilar, aumentando ou diminuindo sua potência de ação. Portanto, para esta perspectiva não há uma essência humana, mas sim corpos enquanto potências em devir (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016; ESPINOSA, 2009).

Ao defender a imanência e não a transcendência, Espinosa abre espaço para diferenciarmos a ética da moral, entendendo aquela como “uma capacidade da vida e do pensamento em selecionar, nos encontros que produzimos, algo que nos faça ultrapassar as próprias condições da experiência” (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022). As intervenções psicossociais sob esta perspectiva buscam criar bons encontros e ampliar a capacidade de afetar e ser afetado, aumentando, assim, a potência de agir na busca pela liberdade e autodeterminação.

Em consonância neste ponto com a filosofia de Espinosa, para a psicanálise freud-lacaniana não há sujeito em essência, mas sim um sujeito que se constitui na relação com o laço social e com a alteridade, tendo a

linguagem como estruturante do psiquismo. Por partir do pressuposto teórico que o desamparo psíquico é inerente à condição humana (FREUD, 1927; LACAN, 1998), a psicanálise aposta no trabalho de escuta como um instrumento de intervenção que permite advir aquilo que há de mais singular do sujeito: suas dores, traumas, desejo, potências e criações.

A psicanálise em extensão (LACAN, 2003) busca construir espaços de escuta clínica para sujeitos em contextos de que não os de consultórios privados. Por exemplo, a escuta clínica realizada em contextos institucionais e comunitários de vulnerabilidade social necessita estar atenta às relações de hierarquias e opressões hegemônicas e estruturais em nossa sociedade, tais como raça, classe, etnia, gênero e território. Nestes contextos, a escuta psicanalítica busca restituir o lugar de sujeito/desejo a pessoas que se encontram em lugares fragilizados e deslegitimados do laço social. Para esta perspectiva da psicanálise, toda a constituição psíquica é também política, já que “os laços sociais têm seu fundamento na linguagem, mas tal inserção processa-se simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político” (ROSA, 2016, p. 24)

Reconhecemos as diferenças ontológicas e epistemológicas entre a psicanálise freud-laciana e a filosofia da imanência de Espinosa. Entretanto, ao nosso ver, estas vertentes coincidem em uma mesma perspectiva ético-política que abarca, a partir do encontro, a produção da potência de existir-desejar entre corpos-subjetividades em relação. Neste sentido, temos nos esforçado em aglutiná-las para subsidiar as nossas reflexões e ações neste projeto por encontrarmos alguns pontos de junção que potencializam a condução de nossas intervenções psicossociais. São elas: o sofrimento não brota de forma involuntária, casual e individual no sujeito, que é sempre entendido em relação social aos outros e ao contexto histórico e cultural na qual se constitui; uma ética pautada nas práticas de cuidado e acolhimento à alteridade e singularidades - seja via composição de encontros, seja via associação livre de significantes - que permitam movimentos de criação e reinvenção de

si e de suas relações com o outro; por fim, uma aposta na potência de expansão, de enunciação e condição desejante de todo e qualquer sujeito.

Tendo a ética espinosista e a escuta psicanalítica como um método de intervenção psicossocial, apostamos na ideia de dispositivo clínico-político (GOMES et al., 2019) como uma ferramenta que busca promover espaços de encontros com a alteridade, de falas, trocas e escuta de modo a construir espaços de afecções, expansão, devires rumo a travessias mais livres e desejosas por parte destas crianças e adolescentes.

Diante do exposto, a seguir, apresentaremos algumas reflexões teórico-práticas, e alguns resultados e dificuldades encontradas no percurso deste projeto de intervenção. Para a escrita deste relato, detivemo-nos em três categorias de análise que foram selecionadas a partir dos acontecimentos que se fizeram mais presentes na vivência da Roda das Meninas: 1. as narrativas da Roda; 2. as relações transferenciais; 3. os impactos da pandemia.

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS: O DEVIR DO GRUPO, ESCUTA, AFETO, ENCONTRO

No decorrer desses 5 anos, partimos da ideia de que as intervenções psicossociais se pautam na “escuta singularizada dos processos de significação, das experiências, dos afetos e da relação com a alteridade” (GOMES; SANTOS, 2017, p. 361) e na potência do encontro como promotor de afecções e expansão do corpo (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016).

Dentre os trabalhos realizados, iremos nos deter, neste relato, na experiência da chamada “Roda das Meninas”. Esta roda surgiu a partir da demanda das adolescentes do projeto IGC que desejavam ter um espaço específico para suas histórias, anseios e inquietações.

A roda, que era presencial até dezembro de 2019, passou por um processo de transformação por conta da pandemia e, com a adoção de medidas de isolamento social, tem ocorrido de forma remota. No formato presencial, a roda acontecia uma vez por semana no espaço

do IGC e levávamos algum disparador para o grupo, que era elaborado a partir dos acontecimentos do encontro anterior; este disparador servia para favorecer a associação livre (FREUD, 1912a/1969) por parte das meninas e, conforme as narrativas e os jogos transferenciais ocorriam, fazíamos pontuações, perguntas, remendos, destaques e outras formas de intervenção.

Por não ter sido possível a criação do grupo no espaço virtual de forma síncrona para este atual contexto de pandemia - elas não possuem computador, celular e/ou internet que possibilite este suporte -, no primeiro ano da pandemia, apostamos no trânsito de uma caixinha que circulava presencialmente entre as meninas e as estagiárias da psicologia. Foi solicitado que elas trouxessem questões referentes às suas vidas e colocassem nesta caixinha; em seguida, a retirávamos do IGC e, a partir dos escritos enviados, criávamos um vídeo abordando os temas que surgiram. Dessa forma, cada uma poderia assisti-lo no momento que lhe fosse possível a depender do acesso à internet e ao computador ou celular disponível para isso.

Em 2021, a intervenção pautou-se na troca de cartas, também contando com o trânsito de uma caixinha como depositário daquilo que desejavam compartilhar conosco sobre suas vidas e território. Diferentemente do semestre anterior, as cartas compuseram uma dinâmica distinta: foram sugeridos alguns temas disparadores que pudessem guiar suas escritas, como suas histórias de vida e a significação atribuída por elas ao IGC e à Roda em si.

O que se percebe como comum entre as duas ferramentas de intervenção utilizadas durante o período da pandemia é a escrita como forma de enunciação e elaboração psíquica (LANGE, 2010). A escuta, assim, revelou sua dimensão e possibilidade de abrangência ao ser concretizada com letras, desenhos, cores de caneta e grifos nos papéis, afinal, escrever também é dizer de si e ler também é escutar o outro.

Escutar os sujeitos que têm suas vidas atravessadas pelas mais diversas formas de exclusão social é a concretização do nosso compro-

misso ético-político de estimular o surgimento dos narradores silenciados (LANGE, 2020) e vivenciar a ética, qual seja, a oportunidade e a potência fundamentais para extrapolar as condições de existência (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016). A escrita, por isso, dá suporte à composição de um espaço de criação e expressão em que aos sujeitos é permitido ressignificar, produzir sentidos outros frente ao traumático e, portanto, resistir (HEISSLER; GURSKI, 2020). A psicanálise e a filosofia de Espinosa nos convocam a elaborar a Roda das Meninas, através da expressão escrita imposta pelo distanciamento social, como uma oportunidade de aproximação entre o sujeito e seu desejo (HEISSLER; GURSKI, 2020), tornando-se conhecedor da causa de seus afetos (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022).

As narrativas da Roda

Em 2020, logo nos primeiros contatos com os bilhetes depositados por elas na caixinha de perguntas, um fato surpreendeu: a pandemia não foi tema de questionamentos, não foi evidenciada em nenhum momento pelas meninas. Este fato pode ter ocorrido por diferentes razões e tem sido abordado em nossas reflexões.

Lançamos algumas hipóteses provisórias para compreender a inexistência do tema “pandemia” na Roda, já que é uma experiência extremamente intensa, abrupta e mortífera que, de forma assustadora, adquiriu uma dimensão de colapso humanitário. Mas, talvez, esta dimensão do horror da pandemia tenha este sentido e impacto somente ou majoritariamente nas camadas médias e elites da população - como nós professores(as) e estagiários(as) deste projeto - que não estamos cotidianamente sofrendo com perdas, assassinatos e mortes de maneira tão acentuada e visceral com a população da Chico, que assim como outras favelas e periferias, é uma comunidade que já vivencia de forma intensa e cotidiana a experiência da morte e da violência de Estado - temos no Brasil um genocídio junto à população negra e periférica colocado em marcha desde o processo da “ruptura” do sistema escravocrata (CRUZ et al., 2017).

Mesmo que a pandemia não tenha aparecido como um tema de questionamentos, outros assuntos que estavam em evidência para as adolescentes surgiram por meio das perguntas. Nos encontros da Roda das Meninas foi possível discutir questões relacionadas à menstruação, tipos de absorventes, sexualidade, métodos contraceptivos, relações entre as próprias meninas, religiões, relacionamentos, aparência física, autoestima e aceitação, sendo algumas dessas ainda consideradas tabus na sociedade. A partir desta demanda, nossa proposta é de que o grupo auxilie as meninas a vivenciarem sua sexualidade, sua relação com o corpo e com as atividades sexuais de forma prazerosa, advertida e segura, percebendo que esta é uma vivência com diversos caminhos possíveis sem que existam respostas certas ou erradas. Diferente de ditar comportamentos corretos, a roda busca propor reflexão e diálogo, sem direcionamentos normativos.

A intervenção por cartas permitiu uma aproximação com as histórias de vida dessas adolescentes. Através da escrita, houve trocas em relação aos seus locais de origem, suas relações familiares, o caminho percorrido por cada uma delas até o contato com o IGC e as razões de nele permanecerem, bem como os significados atribuídos à Roda. Em seus textos ficou evidente a colocação desse espaço em uma posição de ancoragem como vínculo significativo e determinante em suas vidas (BROIDE, 2019) e também como um propulsor de composições, de bons encontros e de aumento de potência de ação (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016). Isso porque, em suas narrativas, além das já costumeiras demonstrações de afeto dirigidas a nós, residiam afirmações que davam destaque ao papel do IGC em seus cotidianos - afirmavam, por exemplo, que permanecem nesse projeto continuamente desde a entrada e que não têm desejo por deixá-lo em algum momento. Ademais, manifestavam a importância da Roda, ainda que nesta configuração remota, pois é um espaço que dá “*ânimo*”, que conseguem “*desabafar*” e serem “*escutadas*”. Uma das participantes escreve que “*a única coisa que me anima é vir pro projeto*”, enquanto outra diz: “*a roda eu gosto porque consigo desabafar e vocês sempre me escuta. Eu gosto bastante disso*”.

A Roda das Meninas também se mostrou como um espaço de manifestação de conflitos internos e questões de convivência que atravessavam a relação entre as próprias meninas. Esse dado parece dizer respeito ao funcionamento da Roda enquanto um grupo que também reproduz questões sociais como o machismo em suas falas, comprovando mais uma vez a máxima de que o psicológico é social. Com isso, coube às estagiárias acolherem e escutarem as falas e narrativas que foram compartilhadas, além de auxiliarem na construção de novas perspectivas para essas adolescentes. Por isso, apostamos nesses encontros como potencializadores clínicos e políticos, na medida em que colocamos em ação uma escuta atenta e sensível às singularidades e ao sistema de opressão estrutural no que diz respeito à raça, classe, etnia, gênero e território.

Ao permitir afetar e ser afetado, percebe-se que o encontro ocorre na imanência, na produção do próprio encontro que se dá na relação com o outro. Os momentos proporcionados pela Roda não são apenas sobre compartilhar experiências e sentimentos que já existem, são também produção de experiências e sentimentos novos. Por isso, mais importante do que saber o que falar ou fazer, é estar presente, aberto e disponível a escutar e acolher o que emergir. Este tem sido um dos grandes desafios no trabalho virtual: como estabelecer vínculo e criar um circuito transferencial com a ausência do corpo?

As relações transferenciais

A Roda das Meninas possibilitou o fortalecimento de vínculos entre as estagiárias e as adolescentes do IGC. Devido a isso, muitas questões complexas e delicadas que dizem respeito às suas vidas e realidades surgiram nos encontros, às vezes em caráter de brincadeira ou até mesmo de provocação. Foi possível perceber os vínculos transferenciais a partir das manifestações das participantes sobre seus afetos em relação a nós e à própria Roda, bem como a expressão de suas insatisfações, mostrando estarem implicadas na construção do espaço.

As formas como as meninas se envolveram com a caixinha de perguntas nos endereçaram a pensar na relação transferencial que se instalou entre o grupo e as estagiárias. Para Freud (1912b), a transferência é uma forma de reeditar, repetir e atualizar em nossas futuras relações os laços libidinais que nos constituíram. Na Roda das Meninas, esse fenômeno parece ter encontrado expressão através de demonstrações de afeto (em falas como “*amamos vocês*”, por exemplo) e oscilações entre idealização e ridicularização; mas, principalmente, nas perguntas diretas e pessoais que as meninas dirigiam a nós. A transferência também é atravessada pelos demarcadores sociais, que constantemente constituem uma configuração subjetiva de subordinação no mundo pelo racismo, classismo e machismo. Como aponta Gonçalves Filho (1998), quando o sujeito fala, não há no seu discurso apenas o imediato; o presente é constantemente mediado pelo histórico rebaixamento que perpassa sua posição social.

Quando as meninas traziam questões direcionadas à nossa vida pessoal, tal como, “*com quantos anos vocês perderam a virgindade?*”, interessou-nos entender a utilidade de conteúdos pessoais nossos para os processos pessoais delas, afinal, não se trata de ignorar as perguntas, mas também de buscar manter a posição do analista que renuncia a sua posição de sujeito de suposto saber em que é colocado (LACAN, 1991), para que o(s) sujeito(s) se coloquem de formas(s) ativa(s) e protagonista(s) de sua(s) história(s) de vida.

Questionar para ouvir, não para julgar, é uma das formas de facilitar que se tornem conhecedoras de seus afetos (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016). Assim, diferente de uma postura colonizadora (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2019), torna-se possível a compreensão sem a imposição de modos de vida a partir de concepções de bem e mal. A partir da leitura de Espinosa (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022), a atuação das meninas frente à Roda remete à busca por uma causa de suas vidas na exterioridade. O fato de um sujeito ser definido por algo de fora (no caso, as estagiárias) faz com que ele não seja causa de si/de seus afetos.

É relevante também reforçar que não temos, segundo essa perspectiva, um lugar a se chegar, uma idealização, porque o bom encontro é imanente. Aqui, novamente, Espinosa, Freud e Lacan se encontram: o objetivo não é a resistência nem a servidão, e sim a produção de novos discursos; é fazer surgir o sujeito, não somente o sujeito de direitos, mas também o sujeito do desejo (BROIDE, 2019; GOMES-et al., 2019).

Contudo, em relação ao que experienciamos na intervenção, para além das válidas interpretações e levantamentos de possibilidades com base teórica, cabe aqui ressaltar que tais acontecimentos descritos são atravessados pelo contexto atual em que vivemos. O lugar social do qual partimos - estagiárias e professores, assim como o lugar social em que se encontram as adolescentes, somado ao contexto pandêmico, também fez suscitar as reações das meninas para com a Roda e a nós. Nesse sentido, destacamos que a análise aqui construída não deve estar isenta dos fatores sociais que estiveram presentes a todo momento em nossa intervenção, dessa forma, os fenômenos não podem ser interpretados de forma individualizante e psicologizante.

Os impactos da pandemia

A excepcionalidade do atual momento histórico atacou o mundo com novas demandas, dificuldades, medos, rupturas e lutos de uma forma inédita e trágica para as atuais gerações. Para a nossa prática profissional, inúmeros e novos desafios, implicações e interrogações éticas têm se colocado em nossa atuação profissional como psicólogos/as. Alguns desafios dessa modalidade escancaram-se logo no início da intervenção: como tornar um lugar afetivo e atrativo à distância? Como criar vínculo por meio das telas? Como atuar em uma perspectiva comunitária sem estar na comunidade? Como fazer vínculo sem ter o corpo presente na relação?

Também, algumas reflexões relevantes dizem respeito às especificidades que atravessam o local de pesquisa e intervenção nesse momento. Isolados, mas impossibilitados de isolamento: nas comunidades não há o direito à quarentena, seja pela urgência do trabalho ou pela proximidade

das moradias. É nas comunidades pobres que reflete a desigualdade estrutural presente na pandemia, mas muito anterior a ela (FREITAS, 2020).

Conforme aponta Magalhães (2020), no contexto brasileiro, não é possível afirmar que os impactos da COVID-19 são os mesmos para todas as pessoas e em todos os lugares. Para ele, é necessário destacar as diferenças que demarcam as possibilidades do cuidado, tais como a geração, raça, classe, gênero e moradia. A pandemia trouxe situações de terror, medo, luto e crise para muitas pessoas, mas para outras ela ampliou.

Nesse sentido, questiona-se o lugar da intervenção psicossocial neste cenário de pandemia: seria uma atividade não essencial? Em uma situação de pandemia, as crianças e adolescentes da comunidade não deixam de estar em um contexto socialmente vulnerável; na verdade, com a COVID-19 isso fica ainda mais intenso e evidente. Considere-se também a presença de outros fatores existentes neste contexto comunitário, como as condições precárias de moradia, a quantidade de moradores em uma só casa, sujeitos que precisam estar na rua para ter uma possibilidade de renda e, para isso, precisam ter onde deixar as crianças. Dessa forma, afirmamos a essencialidade, por exemplo, do IGC no contexto de pandemia, sendo um espaço que acolhe as crianças em contraturno escolar e inclusive auxilia em suas alimentações.

Ainda no que diz respeito à intervenção específica do Escuta Coração da Chico na modalidade remota, outra forma de exclusão se evidenciou: apesar de a Organização das Nações Unidas considerar o acesso à internet como um direito humano fundamental, no Brasil ainda existem quase 5 milhões de crianças e adolescentes vivendo em casas sem acesso à internet (STEVANIM, 2020). Uma vez que as intervenções psicossociais na Comunidade Chico Mendes se deram, em um primeiro momento, através de vídeos em plataforma *online*, essa inacessibilidade foi escancarada: nem todas as participantes da roda possuem celular próprio e/ou um dispositivo com acesso à internet, o que prejudica não só o contato e acesso aos vídeos, como também o sigilo, necessário aos trabalhos da psicologia.

Além das dificuldades referentes ao campo e à modalidade de atuação, outros desafios começaram a ser percebidos no decorrer do semestre: a intervenção estava limitada ao ato de responder perguntas, podendo, inclusive, promover pequenas aglomerações (quando as adolescentes se reuniam para assistir aos vídeos). Com isso, foi necessário pensar em outras possibilidades, usando as ferramentas disponíveis. Nesse sentido, estamos constantemente em processo de reavaliação da nossa intervenção. Essas reformulações também confirmam que o espaço grupal é um constante devir, em estado permanente de transformações contínuas (BARROS, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a imposição do isolamento social, alguns incômodos referentes à ausência no campo foram constantes durante toda a intervenção remota. Também, o dilema ético de não ir à campo em um momento de tão intensa crise sanitária, política e humanitária: não estaríamos nós, por adotarmos o isolamento social, indiretamente compactuando com as exclusões já histórica e ideologicamente destinadas aos contextos periféricos? Como deixar falar mais alto do que os desconfortos da presença incorpórea a certeza de que não indo a campo nos protegemos do vírus e protegemos essas adolescentes também?

A necessidade de isolamento físico trouxe novos desafios e limitações à prática da psicologia social e comunitária, que certamente perde parte de sua potência ao ser exercida virtualmente. Afinal, é visível que os sofrimentos consequentes das precariedades da pandemia variam a depender do grupo social - classe, raça, gênero, etnia e território. Assim, o Coronavírus expôs o que nossos referenciais teóricos já apontam - há uma parte descartável da população, não passível de luto (BUTLER 2015). Como afirma Zizek (2020), o vírus mais letal já estava presente antes da COVID-19: o sistema capitalista; conforme o autor, a pandemia apenas expôs suas entranhas e lógicas de dominação, mostrando o quanto a realidade opressora deste sistema é naturalizada por todos/as nós.

Sabemos que a psicologia não se propõe a mudar de imediato essas questões estruturais, afinal não as alcança, mas se dispõe a escutar as singularidades atravessadas por tais estruturas. Sabemos que não se acaba com a necropolítica promovendo bons encontros em comunidades, mas é essa micropolítica que permite legitimar existências reificadas pelo sistema capitalista. A escuta pode não trazer a revolução, mas é certamente subversiva.

REFERÊNCIAS

- BROIDE, Jorge. A psicanálise em situações de extrema vulnerabilidade social. In LOPEDETE, Maria Luiza Galle et al. (Eds.). *Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência*. São Paulo: Elefante. 2019. (p. 129-136).
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.
- FREITAS, Maristela Sousa. Sentimentos e necessidades em tempos de pandemia. *Percepções da Pandemia*. 3º Boletim do NEPIM, p. 20-24, 2020. Disponível em: <https://www.nepim.com.br/produtor/C3%A7%C3%B5es/boletins/nepim-na-pandemia>.
- FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. In: *Edição Standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI. 1969.
- FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII. 1912b.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI. 1927/1974.
- GOMES, Marcela de Andrade et al. Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In LOPEDETE, Maria Luiza Galle, et al. (Eds.) *Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Elefante, 2019.
- GOMES, Marcela Andrade; DOS SANTOS, Cleidi Mara. A perspectiva sociohistórica e a política nacional de assistência social. *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 51, n. 2, p. 345-368, 2017.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social-um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, p. 11-67, 1998.
- HEISSLER, Simone Zanotelli; GURSKI, Rose. Psicanálise, Vida Loka e Rodas de Escrita com Adolescentes Privados de Liberdade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. 1-14, 2020.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques et al. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. Outros escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (p. 248-264).

LANGE, Mariana de Bastiani. Apostar na transmissão: autorrepresentação e temporalidades na confecção do livro coletivo “O que eu ensinei para a universidade”. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 52, p. 141-156, 2020.

LANGE, Mariana de Bastiani. Caminhares: fragmentos sobre oficinas de escrita e interrogações sobre os ensinar e os aprender. *CONJECTURA: filosofia e educação*, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p. 165-174, set./dez. 2010.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 79-86, jan./jun. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n. 215, p. 10-15, 2020.

STRAPPAZZON, André Luiz; MAHEIRIE, Katia. “Bons encontros” como composições: experiências em um contexto comunitário. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, v. 68, n. 2, p. 114-127, ago. 2016.

STRAPPAZZON, André Luiz; SAWAIA, Bader; MAHEIRIE, Katia. A liberdade em Espinoza como base onto-epistemológica no enfrentamento do sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, p. 242-492, 2022.

SILVA, Marliange. *A experiência do Programa Habitar Brasil BID-Região Chico Mendes: uma análise da participação social*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 256-262, set. 2019.

ZIZEK, Slavoj. Zizek sobre o coronavírus: um golpe letal no capitalismo para reinventar a sociedade. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597314-zizek-sobre-o-coronavirus-um-golpe-letal-no-capitalismo-para-reinventar-a-sociedade>. Acesso em: junho 2021.

PSICOLOGIA DAS BRECHAS: UMA PSICOLOGIA A PARTIR DE NÓS

Mariana Andrade Soares³²

André Luiz Strappazon³³

Bernardo Peressoni Luz³⁴

Núbia Almeida Lourenço³⁵

INTRODUÇÃO

Os primeiros passos dentro do Instituto Social, organização do terceiro setor situada em uma comunidade de baixa renda, na região periférica de uma capital no sul do Brasil, são o suficiente para se perceber um fluxo intenso de pessoas; os espaços do Instituto são todos preenchidos de crianças, barulho, risadas e conversas. Há algo ali, algo que convoca o olhar e o corpo, que nos leva ainda mais para dentro do Instituto, para as salas ao longo do corredor. Movimentos que não conhecíamos, que nunca antes tivemos contato. Algo invisível que se desdobra em novos sentidos e um convite para iniciar uma cartografia.

Um caleidoscópio de cores, ruídos, gentes, caracteriza o setor da comunidade onde se insere o Instituto, local que abriga estágios em psicologia e o projeto de extensão universitária por uma Universidade Federal. O projeto de extensão e os estágios têm como objetivo produzir bons encontros (DELEUZE, 2002) e possibilidades de existências por meio do trabalho psicossocial em oficinas com grupos, além de acolhimento, escuta atenta e construção da cidadania. O Instituto é um Instituto social coordenado por uma psicóloga e conta com a atuação de alunos estagiários e voluntários do Departamento de Psicologia de uma Universidade Federal, além de uma psicóloga local e professores que ministram

³² Graduanda em Psicologia (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/8944179615571517>

³³ Doutor em Psicologia (UFSC). Professor (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/1868168505703352>

³⁴ Graduando em Psicologia (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/3375844012248461>

³⁵ Graduanda em Psicologia (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/8064515793217077>

oficinas de esportes. O local é frequentado por, em média, 50 crianças e adolescentes no período vespertino, durante o contraturno escolar.

Confiando que o trabalho da cartografia tem como um de seus principais fundamentos um corpo sensível que afeta e é afetado pelos encontros, um corpo que vibra (ROLNIK, 2006), este modo de afetar-se produzido no nosso encontro com a comunidade, que tem em torno de seis mil moradores, servirá como fio condutor para esta cartografia. Desde o início da experiência de estágio, colocamo-nos abertas(os) a esse novo desconhecido, em composição com o conjunto de corpos e movimentos que constituem este território.

No mapeamento cartográfico é o caos do Instituto que chama mais atenção, há crianças e adolescentes de diversas idades que circulam por ali e suas redondezas durante toda a tarde. Não demoramos muito para perceber que estar ali tensiona a psicologia que havíamos aprendido até então. Nosso arcabouço teórico enquanto graduandos imersos em sala de aula não é o suficiente neste território. Com isso, já nos primeiros passos, nas primeiras afetações e nos primeiros encontros, percebemos um movimento de desterritorialização da semiótica (GUATTARI; DELEUZE, 1995) desta recente formação acadêmica. Entendemos que é por meio da desterritorialização e da reterritorialização que podemos seguir esta produção-expedição. Demo-nos conta de que é preciso articular o corpo, o conhecimento e o político para compreender essa realidade que se apresenta, viver a experiência fundamentando ético-teórico-metodologicamente a travessia.

Damo-nos conta de que a atuação pelo afeto perpassa uma leitura crítica ao que circunscreve as direções de ação que geram, ou não, potência de existir. Um olhar para a afetividade que convoca compreender a micropolítica do sofrimento, em específico, o sofrimento ético-político, um conceito que, descrito por Sawaia (1999), diz sobre a exclusão como sofrimento delineado socialmente, que se dá pela negação da apropriação de produções materiais e culturais. Nesta micropolítica há, também, as forças neste campo que potencializam corpos, os bons encontros que

ecoam nas relações e nos modos de fazer-sentir-pensar a psicologia em território. Lançamos, então, um olhar para os bons encontros como viés metodológico, e para a potência de ação como prática de expansão (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022) em busca de “sustentar a vida em seu movimento de expansão” (ROLNIK, 2006, p. 70).

A noção de subjetividade aqui se relaciona com aquilo que é composto e se compõe com os encontros (o encontro com o social, natureza, acontecimentos, invenções e instituições), uma produção incessante que não é passível de totalização, e que não se descola de normas, valores e crenças instituídos nos registros sociais (GUATTARI; ROLNIK, 2010). É nesse sentido que Deleuze e Guattari (2011) apontam para os investimentos sociais como os primeiros investimentos que localizam o sujeito, desdobrando, portanto, nos investimentos dos desejos; o desejo aqui também compreendido como força ou potência de existir é, assim, constituído a partir de um conjunto de dispositivos do campo social. Dispositivos estes, engendrados pelo capitalismo, que ao articular componentes de subjetivação, como hábitos, esquemas e afecções, produzem a subjetividade e o indivíduo; esses vetores constituintes fazem com que a subjetivação não seja um processo unitário. Para Domenico Hur (2018, p. 56), “pode haver uma relação de alienação, ou de singularização, à subjetividade instituída”, sendo a alienação um processo relacionado à opressão, reatividade do ser e submissão à codificação. Este processo de recalcamento da produção desejante trava lutas com processos singularizantes, que desviam e escapam da norma dominante do capital (GUATTARI; ROLNIK, 2010).

Para Martin-Baró (1997), o trabalho do psicólogo deve ser definido a partir das situações concretas que circunscrevem a população atendida, atuando contra as lógicas de violência produzida pelo Estado. Partindo dele, lembramos de Milton Santos (2006, p. 314) quando afirma que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. Para o autor, configura-se o território como um intermédio entre o mundo e o indivíduo em um dinamismo recriado e recriando-se. Fomos sendo convocados a pensar

que compreender a vida cotidiana só é possível quando adentramos no território, compartilhando a materialidade que produz experiência e, portanto, subjetividade. O território é a “base da operação da comunidade” (ibid, 2006) e, por extensão, é uma das bases de operação do sujeito.

É possível, então, traçar um movimento, uma escolha ética e metodológica de percorrer, nesta cartografia, uma trajetória guiada pelo olhar atento às direções potencializadoras da vida, e aos desejos que se apresentam, tendo como objetivo do trabalho em campo a busca pelo fortalecimento das produções desejantes que surgem no encontro, nas composições e recomposições de singularidades que se tornam visíveis no plano comum, no sentido de compor acontecimentos e experiências coletivas na combinação de diferentes heterogeneidades (KASTRUP; PASSOS, 2013).

No plano macropolítico, estes sujeitos são alvos de uma política excludente e secular que se perpetua: jovens, negros e pobres. De acordo com Ana Flávia Holanda Cruz et al. (2017), o país, regido sob o lema da “ordem” e do “progresso”, criminaliza e penaliza aqueles que se inserem abaixo da linha da pobreza, perfazendo o quadro de desigualdade social que o constitui. A ideia de criminalização da pobreza se desdobra na “gestão penal da miséria e da desigualdade” (Ibid, p. 246); no Brasil, ser pobre é crime. Percebemos isso com facilidade: a presença hostil e constante da polícia militar, caracterizada pela abordagem violenta com a comunidade, retrata esse cenário de criminalização.

Estamos diante de um quadro de guerra que engendra políticas públicas que operam ativamente sob uma noção neoliberal, apoiada na necropolítica, caracterizada pelo modo como o poder político se apropria da morte como forma de gestão (MBEMBE, 2011). A gênese do Estado, no Brasil, (re)produz precarização e desumanização de vidas, visto que, segundo Judith Butler (2015), os sujeitos são constituídos mediante normas que os reconhecem (ou não) como sujeitos, assim, temos alguns corpos desumanizados, corpos estes marcados pela raça e classe social. É nessa linha que Achille Mbembe (2011) descreve a

operacionalidade do Estado em contextos de vulnerabilidade social: o *modus operandi* do neoliberalismo sob a lógica da necropolítica, a partir de uma atuação que desumaniza corpos, torna-os abjetos e produz mortes. O autor segue a discussão e racializa o discurso: é necessário pensar no conceito de raça em todos os discursos políticos. É necessário, portanto, pensar como se formou o terror moderno, da figura do delinquente, a partir do processo de diáspora, colonização e escravidão. Para ele, quando se suspende o Estado de direito, a produção da morte tem alvos bem demarcados: corpos pretos e periféricos.

No plano micropolítico, entendemos que este corresponde aos fluxos de forças moleculares, “as relações de forças articuladas aos agenciamentos desejantes no campo social” (HUR, 2018, p. 41). Compreende-se, assim, as máquinas de poder dominante que cerceiam vidas e possibilidades de ser. As brincadeiras entre as crianças do Instituto denunciam essas máquinas - de natureza técnica, social ou desejante (Ibidem); a cisão de brincadeiras de “meninos e meninas” revela sexismo e heteronormatividade de gênero; falas racistas entre as crianças denunciam estruturas racistas que as subjetivam; a aquisição de bens de consumo “de marca” coloca em ação imperativos capitalistas. Concomitantemente, outras possibilidades se apresentam para além dessas forças hegemônicas que operam sobre a subjetividade. Há também resistência e subversão: singularizações, potências para novas experimentações da vida, processos de criação e produção de modos de existir.

Aos poucos, conforme frequentamos este local, passamos a reconhecer-los e a ser reconhecidos por eles, e a chegada ao Instituto passa a ser antes da chegada à sua porta. É na coisa entre coisas que nos colocamos abertas(os) a sentir os afetos que atravessam nosso corpo.

A escrita deste relato de experiência de estágio marca o desafio de dar palavras à experiência, e destas palavras tornar possível um recorte que permita o aprofundamento teórico do vivido, leva-nos à ideia inicial da produção do conhecimento objetificado no *entre*: entre a comunidade, entre as relações, entre as experiências; sustentamo-nos, portanto, na

cartografia como método de pesquisa-intervenção. De acordo com Eduardo Passos e Regina de Barros (2009), o cartógrafo se afeta e se subjetiva pelo mundo em sua dimensão matéria-força. É nessa dimensão que a atenção é tocada, a experiência, então, não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado; não pretendemos nos ater a um fim, não há fim para a experiência.

Frequentamos o Instituto semanalmente durante dois semestres letivos no ano de 2022, ao desenvolver nosso estágio curricular em psicologia, promovendo atividades junto às crianças e adolescentes, individuais e em grupo, mediadas por intervenções artísticas, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e encontros tecidos no cotidiano, espontâneos ou planejados. Após cada período de presença em campo, foram efetuados registros em diário de campo das experiências e situações mais relevantes ou que de modo mais intenso nos afetaram.

Muitas foram as experiências ao longo deste processo. Para este trabalho, não pretendemos explorar exaustivamente tudo o que vivemos, esta seria uma tarefa impossível. Pretendemos, então, descrever, cartografar, aquelas cenas e experiências que nos tocaram, que chamaram a atenção, atentando-nos para como os desejos que se apresentam são formados, isto é, para a micropolítica que forma e desenha este mapa. Nossa intenção aqui é descrever estas cenas e com elas produzir um sentido para a atuação em psicologia que constantemente buscamos forjar nesta experiência.

DESENVOLVIMENTO

O Instituto se localiza no térreo de um conjunto habitacional. Neste espaço é disponibilizado uma cozinha, banheiros, salas para as atividades programadas e escritório. Nós, enquanto estagiárias/os, nos colocamos como mais um elemento a compor-se com a diversidade que ali reverbera. É com Spinoza que caminhamos por aquelas ruas e becos. De acordo com o filósofo da imanência, o corpo-subjetividade é uma composição relacional que se dá nos encontros; é nesse sentido que a

filosofia da imanência desse filósofo aposta nas afecções e potencialidades dos corpos - corpos que são afetados e afetam a materialidade - e nos encontros como possibilidades de potência e de expansão da vida (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022).

Em uma perspectiva espinosista, os bons encontros acontecem quando, a partir do encontro entre corpos, há um aumento de potência de ação, isto é, um aumento na capacidade de agir (DELEUZE, 2002). Ao partir da ética dos encontros, Sawaia (1999) traz a ideia de uma base ontoepistemológica para se pensar como se dá a exclusão na constituição dos sujeitos. É nesse sentido que se entrelaça o psicológico, o social e o político, e se objetificam nos corpos (STRAPPAZZON; SAWAIA; MAHEIRIE, 2022; SAWAIA, 1999). Corpos estes que, localizados em um contexto de vulnerabilidade social, requerem uma leitura crítica sobre o sofrimento, em específico o sofrimento ético-político, que “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente, a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 1999, p. 104).

A atuação balizada pelas ferramentas ética e metodológicas descritas até aqui possibilitam um tensionamento entre as estratificações teóricas e o território no qual nos inserimos. O Instituto nos mostrou que precisamos apostar num trabalho com o caos, sem pretensões de organizá-lo, afastando-nos da psicologia apta a contextos controlados ou minimamente previsíveis. Foi preciso enfrentar essa realidade nos seus termos, não nos nossos, fazendo surgir novas possibilidades de organização, aberta a multiplicidades. Surge, nesse desenquadramento, a elaboração do conceito “Psicologia das Brechas”.

A expressão “Psicologia das Brechas” foi elaborada por meio da supervisão de estágio e nas constantes situações de conversa entre os estagiários sobre as experiências de trabalho. Justifica-se a criação desta expressão para criar uma forma de ver a atuação da psicologia onde não era possível vê-la anteriormente. A “Psicologia das Brechas” surge,

inicialmente, como uma aposta ética e metodológica para atuação da psicologia em contexto comunitário a partir do outro, isto é, uma atuação em direção a novas formas de vida, à multiplicidade.

Brecha, de acordo com o dicionário, é uma abertura, uma fenda por meio da qual se pode penetrar; é um espaço não-preenchido, é uma circunstância oportuna e é, também, uma ferida ou rachadura que se abre em uma superfície antes consolidada. O tensionamento que foi discutido com relação à psicologia - bem como o tensionamento gerado em nós, estagiários(os), e nos demais sujeitos que compõem o Instituto - relaciona-se a aberturas de corpos mais sensibilizados, a acontecimentos oportunos, a fendas percebidas e fabricadas, em um movimento de expansão, de ir além do que se apresenta como superfície pré-estabelecida e já conhecida.

Entre os tensionamentos que nós, estagiários/as, enfrentamos inicialmente no Instituto, lidamos com diversas tentativas de intervenções com crianças e adolescentes de uma ampla faixa etária, durante as oficinas de artes, que ocorriam semanalmente. Intervenções que muitas vezes não traspassaram os planos abstratos, como fazer um dia de contação de histórias ou criar enredos de ficção. Estávamos diante do desafio de seguir em direção a processos de autonomia, sem impor formas de disciplinarização. Trabalharíamos *com* o caos e pela via do afeto; estaríamos atentos às linhas que compõem este rizoma e os sentidos de realidade que ele anuncia, com suas possibilidades de fuga. Assim, foi preciso tecer vínculos e forçar relações de horizontalidade, conhecer aqueles que chegavam inicialmente às/aos estagiários(os) com um ar de curiosidade para, então, dar sequência a este percurso cartográfico.

Poderíamos exemplificar esse movimento com acontecimentos de qualquer dia que estávamos presentes no Instituto, porém, nos vemos na necessidade de escolher cenas que mais nos tocaram, que tensionaram nosso lugar. Nossa forma de estar *no* e encontrar com o campo.

Conforme vivíamos o cotidiano do Instituto, dando-nos conta dos espaços que a escuta clínica poderia ocupar, reposicionando a ideia de

clínica como uma aposta metodológica e não como um espaço físico. A clínica, então, era percebida, neste contexto, como um dispositivo que permite um espaço de desejo, criação, cuidado e liberdade, uma clínica enquanto dispositivo. Para Deleuze (1996), a ideia de dispositivo remete a um operador que permite anúncios de linhas, uma máquina de fazer ver e fazer falar, uma composição de linhas de força e linhas de fuga, de processos de singularização. Um operador que torna possível anúncios de novos modos de existir.

As cadeiras da cozinha e o cheiro do café passado tornaram-se cenário de narrativas por vezes difíceis de escutar, nomeadas pelos adolescentes e crianças do Instituto como “fofoca”. A fofoca era, nesse encontro, discursos que muitas vezes demandavam dos estagiários escuta, cuidado e acolhimento. Por meio da “fofoca” e da clínica ampliada como dispositivo, guiamos nossa escuta na possibilidade de, com o encontro, novas narrativas serem produzidas, assim como novos olhares sobre si mesmo. A essa ideia, demos o nome de “Clínica do Cafezinho”. Essa clínica implica a compreensão da posição do estagiário no seu contexto de atuação. Nesse sentido, o território convoca uma reorganização da psicologia que a torne uma ferramenta mais adequada a tal contexto, compondo com aqueles que participam do dia a dia do Instituto.

Cena um, o cafezinho: ao longo do ano de estágio, a chegada ao Instituto passou a ser ritualizada: já na frente da porta de entrada éramos recebidos por crianças e adolescentes. Em seguida, nos direcionávamos à cozinha, à garrafa térmica e à xícara de café. A hora do café era também a hora de trazer o corpo para o campo, de entrar no Instituto e nos permitir estar atentos aos acontecimentos e à imprevisibilidade, uma aterrissagem. Eis a cena, retirada de um dos diários de campo:

Eu, acompanhada de uma xícara; os outros estagiários, também com a companhia da cafeína e algumas adolescentes que iam chegando e se sentando conosco. Enquanto tomávamos o café, I. começou a conversar sobre a história da morte de seu pai. Falava do seu padrinho e explicava quem ele era e a importância de

seu status na comunidade. Outra menina, a K., também queria relatar a história da morte de seu pai. A história de uma amizade, uma gravidez e o fim de um casamento. “Daqui uns meses eu faço 11 anos de vida, e ele [seu pai] faz 11 anos de morte”, disse ela.

Todas essas histórias, atravessadas por violência, mas também por amor; por morte, mas também por vida, traziam para a cartografia novas linhas, novas partículas de afetos. Histórias difíceis de serem escutadas, anunciações de realidades, histórias de luto. Alguns lutos não-elaborados, outros bem demarcados e até datados. Tanto I., quanto K. não se emocionaram ao narrar a morte de seus pais. Fui para casa pensando: se todas essas vidas que morrem a cada esquina e por qualquer motivo fútil fossem passíveis de luto, qual seria o tamanho dessa dor? (Diário de Campo, 30/06/2022).

A clínica do café acontece quando não forçamos sua configuração, quando há um plano comum entre duas, três ou mais pessoas, permeado por uma disponibilidade genuína de presença e de acolhimento. O plano comum configura-se por esse fundo comum e heterogêneo, uma composição de singularidades, um acontecimento que se enraíza na experiência (KASTRUP; PASSOS, 2013). Um plano que acontece a partir de uma xícara ou de um convite para dar uma volta pela comunidade. A clínica do café não pressupõe previsibilidade, pois ela só acontece a partir de uma brecha. Mas não basta que uma brecha se abra e que ela passe a existir: é preciso que ela seja percebida e que haja, nela, a implicação do trabalho em psicologia.

Até então, éramos reconhecias(os) pelas crianças e adolescentes como “professores”. Reconhecer estagiárias(os) de psicologia como professores(as) denotava um desconhecimento com relação a tal campo de saber. O próprio funcionamento caótico, a infraestrutura do local que não permitia privacidade e a rotatividade anual de estagiários dificultam o reconhecimento da psicologia na comunidade - isso sem contar o próprio

perfil elitizado dessa profissão, que a distância das camadas populares. Foi a partir da estruturação de oficinas e do reconhecimento de brechas que possibilitavam momentos de escuta, como a clínica do cafezinho, que de professores(as) passamos a ser intitulados estudantes de psicologia.

Depois de alguns meses acompanhando o Instituto, temos relatos de crianças e adolescentes dizendo “obrigada por escutar o que eu tinha para dizer, eu só precisava falar sobre isso”. E, apesar do termo “professor(a)” ainda ser a regra entre as crianças e os adolescentes, algo novo surgiu: a configuração das rodas de conversa. Ao estar nesse momento com eles, em uma sala fechada, mas não trancada, uma das garotas anuncia “eu vou começar a falar sobre como me senti essa semana e depois cada uma vai falando de si” (Diário de campo, 29/03/2023).

Essa incorporação de uma das linguagens da psicologia demonstra uma das formas de agenciamento: ao compor o vocabulário dessas crianças e adolescentes, tem-se que a psicologia agora é parte de seus imaginários, em uma expansão do que pode ser o mundo até então conhecido. Essas rodas de conversa, que aconteciam semanalmente, auxiliaram a produção de um espaço para o compartilhamento de experiências comuns. Foram compostas rodas de conversa com adolescentes meninas e rodas com os meninos. Com o passar dos meses, os adolescentes do gênero masculino, que costumavam participar da oficina profissionalizante realizada no Instituto, pediram para ter também uma roda de conversa. Isto é, eles pediram para serem escutados e também para falar sobre os mais diversos temas, como política, formas de ser e existir no mundo, preconceitos, sentimentos e afins.

Cena dois, a pipa: em um de tantos dias, a chegada ao Instituto, logo em sua entrada, nos sinalizou o que poderia ser feito com as crianças: brincar de pipa. Ali, dois meninos do Instituto brincavam de pipa com uma sacola amarrada por uma fita. Sabíamos que apostar nos afetos, estética e imaginação possibilitam potência de expansão da vida e criação (SAWAIA; 2006); tínhamos no que apostar, pois o brilho nos olhos das crianças ao verem uma sacola voando como uma pipa já dava estes sinais.

Ao nos propor a fazer daquela brincadeira uma atividade coletiva, soubemos que no depósito do Instituto havia quase todo o material necessário para produzir pipas: linhas, varetas e papel manteiga. Falta a cola e, mais que isso, faltava saber como fabricar pipas, dado que nenhum de nós, estagiários(as), sabíamos como fazê-las. Não saber, no entanto, era um sinal de uma possível composição coletiva em uma relação de horizontalidade. Enquanto crianças e adolescentes se ocupavam dos materiais disponíveis, uma de nós, estagiárias, lembrou-se que quando era criança, costumava fazer cola com água e trigo com sua mãe. Havendo esses dois ingredientes na cozinha do Instituto, segue a narrativa de seu diário de campo:

Eu estava fazendo cola com água e trigo fervidos no fogão. Enquanto mexia essa mistura branca e líquida que aos poucos engrossava, os adolescentes começaram a nos avisar que havia polícia, o que indica nos manter dentro do Instituto. Tudo acontecendo ao mesmo tempo, multideterminado. Quando há a presença da polícia militar, as ruas e as servidões deixam de ser seguras e essa instituição militar passa a nos remeter sentimentos de ameaças.

Voltei para a sala de brinquedos, com uma xícara cheia de cola caseira. As pipas já estavam sendo confeccionadas. Me envolvi na confecção, e confesso, o desafio tornava-se cada vez maior: enquanto eu tentava dar corpo ao objeto voador, era impossível não rir de tamanha assimetria. Os adolescentes chegaram na sala empolgados com a ideia de fazer pipa, iam entrando e pedindo mais materiais para confeccionar, a nostalgia da infância preencheu a sala e os adolescentes. Todos se uniram e agora tínhamos quem soubesse, finalmente, dar corpo ao tal objeto voador. “Isso é a matéria prima” disse um dos adolescentes. Essas linhas de fuga, essas direções potencializadoras da vida, isso é matéria prima (Diário de Campo, 21/07/2022).

Cena três, não deixe o samba morrer: o trabalho pelas brechas permitiu a criação e o surgimento de momentos coletivos entre nós e as crianças, cada qual com seu protagonismo. Momentos de composição em que foi possível fazer emergir a construção de um comum-heterogêneo (KASTRUP; PASSOS, 2013). Dentre esses momentos, escolheu-se para este relato a cena de uma roda de samba, retratada em um dos diários de campo, que surgiu de forma imprevísivel:

No início daquela tarde, as crianças esperavam na brinquedoteca sentadas em cadeiras dispostas em círculos, algo raro de se ver. As crianças não saíam de suas cadeiras, esperavam por algo. E algo aconteceria: um grupo de teatro estava no Instituto, presenteando-as com uma geladeira recheada de livros e uma apresentação de teatro. As crianças queriam mesmo era o teatro e a contação de história, não a geladeira. Como de costume, fui até a cozinha buscar café [...]. Voltei à brinquedoteca e me sentei junto às crianças. Eu, o café e a atenção flutuante àquilo que atravessava a espera pelo teatro. Nesse momento, o W. começou a fazer um ritmo com palmas, era como se nele existisse uma agitação que não poderia sair daquela cadeira, ele intensificava as palmas e me olhava. Olhei para ele, sorri, e disse “dá o ritmo”, ele sorriu de volta e fez um ritmo com as mãos. Com as minhas palmas somei o som, as crianças em volta gostaram, e pronto! Elas faziam barulho, bagunça e caos.

Entramos todos no ritmo do W., fazíamos barulho, ele cantava, ficávamos cada vez mais animados. As crianças gostaram da ideia, e eu também. A S. ao meu lado reclamou que a palma de sua mão doía, então procurei nos brinquedos tudo aquilo que pudesse ser um instrumento e assim um balde se tornou um tambor. No depósito havia outros instrumentos usados nas aulas de capoeira, como pandeiros e chocalhos. Dei todos os instrumentos que achei para as crianças e entreguei a elas.

Após algumas músicas, o W. começou a cantar o samba de Alcione: “Não deixa o samba morrer, não deixa o samba acabar, o morro foi feito de samba, de samba pra gente sambar.” Que momento! Essa música eu sabia cantar, muitas crianças também sabiam, e quem não sabia dançava. Eu sentia aquela música invadir meu corpo. Fui, ao longo deste estágio, atravessada por muito... pela diferença cultural entre classes, pela violência policial, a negligência de Estado, as vidas enlutadas, mas também por música, alegria, arte, carinhos, abraços e amor. Senti que havia ali aquilo que se nomeia como bons encontros. Entrávamos no mesmo ritmo, trocávamos sorrisos, estávamos todos nos divertindo, produzindo um som cada vez mais alto. O som invadia a brinquedoteca, reverberava nos corredores e chegava em todas as salas do Instituto. O som de uma força cultural, a nossa maior forma de resistência. Eu sentia a potência dessa música: era um som que convoca, que ecoa, que invade, que fez os corpos daquelas crianças (e o meu) saltarem da cadeira para dançar, cantar e cair em gargalhadas (Diário de Campo, 08/09/2022).

Após essa experiência, levamos, na semana seguinte, uma caixa de papelão com alguns instrumentos. Notamos que a caixa de papelão, junto aos instrumentos, permitia uma dinâmica diferente nas relações: as mesmas crianças que tinham rivalidades umas com as outras, expressadas por xingamentos e agressividades físicas, como socos e mordidas, faziam da caixa de papelão um trenzinho compartilhado ou, ainda, ensinavam umas às outras de que forma o som sairia melhor no pandeiro.

As cenas da pipa e do samba, para além da brincadeira como um mediador social, nos convidam a pensar na aposta das formas sensíveis que podem fertilizar momentos coletivos, assim como aponta Sawaia (2006), ao defender o afeto, a estética e a imaginação como categorias que expandem a vida. Assim, trabalhar nas brechas é um trabalho *na* experiência, que requer implicação e abertura ao devir. Um trabalho que envolve a produção de um plano comum, feito pelo corpo sensível e

atento às brechas que podem vir a produzir agenciamentos, coexistência de práticas singulares e afirmação do diverso (HUR, 2018). Em conclusão, a psicologia pelas brechas é um exercício de encontrar o fluxo de acontecimentos que rompem com o que é pré-estabelecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, por fim, o desafio de produzir uma prática psicológica a partir do território - uma prática que requer experiência em campo, estabelecimento de vínculo e identificação de demandas; assim como a fundamental articulação entre prática e teoria para compreender os vetores que orientam os agenciamentos sociais do campo. Ao mapear a experiência no Instituto a partir de uma territorialização no campo, com seus desafios e pressupostos, fora tensionada diversas vezes a prática psicológica, isso porque ao nos depararmos com um caos-rizoma que, ao se apresentar como um ambiente não-controlado, não-linear, composto por uma heterogeneidade e com forte signo afetivo, era requerido às/aos estagiárias/os imprevisto no trabalho, abertura aos afetos e atuação pelas brechas. Para construção de propostas de intervenção, apostou-se na arte e imaginação como ferramentas políticas de emancipação da liberdade, ao compreender que a presença estética de músicas, pinturas e jogos coletivos transformam sentidos da realidade e territorializam afetos.

Conforme as experiências eram vivenciadas dentro do contexto comunitário, discussões teóricas eram levantadas, apropriadas, expropriadas e articuladas. A partir deste movimento antropofágico, *nós*, como pronome pessoal e substantivo, eram formados; nós que foram sendo elaborados, dando corpo ao conceito “Psicologia das Brechas”, a fim de sistematizar e compreender os acontecimentos em campo. Foram percebidos pontos de conexões entre tais acontecimentos e o fazer psicologia a partir de intervenções orientadas para a produção do comum na diferença, potencializando linhas de fuga e de resistência que possam resistir aos diagramas de poder que oprimem a vida. É nesse sentido que a Psicologia das Brechas diz sobre uma escolha ética e metodoló-

gica de trabalhar a partir do caos: ao mapear as multideterminações que compõem o campo, torna-se possível analisar pontos de tensões deste rizoma, possibilitando uma intervenção que se constrói com o caos, com a não-linearidade dos acontecimentos e atravessamentos políticos, atentando-se às brechas que possibilitam linhas de fugas, novas experimentações da vida e processos de criação.

Por fim, o uso da cartografia como método de pesquisa e intervenção, como escolha metodológica e também o sentido prático de uma ética, sugere uma conclusão com reticências, posto que mapear um caminho pressupõe uma abertura ao desconhecido, uma expedição sem objetivo previsto e sem ponto de chegada. Uma expedição que não termina por aqui.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CRUZ, A. V. H. et al. A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 239–252, 2017.
- DELEUZE, G. **Espinosa: Filosofia Prática**. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Editora Escuta, 2002.
- DELEUZE, G; GUATTARI, Félix. **O Anti-edipo** capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- ESPINOSA, B. **Ética**. São Paulo: Editora USP, 2015.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUATTARI, F; DELEUZE, G. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- HUR, D. U. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.
- KASTRUP, V; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, p. 263-280, 2013.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia** (Natal), v. 2, p. 7-27, 1997.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Madrid: [s.n.], 2011.

PASSOS, E; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burinhan (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

STRAPPAZZON, A. L.; SAWAIA, B; MAHEIRIE, K. A liberdade em espinosa como base ontoepistemológica no enfrentamento do sofrimento ético-político. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, 2022.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE DANIELE HOEPERS



Pós-doutoranda, doutora e mestra em Psicologia, na linha de pesquisa Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade (PPI/UEM). Especialista em Proteção Social (FAFIPA/UNESPAR). Graduada em Psicologia (UEM). Psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Docente

do Curso de Psicologia da Toledo Prudente Centro Universitário.

E-mail: alinedanielehoepers@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

adolescente 104, 108-109, 113, 115-118, 142-143, 146

América Latina 18, 39, 45, 49-50, 52, 56, 58-59, 63-64

Assistência Social 21, 76, 113, 119-122, 125-126, 129, 131-135, 138, 140, 144, 146, 159

atuação profissional 8, 15, 89, 91-92, 97, 101, 136-137, 156

autonomia 45, 68-70, 72, 107, 129, 138, 141, 168

B

Brasil 11-12, 17, 19-20, 22-23, 25-26, 28, 39, 42, 45, 48, 52, 78, 80-82, 84, 86-89, 101-102, 104-106, 108-109, 117-120, 122-125, 128, 133, 136, 138, 144, 146, 152, 157, 160-161, 164

C

campo social 14, 119, 123-124, 131-132, 163, 165

capitalismo 14, 16, 20, 22, 27, 33, 90, 123, 130, 160, 163, 176

ciência psicológica 9-10, 90-91, 124

coletividade 14, 27, 33, 45, 68

compromisso 5, 7-8, 14, 17, 27, 29-31, 33-34, 37-40, 55, 74, 101, 122, 124, 130, 133-134, 151

comunidade 15-16, 46, 74, 97, 104, 114, 147, 152, 156-157, 161-162, 164-165, 170

conflito 91, 95, 101

contexto 6-8, 10-11, 19, 21-24, 26-28, 30, 34-35, 47, 49, 51, 58, 67, 72, 74, 76, 78, 89-90, 92, 98-101, 104, 106, 108, 110, 123-124, 129, 135, 139, 144-145, 147-149, 151, 156-157, 160, 167-169, 175

contradições 17, 19, 21, 44, 65, 92, 95, 99, 119, 121-123, 148

criança 32, 103-104, 108-109, 113, 115-118, 142-143, 146, 172

crítica 5, 7, 9, 11-18, 29-30, 35-36, 39, 42-44, 50, 53, 68, 84, 101, 105, 117, 123-124, 127, 133, 139, 162, 167

cultura 6, 8, 21, 28, 48, 53-64, 79-80, 88

D

Democracia 24, 28, 78-80, 87-88, 117

desafios 5-6, 9, 13, 15-16, 20, 24, 30, 36, 38-39, 48, 73, 75, 90, 96, 101, 115, 117-118, 154, 156, 158, 175

desenvolvimento 9-10, 24, 28, 34, 43-44, 54, 56, 58, 72, 78, 84, 89, 94, 96, 103-104, 114-115, 122, 133, 137, 139, 142, 146, 166

desigualdade 11, 26, 67-68, 70, 73, 76, 101, 124, 128, 131, 134, 157, 164, 177

dialética 15, 67, 70, 76, 93, 134, 177

direito 48, 81, 88, 120-121, 127, 156-157, 160, 165

direitos humanos 5, 8, 26, 29-34, 36-40, 103-104, 106, 109, 123, 176

diversidade 41-43, 45, 47, 76, 106-107, 118, 166

E

educação 18, 21, 24-25, 41, 43, 58, 64, 76, 79, 105-107, 113-118, 123, 143, 160

enfrentamento 6, 8, 21, 36, 48, 74-76, 94, 101, 103-104, 110-115, 118, 122, 127, 160, 177

escola 6, 8, 58, 76, 100, 103, 105, 107-110, 112, 114-117, 139-140, 143, 160

Estado 11, 18-28, 31, 52, 57, 66-68, 72, 75, 87-88, 103-104, 107, 110-112, 115, 120-122, 133, 137, 140, 142, 152, 158, 163-165, 174, 178

exclusão 20, 25, 28, 31, 65, 67-70, 72-73, 75-76, 83-84, 110, 134, 151, 157, 160, 162, 167, 177

exploração 19, 43, 47, 68, 104, 113

ética 5, 7, 12, 17, 35-36, 39, 49, 53, 67-68, 76, 133-134, 148-150, 152, 159, 164, 167-168, 175-177

F

família 82, 103, 107, 114, 122, 125, 128-129, 132, 136, 138, 140-145, 147

G

garantia 16, 19, 21, 23, 26-27, 31-34, 38, 115, 122, 130, 141, 160

grupo 59, 77, 88, 104, 124, 128-129, 150-151, 153-155, 158, 166, 173

gênero 20, 33, 37, 50, 53, 55, 60, 64, 66, 70, 72-74, 105-107, 117-118, 149, 154, 157-158, 165, 171

H

história 9-10, 12, 17-18, 28, 49, 59, 61, 119-120, 123, 132, 139, 155, 169-170, 173

I

instituições 6, 17, 21, 33, 59, 99, 104-105, 108, 113, 125, 163

interdisciplinar 12, 44, 125-126, 134

intersetorial 16, 27, 116, 125, 137

J

justiça social 5, 8, 28-34, 37-38, 40

L

latino-americana 9, 11-12, 16, 18, 35, 38-39

lutas 5, 15, 22-23, 25, 27, 32, 45, 77, 99, 119-120, 128, 163

M

MARTÍN-BARÓ 13-18, 38-39, 176

mulher 32, 55-56, 60-64

O

opressões 6, 13, 36-37, 66, 70, 74, 104, 149

orientações 36, 94, 113, 122, 133, 137, 140, 146

P

participação 16, 20, 26, 113-115, 118, 124, 128, 131, 160

pessoas 15, 17, 25, 32-33, 36, 46, 49-50, 56, 58, 60-61, 63, 70-72, 74, 79, 91, 93, 97-98, 100-103, 117, 125, 128, 138, 149, 157, 161, 170

pobreza 28, 31, 37, 67, 70, 73, 121, 123, 128, 134, 147, 164

política 5, 7, 11, 14, 18, 21, 23, 25, 28, 36-37, 39, 45, 49-50, 72, 77, 82-83, 96, 100, 119-120, 122-127, 130-134, 149, 158-160, 164, 171, 176

políticas públicas 14, 16, 19-22, 24, 28, 35-36, 39, 45, 70, 75, 119-121, 123, 131, 135, 138, 140, 143-144, 164

população 7, 13, 20, 25, 27, 34, 38, 58, 70, 78, 87, 111-112, 116, 123, 125-126, 131-132, 141, 152, 158, 163

profissional 6, 8, 15, 34-35, 39, 43, 73, 89-102, 121, 123, 129-133, 136-138, 140, 156, 179

práticas 6, 8-10, 13, 17, 27-28, 30, 34-35, 38, 43, 45, 48, 57, 68, 71, 75, 89-90, 92-94, 97, 100, 102, 109, 116-119, 121, 123-124, 126-127, 129, 134, 137, 149, 175, 178

Psicologia 2, 5-18, 29-31, 33-44, 46-53, 65, 67-69, 71, 74-77, 87-89, 92-93, 95, 97, 99-104, 117-120, 122-124, 130-131, 133-134, 140, 147, 151, 157-163, 166-171, 175-178

Psicologia Social 5-6, 8-18, 29-30, 39, 44, 65, 67-69, 71, 74-75, 104, 124, 134, 158

psicossocial 67, 76, 126, 134, 150, 157, 161, 177

psicólogo 6, 8, 13, 18, 35, 39, 41, 46, 89-102, 119, 123, 125-127, 129, 131-135, 163, 176

R

racismo 14, 20, 32, 36, 64, 155
raça 20, 66, 111, 128, 149, 154, 157-158, 164-165
realidade 5, 9-13, 15, 17-19, 21-22, 25-26, 30-31, 34-36, 62, 64-66, 68, 73, 82, 85, 88-89, 93, 95-97, 104-105, 107, 112, 116, 118, 124, 126-129, 132, 141, 145, 158, 162, 167-168, 175
rede 6, 8, 21, 27, 48, 70, 73, 81, 87, 103-104, 106, 109-111, 113-118, 130, 137, 141, 144-145
reflexão 5, 35, 61, 73, 100-101, 106, 123, 127-128, 137, 153

S

saúde 21, 24-25, 30, 46, 48-49, 54, 64, 72, 90, 106, 111-113, 115, 117-120, 123, 147, 160
segurança 24-25, 32, 103, 117
sexismo 14, 32, 36, 64, 74, 165

sexual 36, 60, 70, 104-108, 110-115, 117-118, 139-140, 143
sistema 4, 22, 24, 36, 41, 58, 60-61, 66, 111, 116, 119, 138, 152, 154, 158-159
sociedade 9-21, 24-28, 30-35, 37-38, 40, 52, 55, 59, 62-63, 68-69, 71-72, 74-76, 79, 88-89, 96, 99, 101, 103, 107, 120, 124, 129, 131-134, 149, 153, 160, 167, 177
sofrimento ético-político 6, 8, 65-76, 127, 134, 160, 162, 167, 177
sujeito 12, 30, 34, 37, 57-58, 68, 74, 83, 95, 115, 132, 148-150, 152, 155-156, 163-164

T

trabalho 6, 8, 13, 15, 21-22, 24-25, 28, 35, 60, 69-70, 72-73, 89-102, 113-116, 119, 123, 125-134, 136-137, 139, 145, 147, 149, 154, 156, 161-164, 166-167, 170, 173-175

transformação 5, 7, 10-11, 13, 17-18, 22, 30, 34, 46, 49, 62, 64, 71, 90, 104, 124, 130, 134, 150

V

violência 11, 31, 70, 72-74, 76, 104, 106, 108-114, 117-118, 139, 141, 143, 145, 147, 152, 159, 163, 170, 174
vivência 61, 68, 70, 90, 150, 153, 167
vulnerabilidade 6, 27, 60, 122, 128, 133, 144, 147-149, 159, 165, 167
vínculos 57, 122, 128, 135, 144, 154, 168
vítima 86, 114-115, 138-140, 143

ISBN 978-65-5368-272-6



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br